UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Comunicações e Artes
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Bibliotecas Públicas e Políticas Culturais:
a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e
Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935)

São Paulo
2013

LEONARDO DA SILVA DE ASSIS

Bibliotecas Públicas e Políticas Culturais:
a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e
Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e
Artes da Universidade de São Paulo, como requisito para
obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira
Área de Concentração: Informação e Cultura

São Paulo
2013

É proibida a reprodução impressa e eletrônica deste documento para fins comerciais. Autoriza-se a reprodução, total ou parcial, por processos fotocopiadores e eletrônicos, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, com a identificação completa da fonte.

**Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo**

Assis, Leonardo da Silva de
Bibliotecas Públicas e Políticas Culturais: a Divisão de Bibliotecas do
Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935)
/ Leonardo da Silva de Assis. -- São Paulo, 2013.
193 p. + anexos: il.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de
São Paulo.
Orientadora: Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

1. Biblioteca Pública 2. Política Cultural 3. Ação Cultural 4. Informação Pública
5. Biblioteca (História). 6. Política Pública I. Oliveira, Lúcia Maciel Barbosa de II. Título

CDD 21.ed. – 027.081

LEONARDO DA SILVA DE ASSIS

Bibliotecas Públicas e Políticas Culturais: a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e
Artes da Universidade de São Paulo, como requisito para
obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: ____/____/____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____

A você Lucila, pelo seu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

À Professora Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira pela orientação e acompanhamento na elaboração deste mestrado. Todas as suas considerações foram importantes para que ocorresse essa aproximação do tema das bibliotecas públicas com as políticas culturais. Sem a sua colaboração dificilmente conseguiria desbravar estas áreas do conhecimento sozinho.

Ao professor Luís Augusto Milanesi, pelas conversas e orientações de como trabalhar com o tema das bibliotecas públicas e sua relação com o universo político. Também, agradeço a oportunidade de ser seu orientando do Programa de Aperfeiçoamento ao Ensino da ECA/USP, nas disciplinas “Biblioteca e Sociedade” e “Cultura e Políticas Culturais”.

Ao professor Martin Grossmann por todo acompanhamento desde a graduação para que pudesse participar e estar no campo de discussão da cultura. Um agradecimento especial à equipe do *Fórum Permanente: museus de arte; entre o público e o privado*, pois esta pesquisa é fruto, também, das reflexões dos nossos encontros e trabalhos realizados.

Aos amigos de mestrado Charlene Kathlen de Lemos, Paulo Verano, Naiene Sanchez, Jade Gola e Joana Braga. Agradeço aos colegas do Departamento de Biblioteconomia, em especial a Abraão Antunes da Silva pelo empréstimo do material de pesquisa sobre o tema das bibliotecas públicas.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela realização desta pesquisa com recebimento de bolsa de estudos. Aos funcionários da Biblioteca InfantoJuvenil Monteiro Lobato e Biblioteca Mário de Andrade.

À minha família e amigos, pela paciência, orações e todo apoio nas atividades de estudo na Universidade de São Paulo.

À Lucila Borges Assis, pelo seu companheirismo e amor.

A Deus, por mais uma realização.

ASSIS, Leonardo da Silva de. **Bibliotecas Públicas e Políticas Culturais:** a Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). 2013. 193 p. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RESUMO

Esta dissertação traz para estudo a criação da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). Apresenta, discute e analisa a política cultural colocada em prática, bem como as ações que foram realizadas pela Biblioteca Infantil, Biblioteca Municipal, Biblioteca Circulante e Biblioteca Popular no período de 1935 até 1938. Apresenta as discussões políticas, documentos de época, organograma das estruturas de governo, as preocupações com pessoal e orçamento para a realização das atividades na Divisão de Bibliotecas. Discute a relação do Estado frente a projetos que envolvam a informação, a cultura e a sociedade, na perspectiva compreensiva no campo das políticas culturais. Identifica os pontos de articulação que as bibliotecas públicas da Divisão de Bibliotecas realizaram com o Estado à luz das políticas culturais. Conclui que o Departamento de Cultura e a criação da Divisão de Bibliotecas estabeleceu um novo padrão de intervenção do Estado na área da cultura, bem como nas atividades realizadas pelas bibliotecas públicas em sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca Pública. Política Cultural. Ação Cultural. Informação Pública. Biblioteca (História). Políticas Públicas. Biblioteca.

ASSIS, Leonardo da Silva. **Public Libraries and Cultural Policies:** Libraries Division of the Department of Culture and Recreation of the City of São Paulo (1935). 2013. 193 p. Dissertation (Master in Information Science) - School of Communication and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

ABSTRACT

This research study brings to the creation of the Division of Libraries, Department of Culture and Recreation of the City of São Paulo (1935). Presents, discusses and analyzes the cultural policy put in place as well as the actions that were performed by the Children's Library, City Library, Library Current and Popular Library in the period from 1935 until 1938. Features political discussions, documents time chart of government structures, concerns over staff and budget to carry out the activities in the Division of Libraries. Discusses the relationship of the state against projects involving information, culture and society, comprehensive perspective in the field of cultural policies. Identifies the points of articulation that public libraries of the Division of Libraries held with the State in the light of cultural policies. Concludes that the Department of Culture and the Creation of the Division of Libraries has set a new standard for state intervention in the field of culture as well as the activities carried out by public libraries in society.

KEYWORDS: Public Library. Cultural Policy. Cultural Action. Public Information. Library (History). Public Policy. Library.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Panfletos de divulgação do Partido Constitucionalista	58
Figura 2.2 – Expediente da Prefeitura na gestão do prefeito Antonio Carlos Assumpção	69
Figura 2.3 – Expediente da Prefeitura na gestão do prefeito Fábio Prado	71
Figura 2.4 – Detalhe do organograma do Departamento de Cultura e Recreação	73
Figura 2.5 – Registro de matrícula no curso de Catalogação	94
Figura 2.6 – Curso de biblioteconomia – Solenidade da formatura da turma de 1940	95
Figura 2.7 – Biblioteca Escolar do Instituto Caetano de Campos (1933)	98
Figura 2.8 – Biblioteca Escolar do Instituto Caetano de Campos (1934)	99
Figura 2.9 – Biblioteca Infantil – Casarão da rua Major Sertório (1936)	102
Figura 2.10 – Biblioteca Infantil – Cerimônia de inauguração	107
Figura 2.11 – Biblioteca Infantil – Assinatura da Ata de Inauguração	108
Figura 2.12 – Organograma da Biblioteca Infantil.....	111
Figura 2.13 – Salão de jogos da biblioteca.....	112
Figura 2.14 – Fichário da Biblioteca Infantil	114
Figura 2.15 – Sala de leitura da Biblioteca Infantil.....	116
Figura 2.16 – Colaboradores do jornal	118
Figura 2.17 – Laércio Silva elaborando um artigo para o jornal.....	118
Figura 2.18 – Primeira edição do jornal <i>A Voz da Infância</i>	119
Figura 2.19 – Homenagem ao centenário de Carlos Gomes	120
Figura 2.20 – Encenação da peça <i>O Dia do Trabalho</i>	120
Figura 2.21 – Encenação da peça <i>A Branca de Neve</i>	121
Figura 2.22 – Biblioteca Circulante.....	121
Figura 2.23 – Salão de projeções cinematográficas	122
Figura 2.24 – Cartão comemorativo ao dia 9 de julho de 1932	122
Figura 2.25 – Cartão comemorativo ao dia 9 de julho de 1932	123
Figura 2.26 – Estatísticas de Consulta Pública Municipal	133
Figura 2.27 – <i>Termo de Registro</i> – Biblioteca Mário de Andrade.	135
Figura 2.28 – Biblioteca Pública Municipal – Folheto de Divulgação (1936).....	138
Figura 2.29 – Estatísticas da Biblioteca Circulante (1936)	140
Figura 2.30 – Praça da Estação da Luz – Folheto de Divulgação (1936)	141

Figura 2.31 – Projeto da Biblioteca Circulante	143
Figura 2.32 – Esboço de Mário de Andrade para a Casa de Cultura 1º pavimento	155
Figura 2.33 – Esboço de Mário de Andrade para a Casa de Cultura.....	156
Figura 2.34 – Esboço de Mário de Andrade para a Casa de Cultura 1º pavimento	157
Figura 2.35 – Esboço de Mário de Andrade para a Casa de Cultura 2º pavimento	157

LISTA DE ABREVIATURAS

DC	Departamento de Cultura
ECA	Escola de Comunicações e Artes
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
PC	Partido Constitucionalista
PD	Partido Democrático
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
UDB	União Democrática Brasileira
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	13
OBJETIVOS	17
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
CAPÍTULO 1 – BIBLIOTECAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS	19
1.1 Bibliotecas públicas: a informação ao longo do tempo	19
1.2 Bibliotecas públicas e políticas culturais no Brasil	26
1.3 Políticas culturais: um modo de olhar	33
CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA CULTURAL PARA SÃO PAULO	45
2.1 O Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo	46
2.1.1 <i>O cenário político da época</i>	51
2.1.2 <i>A Prefeitura de São Paulo e o Departamento de Cultura</i>	64
2.1.3 <i>O pioneirismo do Departamento de Cultura</i>	68
2.1.4 <i>O novo organograma da Prefeitura</i>	69
2.1.5 <i>A dotação orçamentária do Departamento de Cultura</i>	75
2.1.6 <i>Cultura e política cultural para o Departamento de Cultura</i>	79
2.2 A Divisão de Bibliotecas: projetos e ações	90
2.2.1 <i>A Biblioteca Infantil</i>	96
2.2.2 <i>A Biblioteca Municipal</i>	124
2.2.3 <i>A Biblioteca Circulante</i>	139
2.2.4 <i>A Biblioteca Popular</i>	144

CAPÍTULO 3 – A DIVISÃO DE BIBLIOTECAS À LUZ DAS POLÍTICAS CULTURAIS.....	163
3.1 A experiência do Departamento de Cultura para a atuação das bibliotecas públicas	163
3.1.1 <i>A formulação das políticas culturais.....</i>	<i>163</i>
3.1.2 <i>Atuação nas ações e formulação das atividades nas bibliotecas públicas ..</i>	<i>167</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS.....	174
ANEXO I - FOLHETO BIBLIOTECA INFANTIL	182
ANEXO II - LEI Nº 2.836/1925	190
ANEXO III - OFÍCIO Nº 72.030/1935	192

APRESENTAÇÃO

A ideia de trabalhar com os temas biblioteca pública e política cultural surgiu a partir da disciplina “Cultura e Políticas Culturais”, lecionada pelo Prof. Luís Augusto Milanesi, no segundo semestre de 2009, na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Constatei, por meio da observação nas aulas, como era difícil encontrar material que discutisse as bibliotecas públicas e políticas culturais. Também, que a criação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo havia sido um marco no âmbito das políticas culturais, uma vez que instituiu no país legislação específica para o trabalho na área da cultura, sobretudo com relação as bibliotecas públicas.

Em 2011 ingressei no mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da ECA com um projeto para discutir o Departamento de Cultura e a Divisão de Bibliotecas. Na leitura de material bibliográfico sobre o tema, verifiquei o espaço vazio do profissional da informação na discussão sobre as políticas culturais. Em 2012 e 2013 tive a oportunidade de pesquisar documentação de época no acervo da Biblioteca InfantoJuvenil Monteiro Lobato e da Biblioteca Mário de Andrade. Esse contato com a bibliografia e a documentação sobre o Departamento de Cultura proporcionou a redação das reflexões aqui expostas.

O Capítulo I traz uma apresentação e discute os conceitos de biblioteca pública e política cultural que estão presentes durante todo o trabalho. Além disso, faz um panorama histórico sobre o surgimento das bibliotecas públicas no Brasil, em um relacionamento com as políticas culturais. O Capítulo II apresenta o Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, com suas especificidades sobre as questões políticas da época, as mudanças da nova administração pública da cidade de São Paulo e traz a discussão sobre cultura e política cultural para esta gestão. Também, esse capítulo apresenta a Divisão de Bibliotecas, seus projetos e ações. O Capítulo III faz uma discussão dos principais pontos tratados em todo o trabalho à luz das políticas culturais, de modo a apresentar o que a experiência do Departamento de Cultura traz como contribuição para a atuação nas bibliotecas públicas.

Espero que este trabalho atue de forma a colaborar para o fortalecimento das bibliotecas públicas em nosso país. Boa leitura.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo apresentar, discutir e analisar a Política Cultural do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura do Município de São Paulo (1935), com enfoque nas Bibliotecas Públicas da Divisão de Bibliotecas. Com isso, discutir as políticas pensadas para esse equipamento cultural, bem como as ações efetivamente colocadas em prática no período de 1935 até 1938. Tal recorte temporal foi realizado devido ao afastamento de Mário de Andrade e de outros membros do Departamento de Cultura no ano de 1938, o que descaracterizou o projeto inicial proposto por seus idealizadores.

Dentre a extensa quantidade de obras realizadas sobre o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, ressalta-se uma vertente que exalta o “mito” existente sobre a figura de Mário de Andrade. De fato, o referido autor modernista brasileiro é um personagem que merece grande destaque nas discussões relacionadas ao tema, mas não podemos incorrer no erro de defender que, sozinho, Mário de Andrade poderia gerir uma máquina pública para a Cultura na cidade de São Paulo. Com isso, priorizamos na pesquisa uma literatura que apresenta o Departamento de Cultura como uma experiência que contou com a participação de diversos membros, com projetos e planos direcionados para cada setor da política cultural executada. Dessa forma, sobre esse prisma de análise destacam-se as pesquisas de Elizabeth Abdanur (1992), Patrícia Raffaini (2001) e Roberto Barbato Júnior (2004).

O trabalho de Elizabeth Abdanur, sob o título *Os ilustrados e a Política Cultural em São Paulo*, pode ser considerado um dos primeiros que discute com maiores detalhes o Departamento de Cultura e seus aspectos relacionados ao campo da política cultural. Realizado na Unicamp, em 1992, tal pesquisa de mestrado é de suma importância e serviu de base para análises posteriores realizadas sobre o tema. Na obra, a autora expõe o contexto político e social dos membros que compuseram o Departamento de Cultura, bem como as propostas e ações da política cultural colocada em prática na cidade de São Paulo. A autora apresenta na obra o núcleo político de formação do Departamento de Cultura, composto por membros representantes das elites oligárquicas paulistas, oriundos do Partido Republicano Paulista e do Partido Democrático. Como uma das maiores contribuições para o tema das políticas culturais, Elizabeth Abdanur expõe o Departamento de Cultura como um projeto configurado por

meio de um plano que colocou em prática ações na área da cultura para toda a cidade de São Paulo.

Outro trabalho de referência sobre o tema é o mestrado de Patrícia Raffaini. Publicado como livro em 2001, sob o título *Esculpindo a Cultura na Forma Brasil*, a autora aprofunda as discussões referentes à política cultural e ao Departamento de Cultura. A obra apresenta o que determinado grupo de intelectuais, ligados à direção desse Departamento, entendiam por cultura e de que maneira esta seria difundida à população da cidade. A autora destaca em seu livro que o estudo realizado não se restringe a analisar os feitos de Mário de Andrade como diretor do Departamento de Cultura, mas a atuação de um grupo de intelectuais que participou da máquina municipal em um contexto político favorável à realização das propostas idealizadas. Patrícia Raffaini defende, como sendo seu ponto de vista, que o projeto do Departamento de Cultura desenvolveu uma política cultural homogeneizadora, visando à formação de uma identidade nacional, em um momento de desenvolvimento urbano marcado pela chegada de imigrantes a São Paulo. Além disso, a autora apresenta que o Departamento de Cultura serviu como embrião para um projeto político maior, que buscou a promoção do grupo paulista na esfera de poder federal, em contraponto às políticas de Getúlio Vargas.

No livro *Missionários de uma Utopia Nacional-Popular*, de 2004, Roberto Barbato Júnior busca identificar a atuação dos intelectuais ligados ao Departamento de Cultura na década de 1930. Tem como proposta demonstrar os motivos que levaram esses intelectuais, vindos do campo literário, em sua maioria, a uma atuação no campo da ação política. Como uma das maiores contribuições, essa obra apresenta que o projeto do Departamento de Cultura tinha uma dimensão nacional-popular que fora colocada em prática em suas ações. Dimensão esta que era realizada anteriormente nas obras dos intelectuais e que passou a ser exercida por meio da máquina do Estado. Da mesma forma, ressalta um novo perfil de articulação entre os intelectuais e o povo, apresentado pelo autor como uma missão de “ida ao povo” objetivando a democratização da cultura.

De modo específico para a Divisão de Bibliotecas, temos os trabalhos de May Brooking Negrão (1983), Denise Pedroso Gomes (2008), Suelena Pinto Bandeira (2007) e Gabriela Pellegrino Soares (2007). Esses trabalhos apresentam a atuação da Divisão de Bibliotecas no Departamento de Cultura sob outro enfoque, pouco

relacionando o equipamento cultural às políticas culturais, com destaque para as bibliotecas. Vale lembrar ainda as obras de Paulo Duarte (1974; 1977), utilizadas como bibliografia fundamental da pesquisa.

A partir dos trabalhos apresentados, é sabido que sobre a criação do Departamento de Cultura existe uma quantidade expressiva de materiais de estudo, principalmente por essa iniciativa ser considerada uma das pioneiras do país no que diz respeito à configuração de uma política cultural. No entanto, constata-se que tal momento não é explorado com respectivo detalhe no que tange às bibliotecas públicas. A Divisão de Bibliotecas, enquanto Mário de Andrade foi diretor do Departamento de Cultura, propôs diferentes iniciativas de acesso à informação que alcançavam desde as crianças, com a Biblioteca Infantil, até os adultos, com o planejamento, por exemplo, das Bibliotecas Populares. Nesse relacionamento entre as políticas culturais e as bibliotecas públicas este trabalho busca um campo de discussão.

Para os profissionais que trabalham com informação, um grande problema enfrentado na área é a falta de literatura sobre as Bibliotecas Públicas dentro do campo das políticas culturais. Para as bibliotecas, do ponto de vista da instituição, este estudo se torna relevante de modo a documentar na literatura científica um projeto que articulou os interesses desse equipamento cultural com as políticas propostas pelo Estado. Aos gestores públicos, um olhar para as bibliotecas públicas traz maior clareza no momento de realizar projetos, planos e ações que envolvam esse equipamento cultural, uma vez que são necessárias medidas específicas dentro das políticas para a manutenção desse serviço em sociedade. Em suma, tendo em vista que existem 4.951 bibliotecas públicas presentes nos municípios brasileiros (BRASIL, 2010), chega a ser um descompasso não possuímos uma literatura em abundância que discuta as relações entre as bibliotecas públicas e as políticas culturais.

Dentre as hipóteses principais desta dissertação, destacam-se: *Quais foram os planos e as ações da Política Cultural do Departamento de Cultura colocados em prática pela Divisão de Bibliotecas? Esta buscou atender a um projeto político para a cidade de São Paulo? A criação da Divisão de Bibliotecas estabeleceu um novo padrão de atividades a serem realizadas por esse equipamento cultural? De que forma essas bibliotecas inovaram para a realidade da época?*

OBJETIVOS

Objetivo geral

Apresentar, discutir e analisar a política cultural do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935), com enfoque nas bibliotecas públicas da Divisão de Bibliotecas. Com isso, discutir as políticas pensadas para esse equipamento cultural, bem como as ações que foram colocadas em prática no período de 1935 até 1938.

Objetivos específicos

Discutir a relação do Estado frente a projetos que envolvam a informação, a cultura e a sociedade, de modo a trabalhar sob uma perspectiva compreensiva no campo das políticas culturais.

Identificar quais foram as propostas políticas presentes no Departamento de Cultura de Prefeitura de São Paulo que marcaram presença na Divisão de Bibliotecas.

Apresentar as atividades da Divisão de Bibliotecas para com os públicos no período de 1935 até 1938.

Objetivos teóricos

Fazer com que este trabalho abra um campo de discussão que, por vezes, é pouco explorado pelos profissionais da área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Objetivos práticos

Reunir e apresentar fontes documentais sobre as atividades da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura quando da sua criação e trabalhos iniciais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa qualitativa, com a identificação na literatura científica das temáticas problematizadas nesta dissertação. Fez-se o uso de literatura especializada no que diz respeito às discussões sobre bibliotecas públicas e políticas culturais, de modo a trabalhar com os conceitos e propostas que permeiam a ação do Estado frente às iniciativas de acesso à informação na sociedade.

Da mesma forma, fez-se uso da prática de pesquisa em documentos históricos como, por exemplo, atas de fundação, registros fotográficos, cartas, entrevistas, publicação em diários oficiais e jornais de época. Sobre a Divisão de Bibliotecas, foram realizadas visitas aos arquivos da Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato e da Biblioteca Mário de Andrade, locais que apresentam documentação relevante sobre a criação da Divisão de Bibliotecas.

A pesquisa nos documentos mencionados tem como perspectiva encontrar os projetos políticos idealizados quando da criação da Divisão de Bibliotecas. Também, identificar quais as ações realizadas pelas bibliotecas para atendimento desses projetos políticos quando colocados em prática pelo Estado. Além disso, identificar formas de organização, atividades com o público, modos de divulgação das bibliotecas públicas para a consubstanciação das políticas culturais delineadas.

Foi feito um trabalho de leitura da bibliografia selecionada, concomitante à exploração dos documentos e dos registros de época, juntamente à redação contínua do texto. Ao longo da redação do mestrado foram estabelecidos os principais pontos referentes ao contexto histórico, pessoas envolvidas, projetos de trabalho, ações realizadas, entre outros. As citações dos jornais e documentos de época foram corrigidas de acordo com a norma ortográfica vigente, com excessão as palavras criadas por Mário de Andrade que permanecem no original.

A Dissertação está dividida em três grandes blocos de redação, sendo o primeiro sobre *Bibliotecas públicas e políticas culturais*; o segundo sobre *A construção de uma política cultural para São Paulo*; e, por fim, sobre *A Divisão de Bibliotecas à luz das políticas culturais*.

CAPÍTULO 1 – BIBLIOTECAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS

1.1 Bibliotecas públicas: a informação ao longo do tempo

O conceito de biblioteca pública é recente na história da humanidade. Começa a ser construído a partir da Idade Moderna, com a intervenção dos Estados na vida em sociedade e pelo florescimento da democracia. A Revolução Francesa e os ideais do Iluminismo contribuíram para a difusão das bibliotecas públicas. Na França essas bibliotecas surgem para servir ao objetivo do Estado com relação à educação pública. Na Inglaterra, em 1850, foi promulgada uma lei destinando orçamento público para construção e manutenção de bibliotecas para a população. Conforme Oswaldo de Almeida Júnior (2003, p. 66), essas bibliotecas apresentavam características diferentes das anteriores, sendo “mantidas integralmente pelo Estado; com funções específicas e com a intenção de atender a toda a sociedade”. Um elemento básico para a constituição de um Estado é a sociedade. Nele se configuram as identidades de uma nação e, para tanto, torna-se fundamental pensar em instituições como, por exemplo, arquivos, museus e bibliotecas que trabalhem com a proposta de universalizar o acesso e o uso das informações e do conhecimento.

Segundo Ângela Salgueiro Pereira:

As Bibliotecas Públicas têm a sua origem no século XIX, século de revoluções e de mudanças político-econômicas, de ascensão do liberalismo e da classe burguesa. Mudanças que vão gerar alterações sociais e culturais decisivas. A educação generalizou-se, o hábito de leitura difundiu-se, o prazer da arte e da música vulgarizou-se. De uma forma progressiva, ao longo deste século, vai-se contrapor à noção do indivíduo como súbdito, a ideia do indivíduo cidadão. Esta nova visão do indivíduo no contexto social e político coloca a tônica na importância da alfabetização, da cultura e da educação que, por sua vez, impulsionarão o desenvolvimento da imprensa e da literatura e o mercado editorial. É, portanto, neste contexto de vulgarização da educação e do acesso à informação que surgem as primeiras bibliotecas ditas públicas. A forma como estas se vão impor institucionalmente em cada realidade sociocultural e política será diferente de país para país, de cultura para cultura. (PEREIRA, 2012, p. 2)

Como apresentado pela autora, as mudanças político-econômicas, a ascensão do sistema liberal junto com a burguesia, a generalização da educação, o hábito da leitura

em sociedade, a difusão da arte e da música, enfim, um aumento das preocupações com relação à educação, bem como a informação marcam o surgimento das bibliotecas públicas no século XIX. Não podemos esquecer que as bibliotecas públicas que surgem nesse momento visavam atender aos objetivos dos Estados que estavam em formação. Rubens Borba de Moraes apresenta que:

As bibliotecas públicas são velhas como o mundo. Existiram no tempo de Roma, proliferaram na Renascença. Mas foi sobretudo no século XIX que elas se desenvolveram. As ideias democráticas e o choque das ideologias políticas em meados do século passado, não podiam deixar de se refletir nas bibliotecas. (MORAES, 1943, p. 27)

A citação apresentada traz importantes características com relação à instalação das bibliotecas públicas e o tempo histórico: a presença de ideias democráticas e o choque das ideologias políticas. Estas foram fundamentais para a instalação das bibliotecas sob um novo modelo na formação dos Estados, das diferentes culturas e países. A França passou por diversos confrontos políticos e a criação de organismos públicos para a massificação da educação e da cultura foi fundamental para o estabelecimento de uma nova ordem política nacional. A Inglaterra também passou por Revoluções, esteve na dianteira dos desenvolvimentos industriais e dos tipos móveis com Gutenberg. Não podemos esquecer o então nascente Estados Unidos, que intensificou a formação de bibliotecas para cumprir com o ideal democrático e participação da sociedade pelo território.

Rubens Borba de Moraes comenta sobre as bibliotecas americanas:

As bibliotecas americanas surgiram, como as escolas, não doadas por uma elite ou por um governo benevolente, mas criadas pelo próprio povo, ávido de leitura, persuadido de que estava adquirindo um instrumento indispensável para a luta pela vida. (MORAES, 1943, p. 29)

[...]

As bibliotecas americanas nasciam, pois, sem o erro básico das europeias: a separação de bibliotecas para o povo e bibliotecas para as elites. Elas não eram, ali, doadas por uma classe como uma esmola a outra classe menos favorecida. Surgiram, como disse, de uma necessidade imprescindível, tal qual o serviço de águas e esgotos ou a luz elétrica em todas as casas. (MORAES, 1943, p. 29-30)

Rubens Borba de Moraes expõe uma crítica com relação às bibliotecas que surgiram na Europa, onde foram criadas bibliotecas para o povo e bibliotecas para as elites. Aquelas eram construídas por burgueses, imbuídos de filantropia, que tinham a necessidade de ilustrar os operários que começavam a surgir. No entanto, o autor trata com entusiasmo as bibliotecas americanas. Coloca-as como instituições imprescindíveis para a formação da sociedade dos Estados Unidos. Segundo Rubens Borba de Moraes, essas bibliotecas eram organizadas “espontaneamente pelo povo, [...] que sentia a necessidade de instruir-se, de adquirir cultura por meio da qual poderia subir socialmente” (MORAES, 1943, p. 29).

A partir do século XX as bibliotecas públicas se difundem em todo o mundo. Além disso, como vimos na exposição de Rubens Borba de Moraes (1979b), a cultura foi colocada junto às preocupações dessa instituição. Ainda, o referido autor traz que o modelo de biblioteca pública sofreu grandes contribuições das ideias democráticas norte-americanas. Rubens Borba de Moraes apresenta que:

De qualquer modo, no Rio do tempo de D. João VI havia boas bibliotecas oficiais e particulares. Se nenhuma se abria ao público sem restrições é porque o conceito de biblioteca pública é coisa moderna. A Biblioteca Pública aberta, no sentido que hoje tem, desenvolveu-se com as ideias democráticas norte-americanas. É das contribuições mais relevantes dos Estados Unidos à cultura universal. (MORAES, 1979b, p. 89)

A citação apresentada deixa claro que uma conceituação de biblioteca pública, aberta ao público, consolidou-se a partir do desenvolvimento das ideias democráticas. De fato, acredita-se que a democracia dos Estados Unidos fez emergir com vitalidade esse modelo de biblioteca em sociedade. Emir Suaiden (1995, p. 20) apresenta que as bibliotecas públicas norte-americanas assumiram um papel de grande importância desde 1917. O cenário político-econômico para aquele momento é dos Estados Unidos como um país fortalecido após a Primeira Guerra Mundial e em pleno desenvolvimento do setor da indústria.

No entanto, Emir Suaiden expõe que o momento de grande destaque com relação a esse tipo de biblioteca acontece quando da publicação do “Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas”, em 1949. Abaixo, um trecho desse documento:

A biblioteca pública é uma mostra de fé que tem a democracia na educação de todos como um processo contínuo ao longo da vida, assim como na atitude de todo o mundo para conhecer as conquistas da humanidade no campo do saber e da cultura. A biblioteca pública é o principal meio de dar a todo mundo livre acesso à soma dos conhecimentos e das ideias do homem às criações de sua imaginação. Sua missão consiste em renovar o espírito do homem, suprimindo-o de livros para sua distração e recreio, ajudar o estudante e dar conhecer a última informação técnica, científica e sociológica. A biblioteca pública deve estar fundada em virtude de textos legais, precisos, concebidos de maneira que todos os habitantes de um país possam desfrutar de seus serviços. É indispensável que as bibliotecas procurem uma cooperação entre si para que a totalidade dos recursos nacionais possa ser utilizada plenamente e posta a serviço de qualquer leitor. Há de estar totalmente financiada por orçamento público e não há de exigir aos usuários nenhum pagamento por serviços. Para lograr completamente seus objetivos, a biblioteca pública tem de ser de fácil acesso e suas portas devem estar abertas para que a utilizem livremente e em igualdade de condições todos os membros da comunidade, sem distinção de raça, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social e nível de instrução. (UNESCO, 1949)

Esse documento apresenta algumas características com relação a bibliotecas públicas que servem para conceituá-las. Vemos que as preocupações com relação à democracia aparecem no documento da Unesco ligadas às bibliotecas públicas. Tal colocação concede um espaço-tempo para esse modelo de biblioteca, como já vimos nos autores que foram apresentados sobre o tema. No trecho é apresentado o livre acesso aos “conhecimentos” e às “ideias”, que garante a esse modelo de biblioteca uma preocupação em não obstruir os usuários do acesso aos saberes produzidos pelo homem. Com relação a sua missão, estão elencados: renovar o espírito do homem, suprimindo de livros para distração e recreio, além das preocupações com os estudantes para o acesso às produções técnico-científicas. Outra questão fundamental que aparece nessa conceituação de biblioteca pública é a de que deve estar fundada em textos legais, de forma a que todos os cidadãos possam utilizar de seus serviços. Além disso, deve ser financiada por orçamento público, sem cobrar de seus usuários pelos serviços realizados. Por fim, que seja aberta a qualquer membro da sociedade.

Vemos que no “Manifesto da Unesco” há uma clara preocupação com a educação. Tal proposta se coloca em um momento no qual os países estão desenvolvendo sistemas educacionais para diminuir as desigualdades na sociedade. No Brasil, por exemplo, temos a política em curso realizada pelo Ministério da Educação

para sanar os problemas de alfabetização do país. Além disso, vale frisar que esse documento propôs que as bibliotecas públicas deveriam ser constituídas a partir de “textos legislativos precisos”. Com isso, houve uma preocupação de que a biblioteca pública fosse entendida como uma instituição pertencente ao Estado.

Em 1972 esse “Manifesto” foi revisado e as bibliotecas públicas passaram a ser definidas, em síntese, como “instituições democráticas de ensino, de cultura e de informação” (UNESCO, 1972). Vemos que as preocupações com relação à educação foram mantidas no “Manifesto”, mas ganharam destaque no documento as questões relacionadas à cultura e ao acesso à informação. Dentro desse contexto de revisão do “Manifesto” pela Unesco, Gaston Litton, em 1973, definiu biblioteca pública como:

A biblioteca pública está a serviço da inteligência e é uma fonte geradora de ideias; nutre o conhecimento e desenvolve entre os membros da comunidade a compreensão e a sólida base de convivência. Está situada de maneira cabal entre as demais instituições e serviços da vida moderna e, a princípio, realiza pesquisas e desenvolve estudos para determinar a melhor maneira de servir à comunidade com seus recursos bibliográficos e audiovisuais. (LITTON, 1973, p. 14, tradução nossa)¹

Nesse trecho observamos que as bibliotecas públicas se abrem cada vez mais para os serviços prestados à comunidade, sendo ela uma “fonte geradora de ideias”. Como anteriormente analisado, a citação destaca que a biblioteca pública está relacionada às demais instituições e serviços da vida moderna. Cabe frisar esse aspecto de serviço que a biblioteca adquire em sociedade. Também, constatamos que os suportes audiovisuais de informação aparecem no trecho apresentado. Tal colocação demonstra que outros materiais ganharam espaço nas bibliotecas públicas, além do livro, com o desenvolvimento das tecnologias.

Nessa mesma linha de pensamento que apresenta a biblioteca pública como um serviço, Emir Suaiden expõe que:

Na área das bibliotecas públicas, cada vez mais se comprova que esse tipo de prestação de serviços é missão indeclinável do Estado. O livre acesso ao conhecimento registrado é pré-

¹ “La biblioteca pública está al servicio de la inteligencia y es una fuente generadora de ideas; nutre el conocimiento y desarrolla entre los miembros de la comunidad la comprensión, y la sólida base de la convivencia. Está ubicada cabalmente entre las demás instituciones y servicios de la vida moderna, y a menudo lleva a cabo encuestas y realiza estudios para determinar la mejor manera de servir a la comunidad con sus recursos bibliográficos y audiovisuales.” (LITTON, 1973, p. 14)

requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação, ajustadas ao seu tempo e aptas a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornam tão variadas as opções de vida na sociedade contemporânea. (SUAIDEN, 1980, p. 2)

Como vimos no trecho acima, Emir Suaiden apresenta a biblioteca pública como uma “prestação de serviço” de “missão indeclinável do Estado”. Além disso, que essa instituição é fundamental para a formação de comunidades autoconscientes. Suaiden está de acordo com as propostas da Unesco e de Litton que demonstram a biblioteca pública como aquela que interfere na vida da comunidade.

Em 1994, novamente o “Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas” foi revisado, contando com a parceria da IFLA. Nesse momento passou a ser assim definida: “A biblioteca pública é o centro local da informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de conhecimento” (UNESCO, 1994). Dessa forma, vemos que a biblioteca pública ganhou um novo *status* devido às preocupações com as áreas de estudo relacionadas à *informação*, bem como as mudanças em sociedade com a desmaterialização dos suportes. Além disso, as comunidades nas quais as bibliotecas públicas estão inseridas ganham ainda mais ênfase de acordo com a nova revisão da Unesco.

Em outro trecho do documento, a biblioteca pública é referida como “porta de acesso local ao conhecimento”. Neusa Dias de Macedo comenta esse trecho, como:

O Manifesto proclama a biblioteca pública como fator de aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupo sociais por promover acesso ao conhecimento, sendo ainda agente de paz e bem-estar espiritual para a humanidade. (MACEDO; SEMEGHINI-SIQUEIRA, 2000, p. XV)

A preocupação com relação ao conhecimento, como apresentado pela autora, diz respeito à aprendizagem permanente que favorece a autonomia na tomada de decisões e o desenvolvimento cultural das comunidades. As preocupações em relação à forma de atuação, legislação e orçamento das bibliotecas públicas foram mantidas no “Manifesto” revisado em 1994. Vejamos:

Os serviços da biblioteca pública devem, em princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e nacionais. Deve ser objeto de uma

legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. Tem de ser uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, a alfabetização e a educação. (UNESCO, 1994)

Cabe destacar a inclusão, nessa revisão do “Manifesto”, de que as bibliotecas públicas devem ser componentes essenciais das estratégias políticas para a cultura, o acesso à informação e a educação.

Orlanda Jaramillo e Mónica Montoya Rios (2000) fizeram um estudo de modo a discutir o conceito de biblioteca pública ao longo da história, propondo um novo conceito para o tema, a saber:

A Biblioteca Pública é uma instituição de carácter social (inclui o educativo, informativo e cultural), financiada e regulamentada pelo Estado, cuja finalidade é possibilitar o livre acesso à informação, registrada em um suporte documental, que responda a um critério de seleção e aquisição, para a satisfação de necessidades no plano educativo, informativo, cultural e de uso do tempo livre. Busca-se, com ela, contribuir para o melhoramento da qualidade de vida de todas as pessoas que fazem parte de uma comunidade (município, vereda ou bairro), para a construção e articulação de relações democráticas, por meio de serviços e programas gratuitos e coordenados por profissionais da área. (JARAMILLO; MONTOYA RIOS, 2000, p. 30, tradução nossa)²

A partir daí é possível perceber como as bibliotecas públicas continuam com uma proposta de ingerência dos Estados, mas que cada vez mais ganham um carácter fundamental para o exercício da cidadania e o melhoramento da qualidade de vida. Partilhamos dessa ideia de que as bibliotecas públicas busquem fazer parte das comunidades visando melhorar a qualidade de vida. Acreditamos que essa proposta deve vir sustentada pelo Estado, com o estabelecimento de legislação específica para o setor, orçamentos próprios para o desenvolvimento das atividades e com a participação de profissionais capacitados para melhor atender aos desejos e necessidades dos públicos.

² “La biblioteca pública es una institución de carácter social (incluye lo educativo, informativo y cultural), financiada y reglamentada por el Estado, cuya finalidad es posibilitar el libre acceso a la información, registrada en un soporte documental, que responda a unos criterios de selección y adquisición, para la satisfacción de necesidades en el plano educativo, informativo, cultural y de uso del tiempo libre. Busca, con ello, contribuir al mejoramiento de la calidad de vida de todas las personas que hacen parte de una comunidad (municipio, vereda o barrio), para la construcción y articulación de relaciones democráticas, por medio de servicios y programas gratuitos y coordinados por profesionales del área.” (JARAMILLO & MONTOYA RIOS, 2000, p. 30)

Em suma, a partir dos documentos apresentados pela Unesco, pelos autores expostos e pelas discussões sobre o tema, propomos uma definição de biblioteca pública que contém as principais características apresentadas. A biblioteca pública é uma instituição gerida pelo Estado que proporciona o livre acesso e o uso de informações, conhecimentos e saberes da humanidade. Fundamenta-se em legislação específica, é financiada por orçamento público, garante igualdade de acesso a qualquer cidadão, sem distinção de nacionalidade, cor, situação social, nível educacional, crenças ou gênero. Visa, sobre preceitos democráticos, o desenvolvimento humano dos que fazem parte da comunidade, por meio de serviços realizados de modo gratuito, sendo coordenada por profissionais da área.

Passamos agora a uma exposição de como as bibliotecas públicas surgem no Brasil. Tal discussão será feita atrelada às preocupações com as políticas culturais em nosso país.

1.2 Bibliotecas públicas e políticas culturais no Brasil

Com a descoberta do Brasil em 1500, a preocupação de D. Manuel foi a de que o Brasil estivesse coeso ao projeto português de dominação ultramar. As atenções naquele momento estavam voltadas ao comércio com as Índias, mas nem por isso o projeto político de Portugal para o Brasil deixou de ser executado. A instalação do Governo-Geral em Salvador, em 1549, marca o início do projeto português no território recém-descoberto. Aliado a uma política de concessão de terras por meio das Capitanias Hereditárias, Portugal estabeleceu que junto à dominação territorial fossem enviadas ordens religiosas para que seu projeto também abrangesse o plano educacional e cultural dos colonos e nativos que aqui habitavam. Diferentes ordens chegaram ao Brasil naquele momento como, por exemplo, os Franciscanos, os Beneditinos e os Jesuítas. Cada ordem desenvolveu um projeto específico para catequizar os nativos de acordo com os seus preceitos e votos.

A ordem dos jesuítas desembarcou com o Governo-Geral no ano de 1549, chefiada por Manuel da Nóbrega. Essa ordem religiosa apresentava gestão administrativa e quadros de pessoal que possibilitaram a implantação de um projeto de instrução religiosa no território descoberto. E tal prerrogativa foi de grande importância

para o projeto político de Portugal, uma vez que D. Manuel tinha a percepção de que deveria agir no plano cultural e simbólico para a conversão dos nativos a fim de afirmar a dominação portuguesa. Os jesuítas possuíam uma organização institucional exemplar e um plano de atuação que criou catequeses nas capitanias. Tal estrutura administrativa, aliada aos relatos e documentos de época, perpetuou o discurso de que essa ordem exerceu um papel fundamental com relação à educação no Brasil Colonial.

As bibliotecas dos jesuítas se instalaram de acordo com os seus Colégios. Com isso, temos bibliotecas em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará. Esses acervos foram constituídos para catequização e formação dos colonos. O curso de Filosofia dos jesuítas era tão avançado para a época que poderia ser comparado aos lecionados nas universidades de Évora e Coimbra. De acordo com os estudos de Rubens Borba de Moraes (1979b), as bibliotecas jesuíticas tinham acervos de nível universitário, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Os Franciscanos e Beneditinos também criaram bibliotecas em suas instalações nos primeiros momentos da colonização. Segundo Rubens Borba de Moraes:

As outras ordens religiosas, principalmente a dos beneditinos, franciscanos e carmelitas tinham escolas anexas aos seus conventos e exerciam papel importante na instrução do povo, principalmente, no ensino das primeiras letras. (MORAES, 1979b, p. 11)

Sobre as bibliotecas dos Franciscanos, cabe destacar que os acervos formados em Olinda e São Paulo serviram de apoio para a formação dos primeiros cursos de direito no Brasil. Dessa forma, constatamos que as preocupações com os livros no Brasil se iniciam a partir das ordens religiosas que aqui se instalaram. De fato, é sabido que o número de analfabetos naquele momento era grande o bastante frente ao projeto de catequização. No entanto, as ordens religiosas prosseguiram com o trabalho de difusão da educação nas terras descobertas por Portugal.

As ordens religiosas, principalmente dos Jesuítas, tiveram êxito até 1759, quando foi realizada a Reforma Pombalina, momento em que Portugal expulsou os Jesuítas de sua administração por entender que estavam impedindo o processo de renovação que a Coroa Portuguesa colocou em prática após longo período de crise política e econômica. No entanto, esses quase 200 anos de atuação das ordens religiosas no Brasil deixaram legados no que diz respeito à preocupação com as bibliotecas. Além

das bibliotecas nos mosteiros, surgem as bibliotecas particulares dos colonos que aqui se instalaram. Por necessidade de formação acadêmica dos filhos nascidos no Brasil, os colonos compravam livros de países como, por exemplo, Portugal e Itália, e formaram coleções de livros em suas residências. Além disso, como já indicado, os acervos dos primeiros cursos de Direito no Brasil originam-se dos antigos acervos das ordens religiosas. Uma apreciação sobre as obras pertencentes às bibliotecas dos Franciscanos é feita por Rubens Borba de Moraes:

As bibliotecas que Lucas Antônio Monteiro de Barros adquiriu da Cúria e do Convento de São Francisco de São Paulo tornaram-se uma excelente coleção para os estudos superiores da futura Faculdade de Direito. Formadas em fins do século XVIII, por eclesiásticos, representam a cultura da época posterior à reforma da Universidade de Coimbra. Não estão isentas da influência das ideias da Ilustração como não estão duas outras, também formadas por eclesiásticos e na mesma época: a do padre Agostinho Gomes, na Bahia, e a do cônego Luís Vieira da Silva, em Minas Gerais. (MORAES, 1979b, p. 18)

Rubens Borba de Moraes apresenta esse novo momento no qual as bibliotecas são fundamentais para o início da formação universitária no Brasil, a partir de 1824, bem como o aparecimento de novas ideias no campo político com o fortalecimento da Ilustração.

A vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, configura-se outro momento importante de preocupação com as bibliotecas e os livros em nosso país. A instalação da Biblioteca Nacional, da Imprensa Régia, dos Arquivos demonstram o início de um ambiente cultural que se configura no Brasil devido à necessidade de manter os modos de vida que a Coroa Portuguesa desfrutava na Europa. Além disso, a invasão francesa ao território português obrigou a Casa de Bragança a trasladar sua metrópole, sendo o Brasil declarado sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815. Tal elevação da colônia à metrópole demandou a criação de uma estrutura burocrática para a gerência de um reinado ultramar. Havia muito os portugueses já tinham feito planos para transferir a corte para o Brasil, sendo que foram escritos três projetos pelo governo português com essa finalidade – o primeiro projeto data das Reformas Pombalinas, e nele já consta a preocupação com a transferência da biblioteca. Em 1821, D. João retorna para Portugal após a derrota de Napoleão, mas permaneceram no Brasil os equipamentos culturais e a imprensa que aqui se instalaram.

Data desse contexto a criação da primeira Biblioteca Pública no Brasil, em 1811, a partir da instalação dos Jesuítas com a criação do Mosteiro em Salvador. Devido à expulsão dessa ordem do Brasil, a primeira biblioteca pública no país foi formada a partir do acervo que foi deixado na Bahia. Sobre essa biblioteca, Emir Suaiden comenta que:

A primeira biblioteca pública fundada no Brasil foi a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada em 4 de agosto de 1811. As bibliotecas fundadas anteriormente, como a dos conventos, não eram públicas, e a Biblioteca Pública Real do Rio de Janeiro já existia em Lisboa, havendo, portanto, no caso, apenas a transferência de sede. É importante salientar que a fundação da Biblioteca Pública da Bahia não se efetivou através de uma iniciativa governamental. Ela foi criada por iniciativa dos cidadãos. Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhou um projeto, datado de 5 de fevereiro de 1811, ao Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para fundação da Biblioteca. O projeto para o funcionamento da biblioteca, contendo as ideias de Castello Branco, intitulava-se: *Plano para o estabelecimento de uma biblioteca pública na cidade de São Salvador Bahia de todos os Santos, oferecido à aprovação do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão Geral desta Capitania*. (SUAIDEN, 1995, p. 24 – grifo do autor)

Vemos que essa biblioteca é considerada a primeira biblioteca pública no país, por ela ter a chancela de funcionamento concedida pelo capitão-geral da capitania de São Salvador. No seu projeto de funcionamento, a biblioteca seria mantida por meio da assinatura de revistas. Dessa forma, a consulta e o uso da biblioteca seriam realizados a partir de um pagamento a ser feito pelos usuários. Ou seja, a biblioteca oferecia acesso público, mas seu efetivo uso era realizado por meio da captação de recursos para a instituição.

A forte intervenção da Coroa portuguesa na vida colonial do Brasil marca um momento importante com relação às preocupações com a cultura. Temos clareza que até esse momento houve ingerência de uma política com relação à cultura que foi colocada em prática em nosso território por Portugal. No entanto, essa fase sofre mudanças quando do processo de Independência, no ano de 1822. Albino Rubim apresenta que esse problema com relação à cultura só entrou efetivamente em discussão no Brasil por volta do final do século XIX. O autor destaca que:

A oligárquica república brasileira dos finais do século XIX até os anos 30 também não teve condições de forjar um cenário propício para o surgimento das políticas culturais nacionais. Apenas foram realizadas ações culturais pontuais, em especial, na área de patrimônio, preocupação presente em alguns estados. Nada que possa ser tomado como uma efetiva política cultural. Conforma-se assim, uma primeira triste tradição no país, em decorrência de seu perfil autoritário e elitista: o dificultoso desenvolvimento da cultura (Coutinho, 2000) e o caráter tardio das políticas culturais no Brasil. (RUBIM, 2007, p. 14)

As discussões relativas ao processo de independência do país até a proclamação da República marcam momentos conflitantes para tratar das questões relacionadas à cultura. O que encontramos no contexto de formação do Estado Independente que podemos aproximar a essas preocupações é a criação dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros (IHGB).

Os Institutos foram responsáveis por realizar concursos para escrever a história do Brasil e fomentar uma identidade nacional. São famosos os textos de Varnhagen e Martius promovidos pelos IHGB sobre a história do Brasil e a formação do nosso povo. A geração de intelectuais da segunda metade do século XIX trouxe ao Brasil um “bando de ideias novas”, ou seja, os postulados científicos e filosóficos que estavam em voga na Europa naquele momento, como, por exemplo, o cientificismo e o positivismo. Com relação à cultura, tal geração trouxe as contribuições de pesquisadores que estavam imbuídos de estudos de formação das raças. As contribuições de Charles Darwin, Spencer e Lamarck são transportadas pelas primeiras instituições de ensino do país, como, por exemplo, as Faculdades de Direito de Recife e de São Paulo, bem como os IHGBs, e utilizadas pelos pesquisadores com o objetivo de analisá-las à luz de nosso progresso social e político da época.

O que colaborou para colocar tais ideias novas em discussão no Brasil foi, principalmente, o momento final do século XIX no qual o escravismo sofria os reveses de sua exaustão; o início de um processo industrial na Europa, assim como a busca por uma identidade nacional por meio de seus pesquisadores que aqui começavam a se formar nas faculdades. O ideal positivista, tendo como um dos principais expoentes do momento Augusto Comte, também é importado ao país e utilizado como fonte para discussão do desenvolvimento e do progresso da nação. Tais questões alimentam os trabalhos sobre cultura no Brasil no século XX. O momento de transição para um novo

século é tratado na literatura científica como aquele em que se adensam as discussões nacionais sobre Política Cultural. Como apresentado por Lia Calabre:

No Brasil a relação entre o Estado e a cultura tem uma longa história. Entretanto a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene, data do século XX. (CALABRE, 2007 p. 87)

Em específico, a década de 1930 é tratada pela literatura como o exato momento em que tais preocupações com a cultura entram no campo político do país. Momento no qual iniciamos as discussões sobre políticas culturais, marcado pelo desenvolvimento administrativo dos estados brasileiros e pela construção e afirmação de um sistema federativo. Para Albino Rubim, a partir daí configura-se uma nova fase da sociedade brasileira:

Os anos 30 do século XX trazem alterações políticas, econômicas e culturais significativas. A velha república encontra-se em ruína. As classes médias e o proletariado aparecem na cena política. A emergente burguesia disputa espaço político com as oligarquias. (RUBIM, 2007, p. 14)

Isaura Botelho parte da mesma datação cronológica sobre o assunto, mas retoma o momento de chegada da Família Real como marco para a questão, como já exploramos aqui. Vejamos:

A criação das primeiras instituições culturais no Brasil se inicia com a vinda de D. João VI na transferência da corte portuguesa para o Brasil. Cria-se a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Histórico Nacional, por exemplo. Porém, é na década de 1930, durante o período Vargas, que se implantou um sistema verdadeiramente articulado em nível federal, quando novas instituições foram criadas com o fito de preservar, documentar, difundir e mesmo produzir diretamente bens culturais, transformando o governo federal no principal responsável pelo setor. (BOTELHO, 2007, p.110)

Interessante notar que a exposição de Isaura Botelho, ao demonstrar que as primeiras instituições culturais no Brasil datam da vinda de D. João VI, sublinha como as políticas culturais que efetivamente se estabeleceram a partir da década de 1930 tiveram como preocupação entender e absorver os equipamentos culturais existentes. Dessa forma, a perspectiva de retomada do olhar para a política com relação à cultura

desde o Brasil Colonial, com a instalação das primeiras bibliotecas, justifica-se porque as instituições criadas pelo governo português foram, posteriormente, colocadas sob a administração do Estado brasileiro. Além disso, no caso específico das bibliotecas, os acervos formados por essas instituições foram constituídos nas diferentes temporalidades e governos do Brasil.

Isaura Botelho apresenta a década de 1930 e o período Vargas como marco e momento importante para a discussão das políticas culturais no Brasil. Ainda, destaca como articulador de uma política cultural no período o Ministério da Educação, por meio da direção de Gustavo Capanema. No entanto, traz que a empreitada realizada pelo Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo foi o primeiro momento efetivo de intervenção do Estado na cultura. Note-se:

Experiência inovadora na época, a política implementada por Mário de Andrade segue sendo um exemplo interessantíssimo de uma ambiciosa gestão cultural na esfera do município, embora tenha tido pequena duração (interrompida em novembro de 1937). Creio ser o primeiro exemplo de uma política pública de cultura no sentido que encaramos hoje, dando conta de todo o universo da produção cultural em sentido abrangente (esporte, turismo, culinária, design, por exemplo) e incluindo em suas preocupações todas as camadas da população, inclusive infantil. (BOTELHO, 2007, p. 112)

Assim, as discussões relativas à política e à cultura podem ser realizadas em uma análise de longa duração que remonta ainda ao Brasil Colonial. De fato, naquele momento estávamos sob a interferência de uma política do Estado português, mas as instituições e os equipamentos culturais criados sob esse regime político, posteriormente, foram colocados nas mãos de uma nova administração do Estado brasileiro. Dessa forma, houve uma “sobreposição de camadas” políticas sobre as instituições culturais no Brasil que resultaram em políticas culturais que foram efetivamente discutidas e pensadas na década de 30 do século XX. Como bem apresentado por Albino Rubim (2007, p. 14), as preocupações do Estado brasileiro com as políticas culturais é tardia. No entanto, precisamos colocar essa análise junto às preocupações relativas às questões políticas vividas pelo processo de Independência e formação da República, que trouxeram outras prioridades políticas além da cultura para serem atendidas.

Outra pesquisadora que apresenta o momento de Mário de Andrade na Prefeitura de São Paulo como pioneiro na formação de uma política cultural é Anita Simis (2007).

Note-se:

Como se sabe foi Mário de Andrade que pela primeira vez formulou uma política cultural no sentido público, e não apenas voltada às elites, à elite nacional agrária oligárquica. A cultura passou então a ser um direito de todo cidadão. (SIMIS, 2007, p. 144)

Anita Simis e os demais autores apresentados creditam a Mário de Andrade e, conseqüentemente, ao Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo a formulação pela primeira vez de uma política cultural. De fato, a autora vai além e refere-se a uma política cultural no sentido público, constituída como direito do cidadão. Neste momento, precisamos fazer uma exposição sobre o que entendemos por política cultural para, posteriormente, iniciarmos uma exposição do Departamento de Cultura e da Divisão de Bibliotecas.

1.3 Políticas culturais: um modo de olhar

Uma definição fundamental de política cultural surge na década de 1940. Até então as ações realizadas pelos Estados na área da política com relação à cultura não expressavam de forma clara os sentidos para essa área. A partir de uma maior preocupação com a industrialização nas cidades, com as diversas formas de governos no século XX, a conceituação de política cultural entra na pauta de discussões mundiais.

Um momento importante no campo de estudo das políticas culturais ocorre quando a Unesco estabeleceu uma forma de atuação frente aos países que se tornaram signatários de sua declaração, em 1945. O contexto da Segunda Guerra Mundial marca a formulação de novos conceitos com relação à cultura e às políticas em todo o mundo; nascem instituições preocupadas em garantir a paz mundial, bem como o acesso e o uso das informações e bens culturais na sociedade. Nesse momento cria-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ratificada em 1948. Essa declaração busca garantir direitos aos homens, enquanto indivíduos, contra as barbáries perpetradas pelos Estados. De acordo com ela, os países signatários devem garantir tais direitos aos cidadãos no

âmbito de seus estados nacionais. No rol dos direitos humanos estão os direitos culturais, cuja garantia compete ao Estado. Esse pressuposto está descrito nos artigos XXII³ e XXVII⁴ da Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1948). A Unesco, no momento de discussões sobre os direitos culturais e as relações com os Estados, apresentou uma proposta de que a cultura deveria preocupar-se com as questões relacionadas ao patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Na década de 1960, são colocadas em pauta as discussões relacionadas à formulação dos direitos e liberdades políticas. Em 1969, a Unesco publicou um documento sob o título *Cultural policy: A preliminary study*, que apresentou o conceito de políticas culturais como:

Neste contexto, “política cultural” é entendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver uma política cultural adequada para todos os países, cada Estado-membro determina sua política cultural de acordo com os valores culturais, os objetivos e as escolhas estabelecidas para si mesmo. (UNESCO, 1969, p. 5, tradução nossa)⁵

[...] “política cultural” deve ser entendida como a soma dos usos conscientes e deliberada da ação ou falta de ação na sociedade, visando atender a determinadas necessidades culturais por meio da utilização máxima de todos os recursos materiais e humanos disponíveis em uma sociedade em um momento determinado. (UNESCO, 1969, p. 10, tradução nossa)⁶

³ Artigo XXII – Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

⁴ Artigo XXVII – § 1 – Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

⁵ “In this context, ‘cultural policy’ is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State. Obviously, there cannot be one cultural policy suited to all countries; each Member State determines its own cultural policy according to the cultural values, aims and choices it sets for itself.” (UNESCO, 1969, p. 5)

⁶ “[...] ‘cultural policy’ should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time.” (UNESCO, 1969, p. 10)

A crítica feita a esse conceito é a de que ele estabelece os pressupostos para atuação exclusiva dos Estados, sem um olhar para a participação da sociedade civil ou das instituições privadas. Já na década de 1980, ganham destaque as preocupações com a diversidade cultural, uma vez que, por exemplo, a queda da União Soviética colocou em choque diversas culturas que viviam sob restrições impostas pelo seu regime político. Em 1982, na Declaração do México sobre as Políticas Culturais, a Unesco apresentou um conceito de cultura como sendo:

[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, p. 1, tradução nossa)⁷

Nesse conceito de cultura elaborado pela Unesco, vemos que as questões relacionadas às minorias começam a aparecer nas discussões sobre as políticas culturais.

Em 2001, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural tal conceito de cultura proposto pela Unesco reaparece, acrescido do item que garante o estabelecimento de parcerias das políticas entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil, o que significa um salto qualitativo nas formulações da instituição, pois afirmam um entendimento que emergiu de intelectuais sobre o tema de que instituições não governamentais devem atuar em conjunto com o Estado e a sociedade. Dessa forma, o conceito de cultura e política cultural da Unesco sofre alterações ao longo do tempo de acordo com as preocupações políticas e históricas dos países que a compõem. Segundo Luís Fernando da Silva:

Da restrita visão de Cultura que existia nos documentos iniciais, na década de 1950 e início da de 1960, a Unesco passou ao entendimento de cultura como princípio de “direitos universais fundamentais” articulados às particularidades de modos de vida e existência de distintos grupo sociais. (SILVA, 2012, p. 15)

⁷ “[...] el conjunto de los rasgos distintivos, espirituales y materiales, intelectuales y afectivos que caracterizan a una sociedad o un grupo social. Ella engloba, además de las artes y las letras, los modos de vida, los derechos fundamentales al ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias.” (UNESCO, 1982, p. 1)

Tal maturação no conceito de cultura e política cultural pela Unesco foi fruto de intensos debates que emergiram de intelectuais que acrescentaram as suas contribuições às discussões realizadas. Como veremos, as demais contribuições ao conceito de Política Cultural, surgidas a partir da década de 1980, compõem-se dos pressupostos que foram explicitados pela Unesco em suas declarações.

Néstor García Canclini é um autor referencial que contribuiu para a discussão sobre as políticas culturais. Ele define o termo como:

Entendemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 26, tradução nossa)⁸

Observamos que, no conceito apresentado por Canclini, o Estado aparece como aquele que realiza as intervenções na área da cultura. No entanto, o autor credita também à sociedade civil e aos grupos comunitários a tarefa de participação. Tal inclusão desses agentes no conceito de política cultural contribui com as discussões da Unesco expostas na Declaração do México sobre as Políticas Culturais (1982). Da mesma forma, assim como a definição da Unesco apresentada em 1969, constatamos que o termo “necessidades culturais” aparece na definição exposta por Canclini. A diferença no campo conceitual entre Canclini e a Declaração de 1969 é que a segunda conceituação traz para o campo de debate, com maior ênfase, a questão do desenvolvimento simbólico e a obtenção de um consenso que leva a uma transformação social.

Um trabalho considerado marco na área da cultura no Brasil, que se preocupou em definir o campo da Política Cultural, foi o realizado no *Dicionário Crítico de Política Cultural*, coordenado por Teixeira Coelho (2004) – que teve a sua primeira edição em 1997. Nesta obra,

[...] a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado,

⁸ “Entenderemos por políticas culturales el conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social.” (CANCLINI, 1987, p. 26)

instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as “necessidades culturais” da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob esse entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do “patrimônio histórico” e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de: 1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e 2) intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas etc.). (TEIXEIRA COELHO, 2004, p. 293)

Teixeira Coelho apresenta o conceito de Política Cultural como um “programa de intervenções” que podem ser realizadas por diferentes atores. Na definição, o Estado e a sociedade civil estão presentes por meio de ações individuais ou entidades representativas, públicas ou privadas. Cabe destacar na citação que o conceito de Política Cultural fundamenta-se em um conjunto de intervenções que estão estruturadas por meio de um *programa*. Este estabelece de forma clara as ações e os objetivos como, por exemplo, produção e distribuição dos bens culturais, gastos orçamentários e pessoal necessário para a execução do que foi planejado. O desdobramento desse “programa de intervenções” é a busca de meios legais ou intervenções diretas para que a Política Cultural seja colocada em prática. No que diz respeito à proposta de discutir políticas culturais e bibliotecas públicas, a intervenção do Estado por meio de normas jurídicas torna-se fundamental por colocar em pauta as discussões sobre o acesso e o uso da informação. Teixeira Coelho expõe em seu conceito que o Estado atua de forma a traçar, na esfera política, as formas legais para que os equipamentos culturais exerçam suas atividades junto à sociedade.

Vemos que a definição de política cultural proposta por Teixeira Coelho abarca as definições apresentadas pela Unesco (1969), bem como as contribuições expostas por Canclini (1987) para o tema. No entanto, Teixeira Coelho retoma uma perspectiva administrativa com relação ao conceito de políticas culturais. É compreensível que esse autor traga para o campo de discussão do conceito das políticas culturais uma descrição mais técnica e operacional sobre o tema. A proposta da obra coordenada por Teixeira Coelho, o *Dicionário Crítico de Política Cultural*, foi a de delimitar um campo de conhecimento a partir dos principais termos que o compõe. Dessa forma, podemos

inferir que tal exposição de Teixeira Coelho procurou uma conceituação que pudesse abranger os diferentes atores que realizam uma Política Cultural, sendo eles o Estado e os diferentes agentes da sociedade civil. Estes, por sua vez, nem sempre atuam no campo simbólico de realização dos programas, mas, em muitos casos, em atividades burocráticas e administrativas que são fundamentais para a realização das políticas culturais.

O termo “necessidades culturais” aparece entre aspas na definição, apresentado por Teixeira Coelho, devido a uma relação conflituosa para o autor entre a oferta dos bens culturais pelas instituições e a complexa questão do gosto, ligado à esfera do desejo. Tal questão envolve ampla discussão que parte dos estudos que analisam as relações dos indivíduos com a cultura. Não entraremos nessa contenda, mas vale frisar que a preocupação com as “*necessidades culturais*” aparece de maneira recorrente nas conceituações apresentadas sobre o tema, sobretudo no âmbito das bibliotecas públicas.

Com relação ao campo simbólico de transformação dos indivíduos para o alcance de uma transformação social, Teixeira Coelho (2001) discute de forma clara tais questões no conceito de ação cultural. Dessa forma, Teixeira Coelho retira da definição de política cultural o caráter de subjetividade que poderia estar presente e que, por ventura, poderia trazer dificuldades para aqueles que o executam, uma vez que nem todos os participantes de uma política cultural comungam do objetivo de promover o desenvolvimento simbólico dos sujeitos.

Para Toby Miller e George Yúdice (2004), o conceito de Política Cultural segue essa linha de estudo que apresenta o conceito de forma burocrático-administrativa nas instituições. Segundo os autores:

A política cultura se realiza em diretrizes para ações sistemáticas e regulatórias que adotam as instituições a fim de alcançar suas metas. Em suma, é mais burocrática que criativa ou orgânica; as instituições solicitam, instruem, distribuem, financiam, descrevem e rejeitam os atores e as atividades que estão sob o signo do artista ou da obra de arte mediante a implementação de políticas. (MILLER; YÚDICE, 2004, p. 12, tradução nossa)⁹

⁹ “La política cultural se encarna en guías para la acción sistemáticas y regulatorias que adoptan las instituciones a fin de alcanzar sus metas. En suma, es más burocrática que creativa u orgánica: las instituciones solicitan, instruyen, distribuyen, financian, describen y rechazan a los actores y actividades que se hallan bajo el signo del artista o de la obra de arte mediante la implementación de políticas.” (MILLER; YÚDICE, 2004, p. 12)

A preocupação de Toby Miller e George Yúdice em conceituar a política cultural de forma burocrática segue uma linha de estudo que apresenta o Estado Moderno como um dos primeiros momentos de aparecimento do conceito. Para os autores, um conjunto de ações sistemáticas e regulatórias deve ser realizado por uma política cultural, para que ocorra a distribuição, a circulação e a produção artísticas. Os autores não especificam se tal política deve ser realizada pelo Estado ou pelas instituições privadas, mas destacam, como nos conceitos apresentados, o caráter operacional necessário para que as ações na cultura aconteçam.

Interessante observar essa abordagem, que traz as políticas culturais para o campo burocrático-administrativo, como explorado por Paula Felix dos Reis (2011). A referida autora ratifica que tal perspectiva possibilita a compreensão a partir da intervenção de diferentes agentes e atores no setor cultural. Além disso, traz como contribuição que essas discussões envolvem:

[...] planejamento, orçamento, formulação e aprovação de leis e regulamentos, elaboração de programas e projetos, financiamento, seleção (de grupos, artistas, projetos, manifestações etc.), contratações, aquisições etc. (REIS, 2011, p. 6)

A discussão sobre o conceito de política cultural com questões relacionadas à administração serve para que tais assuntos sejam avaliados dentro da perspectiva de projeto e planejamento das políticas. Além disso, como bem exposto pela autora, a utilização de tais termos faz uma aproximação com as questões relacionadas à administração pública. Dessa forma, “necessita-se de um aparato público que permita formular ações e colocá-las em prática” (REIS, 2011, p. 14).

Outro conceito importante para ser estudado sobre o assunto é o de Michel de Certeau (1995). Para esse autor, na política cultural:

Devem-se especificar objetivos, mediante a análise das situações. Eles devem inserir no mapa alguns lugares cujos critérios sejam definíveis, onde intervenções possam efetivamente corrigir ou modificar o processo em curso. Obtém-se, desse modo, *um campo de possibilidades estratégicas*. (CERTEAU, 1995, p. 193, grifo do autor)

Michel de Certeau traz para discussão a ideia de que uma política cultural atua no “campo das possibilidades estratégicas”. Em outra obra, *A invenção do cotidiano*, o

autor descreve com maiores detalhes o conceito de *estratégia* distinguindo-o do de *tática*. As estratégias são aquelas “capazes de produzir, mapear e impor” (CERTEAU, 1998, p. 91). Ainda segundo ele:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos de pesquisa etc.). (CERTEAU, 1998, p. 99)

Dessa forma, para Certeau as políticas culturais trabalham no campo das estratégias, uma vez que estão isoladas em um sistema de forças. Este pode ser realizado pelo Estado, com participação ou não da sociedade civil, ou seja, um grupo no poder que produz propostas, mapeia cenários e estabelece objetivos para serem executados na área da cultura. Tais objetivos são planejados tendo em vista uma análise das situações sociais, políticas e econômicas do contexto no qual está inserido. Com isso, a “análise de situações” é um conceito fundamental dentro do campo das políticas culturais. Dependendo das escolhas realizadas nessa análise de situações, uma política cultural pode ter aceitação ou não pela comunidade na qual será aplicada. Tal proposta é relevante quando trabalhamos com comunidades que envolvem um número expressivo de instituições e atores envolvidos. Para Certeau a *tática* “é determinada pela ausência de poder” (CERTEAU, 1998, p. 101), está relacionada à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço. Podemos inferir que no campo das políticas culturais a aplicação do conceito de *tática* estaria próxima aos sujeitos, astutos para criar movimentos heterogêneos frente às estratégias impostas por um grupo no poder. Importante ressaltar que cabe à esfera política conduzir os embates entre *estratégia* e *tática*, de modo que uma política cultural seja executada na realização das propostas, mas também na escuta dos confrontos e na adequação aos mesmos.

Como outro ponto a ser destacado da conceituação de Certeau (1995), vale discorrer sobre a preocupação de que a política cultural trace objetivos e que busque “corrigir ou modificar o processo em curso”. Aqui surgem algumas indagações: *a política cultural teria como um de seus fins a modificação de processos em curso? Que*

processos são esses? O que podemos constatar é que, para o autor, política cultural é aquela que pode interferir em mudanças a partir da interação no campo simbólico. Certeau entende a política cultural a partir de uma perspectiva transformadora, de mudanças sociais. De fato, as políticas culturais propostas visam alterações em seus meios de aplicação. No entanto, essa não é a condição *sine qua non* para que ela aconteça. Outros objetivos, como, por exemplo, a promoção de um grupo ao poder, favorecimentos às intuições, entre outros, podem ser os fins das políticas culturais.

Outro conceito de destaque sobre as políticas culturais é o proposto por Jim McGuigan (1996). Esse autor traz que as políticas culturais envolvem:

Conflito de ideias, disputas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos. (MCGUIGAN, 1996, p. 1)

Tal citação coloca em debate a questão de que as políticas culturais são formuladas em um ambiente no qual existem os conflitos de ideias, as disputas institucionais e as relações de poder sobre os significados simbólicos expressos nas políticas. A apresentação de Jim McGuigan pode ser relacionada à “Teoria de Campo” de Pierre Bourdieu, no qual o campo de poder é o “espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente)” (1996, p. 244). Essa abordagem das políticas culturais como algo a ser formulado em um território de intenso conflito de ideias retira o caráter estrutural estático que uma política cultural pode apresentar. A crítica feita ao conceito de Teixeira Coelho repousa nesse plano, que apresenta que as políticas culturais estão em intenso conflito de posições e interesses por parte de seus atores.

A partir da definição de política cultural por Jim McGuigan, Alexandre Barbalho comenta:

Por sua vez, as decisões indicadas por uma estratégia de política cultural coloca em ação determinada organização de poderes que só se manifesta por meio de uma análise política. (BARBALHO, 2008, p. 22)

O comentário de Alexandre Barbalho deixa claro que uma análise do quadro político se faz necessária para criar estratégias de desenvolvimento da política cultural, assim como para que ela ganhe permeabilidade entre os setores que estarão envolvidos

em sua execução. Aqui cabe a observação de que, ao elaborar uma política cultural, nessa perspectiva de análise, não podemos limitá-la apenas a uma simples tarefa administrativa. Dessa forma, as políticas culturais são criativas, propositivas – ao produzirem discursos –, e detentoras de poder simbólico atuante no campo cultural (BARBALHO, 2007). Diferentemente das críticas feitas por Alexandre Barbalho (2008) ao conceito proposto por Teixeira Coelho (2004), em nenhum momento este apresenta que as propostas das ações em uma política cultural ocorrem de forma consensual. Para entendermos essa proposta de Teixeira Coelho, torna-se necessário trazer para discussão o conceito de cultura proposto pelo autor. Ele apresenta que:

Cultura é o que move o indivíduo, o grupo, para longe da indiferença, da indistinção; é uma construção, que só pode proceder pela diferenciação. Seu oposto é a diluição. (TEIXEIRA COELHO, 2001, p. 21)

Se entendermos cultura pela proposta de intensa construção, portanto processual e dinâmica, conseqüentemente, podemos inferir que políticas culturais também comungam desse sentido. Dessa forma, observamos que a partir dos conceitos de política cultural estão em jogo diferentes conceitos de cultura.

Interessante observar que Teixeira Coelho, no livro, *A cultura e seu contrário*, discutiu essa relação das políticas culturais com as questões simbólicas. O autor apresenta que:

A política cultural da contemporaneidade marcada pela pluriemergência da sociedade civil tem então de levar em conta essa multiplicidade de subjetividades. Pode fazê-lo? É viável uma política cultural para as singularidades, desde a perspectiva em que se coloca o Estado? Do ponto de vista quantitativo, nas atuais circunstâncias, e sob o ângulo do conteúdo, a resposta é não. As singularidades são legião, os recursos mostram-se ínfimos e critérios justos para decidir quais singularidades contemplar inexistem e não podem ser formulados. (TEIXEIRA COELHO, 2008, p. 80-81)

Na citação acima, Teixeira Coelho apresenta a dificuldade do Estado, com seus recursos finitos, em atender às subjetividades individuais. Dessa forma, as políticas culturais trabalham nesse meio-campo entre uma política dos coletivos e as políticas individuais. Não é possível fazer uma distinção entre essas duas propostas, mas o que

cabe ao Estado é desenhar políticas que envolvam o coletivo para que os indivíduos criem as suas formas de interação com a cultura.

Albino Rubim (2007) não chega a definir o conceito de política cultural na sua “Introdução” que abre a coletânea de artigos sobre o assunto. No entanto, traz como requisitos principais para uma política cultural:

Neste horizonte teórico-conceitual, falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos, pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas. (RUBIM, 2007, p. 13)

A contribuição de Albino Rubim para o tema apresenta os pontos-chave das políticas culturais. Intervenções conjuntas e sistemáticas refletem uma formação de política que preveja a sua implementação, assim como a sua gestão quando aplicada. Atores coletivos representam uma gama plural de pessoas e instituições responsáveis para o desenvolvimento de uma política cultural. Cabe frisar que a citação de Albino Rubim não traz para a discussão o caráter de transformação simbólica das políticas culturais, eixo explorado nas definições apresentadas. Por fim, as metas a serem alcançadas podem variar de acordo com os objetivos da política cultural. Numa perspectiva democrática, em que os direitos culturais sejam assegurados, a meta é a ampla participação dos sujeitos na construção de uma cultura comum.

Assim, a conceituação de políticas culturais envolve uma série de questões como, por exemplo, os diferentes atores envolvidos – sociedade civil, Estado, instituições públicas e privadas –, as necessidades culturais, os desejos, as questões simbólicas como metas, o caráter burocrático-administrativo e, por fim, a discussão de uma intervenção sistemática das políticas. As contribuições dos autores expostos neste capítulo esboçam um panorama de como o assunto possui diferentes abordagens na literatura. O que podemos inferir é que todas essas questões levam a um amadurecimento das discussões com relação ao acesso e ao uso da cultura em sociedade.

Em nossa perspectiva de análise, o Estado deve atuar conjuntamente com a sociedade, garantindo ao indivíduo o direito de participar de forma ativa da vida cultural. Com isso, o acesso e o uso da cultura, a partir da iniciativa do Estado, ocorrem, sobretudo, por meio de ações desenvolvidas nos equipamentos culturais, como, por exemplo, os museus, as bibliotecas e os centros culturais. De modo específico para as

bibliotecas que trabalham com o acesso à informação, a criação da Divisão de Bibliotecas pelo Departamento de Cultura marca uma intervenção do Estado por meio de uma política cultural.

Assim, vimos quais são as características das bibliotecas públicas, como essas bibliotecas surgem no Brasil e as diferentes abordagens sobre o conceito de política cultural. Dessa forma, vamos analisar o Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935), momento que marca a participação do Estado brasileiro a partir da proposição de uma política cultural, com um olhar específico para a Divisão de Bibliotecas.

CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA CULTURAL PARA SÃO PAULO

Para a identificação da Política Cultural realizada no período estudado, fez-se necessário pesquisar em leis e documentos que criaram o Departamento de Cultura, além de verificar as ações da Divisão de Bibliotecas e quais propostas foram colocadas em prática. É sabido que nem sempre é possível identificar de forma clara as funções, os procedimentos e os objetivos propostos por uma determinada gestão com relação à política cultural e suas instituições. Tal fator acontece, muitas vezes, por não existir um documento que estabeleça essas questões dentro de um determinado governo. A fim de sanar esse problema, procuramos nas ações realizadas pela Divisão de Bibliotecas identificar quais foram as prioridades executadas pela gestão Departamento de Cultura no que diz respeito às bibliotecas públicas.

Também, é preciso identificar a diferença existente entre o momento de criação do desenho da política e o de sua implementação. No caso do Departamento de Cultura, vemos que algumas propostas não chegaram a se concretizar totalmente, ou foram alteradas quando colocadas em prática. Dessa forma, mesmo com dificuldade de identificação das políticas culturais, as instituições e os responsáveis pela execução das propostas são braços de realização do Estado e, conseqüentemente, seguem as suas diretrizes quando da formulação das ações e de sua efetiva consecução.

Outra questão presente no estudo das políticas culturais, que será tratada no Departamento de Cultura, é o jogo político na nomeação dos seus responsáveis. Chefes de divisões são nomeados sem terem vínculo específico com determinada área de trabalho, mas por apresentarem fatores como, por exemplo, questões sociais, econômicas, religiosas, intelectuais e até mesmo afetivas – amigos e amores. Ainda com relação à nomeação dos recursos humanos dentro da política, é preciso mencionar, também, que setores são divididos por “encaixes” políticos. Ou seja, adequações com alianças e partidos são feitas em setores, de modo a satisfazer os interesses envolvidos no jogo político.

A Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura fez parte de um projeto maior do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo que tinha entre seus objetivos a criação de Parques Infantis, a Divisão de Documentos Históricos,

a Biblioteca Brasileira, a Discoteca Municipal, o Museu da Palavra, o Museu Municipal, o Cinema Educativo, além do projeto de Missões e Pesquisas Folclóricas.

2.1 O Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo

A cidade de São Paulo passou por profundas transformações administrativas a partir do mandato do prefeito Fábio Prado, entre 1934 e 1938, cuja gestão municipal desenvolveu projetos nas áreas social, urbanística e cultural da cidade. Segundo o prefeito, as leis promulgadas na cidade podiam ser divididas em três ordens distintas, sendo: “aquelas de caráter social, as de feição cultural, que não deixam de ter muito do caráter social e as meramente administrativas” (*O Estado de S. Paulo*, 1 mar. 1936, p. 5). O Departamento de Cultura e Recreação aparece nesta ordem relacionado às leis de “feição cultural”. Nota-se, pela primeira vez, a preocupação com a cultura, originada por um projeto político na cidade de São Paulo, com o envolvimento de diferentes instituições.

Os trabalhos do Departamento de Cultura do Município de São Paulo têm início em 30 de maio de 1935, a partir do Ato Municipal nº 861. Com essa lei criou-se o Departamento de Cultura e foi apresentada a organização das divisões que o comporiam. Na ocasião, o quadro dos recursos humanos responsável pelo Departamento de Cultura e Recreação foi constituído da seguinte forma: diretor – Mário de Andrade; chefes de divisão – Expansão Cultural – Mário de Andrade; Bibliotecas – Enrico de Goés; Educação e Recreios – Nicanor Miranda; Documentação Social e Histórica – Sérgio Milliet da Costa e Silva; chefes de seção – Teatros e Cinemas – Paulo Ribeiro Magalhães; Biblioteca Municipal – Jacyntho Silva; Divertimentos Públicos – Amador Florenço; Documentação Histórica – Benevenuto Sant’Anna; Documentação Social – Bruno Rudolph; Auxiliar de Chefia da Biblioteca Municipal – Cyro Christiano de Souza; Técnico de Pesquisas Sociais – Samuel Lowie; Catalogação – Francisco Azevedo; Consultas, Conferências – Nelson Mello; Biblioteca Infantil – Lenyra Fraccaroli; Gravuras, Mapas – Afra de Lima; Agente de Teatros e Cinema – Herber Costa (SÃO PAULO, 1935a; 1935b).

Segundo o Ato Municipal nº 861, o Departamento de Cultura tinha por objetivo:

[...] estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural, promovendo e organizando espetáculos de arte, cooperando em um conjunto sistemático de medidas para desenvolver a arte dramática e, de maneira geral, da música, do canto, do teatro e do cinema. Também, colocar a cultura ao alcance de todos através de uma estação radiodifusora; palestras e cursos populares de organização literária ou científica; cursos de conferências universitárias; seções literárias e artísticas; enfim, tudo o que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento e a extensão da cultura, bem como criar e organizar bibliotecas públicas, de forma a contribuir eficazmente para a difusão da cultura em todas as camadas da população. (SÃO PAULO, 1935a)

Do trecho acima, cabe o destaque de que o Estado seria responsável por realizar iniciativas sistemáticas para a área da cultura. Tal proposta se aproxima das exposições traçadas para entendimento de política cultural proposto pela Unesco (1969), bem como por Canclini (1987) e Teixeira Coelho (2004). Dessa forma, o Departamento de Cultura pode realizar intervenções, a partir de procedimentos legais, nas diferentes instituições que estavam sob sua responsabilidade. No que diz respeito às bibliotecas, vemos a preocupação do Ato Municipal em “criar e organizar bibliotecas públicas”, ou seja, propor uma nova atuação para esse equipamento cultural na cidade de São Paulo, sendo que elas contribuiriam para a difusão da cultura.

A estrutura do Departamento de Cultura foi oficialmente aprovada pelo Ato Municipal nº 1.146, de 4 de julho de 1936. Na estrutura do Departamento Municipal de Cultura, além da Divisão de Expansão Cultural que coube a Mário de Andrade dirigir, quatro divisões foram criadas: Documentação Histórica e Social; Bibliotecas; Educação e Recreios; Turismo e Divertimentos Públicos (SÃO PAULO, 1936). Em uma carta endereçada a Câmara Cascudo, Mário de Andrade conta como foram os primeiros momentos no Departamento de Cultura:

Eu bem contara a você que estava prestes a arrebentar aqui a minha nomeação para chefe duma das divisões dum Departamento de Cultura e Recreação, que a Prefeitura de S. Paulo estava pra criar. Ora de repente fui chamado, e tive o choque dum convite inesperado, não só me titulavam no meu cargo já decidido, como me convidavam pra Diretor de todo o Departamento a se criar. De maneira que, vinda a nomeação, a 30 de maio, não só me vi na Chefia da minha Divisão, mas com o serviço apenasmente quadruplicado, como Diretor-geral, orientador, sistematizador, e o diabo, de todas as quatro divisões do Departamento. (CASCUDO, 2010, p. 270)

A partir desse momento, Mário de Andrade, juntamente com os chefes das Divisões, começa a articular as ações da cultura para São Paulo. Na cidade existiam os Parques Infantis, a Biblioteca Municipal, o Arquivo, o Teatro Municipal e um Serviço de Divertimentos Públicos – relacionado a atividades esportivas. A partir de tal estrutura foi possível criar o Departamento de Cultura e Recreação, bem como propor novos serviços à população.

Segundo relatos de Paulo Duarte, o plano que estruturou o Departamento de Cultura foi elaborado por ele, então deputado, assessor do prefeito Fábio Prado e posterior membro do Conselho Técnico do Departamento de Cultura. Paulo Duarte relata quais foram as divisões criadas e os nomes dos respectivos responsáveis:

Assim, para a Divisão de Expansão Cultural e direção do Departamento iria Mário de Andrade; para a Divisão de Documentação Histórica e Social, iria Sérgio Milliet, então bibliotecário da Faculdade de Direito; para a Divisão de Bibliotecas, iria Rubens Borba de Moraes, funcionário da Recebedoria de Rendas do Estado e cuja alta competência bibliológica o tempo confirmou. E assim por diante. Esta, a razão do êxito do Departamento de Cultura. (DUARTE, 1977, p. 32)

Paulo Duarte relata também que o prefeito Fábio Prado não conhecia Mário de Andrade, mas em um almoço os dois foram apresentados e o prefeito consentiu na aprovação do nome de Mário para diretor do Departamento de Cultura. Nesse episódio existe uma anedota que mostra como foi a escolha do nome de Mário de Andrade para diretor do Departamento. Conta-se que no momento em que Paulo Duarte apresentou o nome de Mário de Andrade ao prefeito, a primeira referência feita por pessoas próximas ao chefe municipal era a de que Mário poderia ser visto como “pancada” – louco. No entanto, o prefeito perguntou para Paulo Duarte se ele [Mário] era *competente*. A resposta do assessor foi positiva e Fábio Prado consentiu na nomeação de Mário de Andrade. Nisto surgiu a célebre frase, que não pode ser confirmada como de autoria do prefeito, mas que marca o momento de nomeação do diretor do Departamento de Cultura: *antes louco que incompetente*.

Ainda sobre a escolha dos funcionários que compuseram o Departamento de Cultura, o prefeito Fábio Prado, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 4 de março de 1936, relata que a escolha dos nomes “foi feita em segredo”. Nesse artigo, o prefeito apresenta que:

O Departamento de Cultura precisava de homens que não viessem a ser apenas funcionários públicos. Precisava de homens que viessem a contribuir para a formação definitiva do espírito paulista. Por isto, o Departamento de Cultura não tem, como seu funcionário, um só afilhado político, um só nome, desde os altos dirigentes até os quartos-escriturários, a cuja escolha não tivesse precedido um exame acurado. Inúmeros desses funcionários só vim a conhecer depois de nomeados. Indicados por gente da Universidade e por outras instituições mentais de São Paulo, nomeei-os sem indagar do seu credo religioso ou político, sem querer saber como e o que pensavam. Bastava-me não ignorar o seu índice mental e a capacidade intelectual de cada um, o seu espírito e o que deles poderia esperar a obra a iniciar-se. (*O Estado de S. Paulo*, 4 mar. 1936, p. 4)

Tal documento necessita de uma crítica para não passar a ideia de que a nomeação dos membros do Departamento de Cultura foi realizada sem nenhum tipo de interferência, sendo observadas apenas as qualidades técnicas e profissionais de seus dirigentes. O que se constata na literatura política sobre o período é o contrário do que foi apresentado pelo prefeito Fábio Prado na citação acima. Ou seja, diretores e funcionários nomeados para o Departamento de Cultura eram membros do Partido Democrático (PD) ou apresentavam laços estreitos de relacionamento com pessoas ligadas a esse partido. Um melhor panorama sobre o cenário político da época será realizado adiante.

A partir desse episódio surge a indagação de como o nome de Mário de Andrade chegou ao conhecimento de Paulo Duarte. Essa pergunta também pode ser feita em relação aos demais membros que compuseram as divisões criadas no Departamento de Cultura. É sabido que Mário de Andrade teve um papel fundamental nas atividades da Semana de Arte Moderna de 1922. No seu apartamento na rua Lopes Chaves foram realizadas reuniões, entre 1921 e 1923, que contavam com a participação de artistas, músicos e intelectuais da época. As reuniões tinham por objetivo fazer com que os amigos conhecessem os trabalhos uns dos outros, permitindo novos vínculos de relacionamento entre os participantes. Segundo Suelena Pinto Bandeira (2007, p. 11), as reuniões contavam com a participação de pessoas como, por exemplo, Rubens Borba de Moraes, Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Luís Aranha, Menotti del Picchia, Tácito de Almeida, Antônio Carlos Couto de Barros, José Mariano de Camargo Aranha, Paulo Nogueira Filho, Vicente de Azevedo, Fernando Guedes Galvão e Yan de Almeida Prado.

Após a Semana de Arte Moderna em São Paulo, as reuniões entre os amigos continuaram a ocorrer no período de 1926 a 1931. No entanto, os encontros passaram a ser realizados em um apartamento da avenida São João, de propriedade de Paulo Duarte, na época jornalista do *Estado de S. Paulo* e membro do Partido Democrático. Este relata que foi em sua residência que a ideia do Departamento de Cultura surgiu. Paulo Duarte expõe que:

Foi lá [no apartamento] que germinou o Departamento de Cultura. Éramos um grupo pequeno: Mário de Andrade, Antônio de Alcântara Machado, Tácito de Almeida, Sérgio Milliet, Antônio Carlos Couto de Barros, Henrique da Rocha Lima, Randolpho Homem de Melo, todos já mortos, Rubens Borba de Moraes e Nino Gallo. (DUARTE, 1977, p. 49)

Dessa forma, essa rede de amigos que se institucionaliza no Departamento de Cultura demonstra um comportamento recorrente na política brasileira de formação de seus quadros administrativos. Podemos retomar, para análise desse quadro, a tese de Sérgio Buarque de Holanda sobre o Homem Cordial, especificamente com relação à nomeação de políticos no Brasil:

A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. (HOLANDA, 1993, p. 105-6)

Sérgio Buarque critica uma ética de fundo afetivo que se estabelece nas relações sociais entre o Estado e os indivíduos na sociedade brasileira. Ou seja, há uma relação íntima de caráter pessoal entre o Estado burocrático e os indivíduos que são colocados no poder. Estes, por sua vez, relativizam as leis e suas aplicações, imperando certo regime de “coleguismo”, em que estão envolvidos os sentimentos que impedem a real aplicação de normas ou regulamentações. No caso do Departamento de Cultura, vemos que houve uma escolha de nomes dentro da proposta exposta por Sérgio Buarque, em que prevaleceu a confiança pessoal daquele grupo de indivíduos.

A partir desse quadro geral que demonstra os relacionamentos pessoais entre os envolvidos na criação do Departamento de Cultura, vale também fazer um esboço de

como o cenário político se mostrou propício à instalação da política cultural em destaque.

2.1.1 O cenário político da época

Para um melhor entendimento do que foi o projeto da política cultural do Departamento de Cultura, precisamos retornar na história para o momento da Proclamação da República, em 1889. Com a promulgação da Constituição de 1890, o Brasil assumiu um regime de governo representativo, constituído por uma República Federativa. É neste momento que surgem os partidos políticos regionais, organizados de acordo com as elites oligárquicas existentes no país. Desse contexto nascem os partidos, como, por exemplo, o Partido Republicano Mineiro (PRM), o Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Esse cenário político brasileiro se expandiu no início do século XX, sendo criadas diferentes representações políticas regionais.

O contexto político que marca a década de 1920 no Brasil é identificado pela chamada *República do Café com Leite*, em que os Partidos Republicanos Paulista e Mineiro se revezavam na presidência da República. Esse momento também é lembrado pela crise do café, devido a um aumento da inflação ocasionada pela desvalorização desse produto no mercado internacional. Segundo Maria Ligia Coelho Prado:

A crise inflacionária da década de 1920 estava relacionada com a política de defesa permanente do café, provocando fissuras entre as forças dominantes e insatisfações entre as classes médias, pela deterioração de seus níveis de vida. (PRADO, 1986, p. 25)

O embate entre os interesses regionais fez surgir contradições dentro dos partidos com relação aos rumos políticos e econômicos do país, o que abriu espaço para que novos grupos se organizassem. O Partido Democrático (PD) foi criado em 1926, como uma dissidência do Partido Republicano Paulista. O PD nasceu envolto nas novas aspirações políticas da época, que buscavam legitimar governos democráticos por meio do voto.

Segundo Paulo Nogueira Filho (1965, p. 155), as bases programáticas do Partido Democrático foram retiradas do manifesto do “Partido Democrata”, documento assinado pelo conselheiro Antônio Prado, ex-membro do Partido Republicano Paulista. Dentre os principais pontos que compõem as bases do Partido Democrático quando da sua formação, estão:

1. Defender os princípios liberais consagrados na Constituição, tornando uma realidade o governo do povo pelo povo e opondo-se a qualquer revisão constitucional que implique em restrições às garantias e liberdades individuais.
2. Pugnar pela reforma eleitoral, no sentido de garantir a liberdade do voto, reclamando para isso o voto secreto e medidas asseguradoras do alistamento, do escrutínio, da apuração e do reconhecimento.
3. Vindicar para a lavoura, para o comércio e para a indústria a influência a que têm direito, por sua importância, na direção dos negócios públicos.
4. Suscitar e defender todas as medidas que interessam à questão social.
5. Pugnar pela independência econômica da magistratura nacional e pelo estabelecimento de uma organização judiciária em que a nomeação dos juízes e a composição dos tribunais independam completamente de outro qualquer poder político.
6. Pugnar pela independência econômica do Ministério Público e pela criação de um organismo integral de instrução, abrangendo o ensino primário, secundário, profissional e superior. (NOGUEIRA FILHO, 1965, p. 156)

Foi suprimido do original do manifesto do “Partido Democrata”, no item 3, o trecho “e particularmente ao bem-estar das classes trabalhadoras”, e acrescentado “para o comércio e para a indústria”. Além disso, foram introduzidos os itens 5 e 6. Cabe observar que está na base do programa do Partido Democrático, em seu item 6, a preocupação com a educação. Adiante veremos que se origina desses princípios do Partido Democrático, em especial o que se refere à educação, o entendimento da atuação do Departamento de Cultura pelo governo do estado de São Paulo em 1935. Tal preocupação com a educação possibilitou que novos membros se filiassem ao partido, além de que ações nesse campo fossem pensadas pelo poder público para serem colocadas em prática na sociedade.

Dentre os indivíduos que fizeram parte da criação do PD, Maria Ligia Coelho Prado (1986) identificou três grupos políticos distintos:

- 1) o da Faculdade de Direito, em volta das figuras de Waldemar Ferreira e Francisco Morato;
- 2) o grupo de Marrey Júnior;
- 3) o jornal *O Estado de S. Paulo*, em torno de Júlio de Mesquita. A figura do Conselheiro Antônio Prado atraiu e

uniu esses grupos na tarefa de concretizar o surgimento de um partido de oposição. (PRADO, 1986, p. 13)

Cabe destacar nessa passagem a presença do jornal *O Estado de S. Paulo*, bem como a do conselheiro Antônio Prado, fazendeiro do café e duas vezes interventor do estado de São Paulo, além de ser tio do futuro prefeito Fábio Prado. Outro membro do PD de fundamental importância é Armando de Salles Oliveira, genro de Júlio de Mesquita – dono do jornal *O Estado de S. Paulo* –, e que tinha relações comerciais com diferentes membros da sociedade paulista, como, por exemplo, Numa de Oliveira, Fernando Prestes (filho de Júlio Prestes) e Gastão Vidigal. Esse conluio de interesses políticos é exposto por Elisabeth Abdanur:

Politicamente, Fábio Prado integrou a “dissidência oligárquica” que em 1926 fundou o Partido Democrático em São Paulo e manteve estreitas ligações com o jornal *O Estado de S. Paulo* da família Mesquita, com os “revolucionários” paulistas de 32 e com Armando Salles de Oliveira, interventor federal em São Paulo entre 1933 e 1936. (ABDANUR, 1992, p. 2)

Nesse contexto político o jornal *O Estado do S. Paulo* teve papel fundamental como difusor das ideias de uma nova política no Estado, que teria como bandeira as propostas do Partido Democrático. Vejamos:

A partir dessas concepções, Júlio de Mesquita Filho procurou formular o problema da implantação da “democracia” no Brasil atribuindo um papel de liderança ao estado de São Paulo neste processo. (ABDANUR, 1992, p. 7)

Houve uma associação de interesses entre o jornal *O Estado de S. Paulo* e o Partido Democrático, para o qual a difusão de ideias pelos meios de comunicação era de grande contribuição para as suas aspirações políticas. Ainda Elisabeth Abdanur traz que:

Essa luta justificou também o apoio do jornal ao Partido Democrático fundado em 1926 e cuja principal bandeira era a institucionalização do voto secreto. Segundo organizadores do novo Partido, seu objetivo era “obter para o povo o livre exercício da soberania e da escolha de seus representantes”. (ABDANUR, 1992, p. 10)

Como síntese de tal associação, Elisabeth Abdanur apresenta que:

Ao lado do Partido Democrático, o jornal apoiou o momento de 30 que impediu a posse do paulista Júlio Prestes do PRP na Presidência da República e levou Getúlio Vargas ao poder. (ABDANUR, 1992, p. 12)

Dessa forma, o Partido Democrático constitui-se como uma oposição ao PRP, buscando expandir suas propostas políticas para alcançar os governos das unidades administrativas regionais, tendo como apoio os intelectuais paulistas e um veículo de comunicação. Uma síntese do que foi a formação do Partido Democrático pode ser encontrada no texto de Maria Lígia Coelho Prado:

O partido surgiu de um pequeno grupo com uma proposta de reformar os “costumes” políticos paulistas e brasileiros. É certo que esse grupo pertencia à classe dominante: no entanto, o partido precisava ter uma base social e eleitoral para que pudesse chegar ou mesmo aproximar-se do poder. A solução consistiu em abrir o partido para opositores dos mais variados matizes: desde figuras das classes médias até membros da classe operária. Assim, descontentes diversos se transformaram em opositores e entraram para o partido como único canal legal de expressão e participação políticas. (PRADO, 1986, p. 55)

No V Congresso do Partido Democrático, que se reuniu em agosto de 1929, o partido votou e apoiou os candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa, da Aliança Liberal, à presidência da República. Tal posição retirou a proposta de indicar um candidato do próprio partido à presidência. No entanto, o embate que efetivamente levou o PD ao momento de grande transição de um partido intermediário para protagonista na cena política nacional foi a Revolução de 1930. Em oposição ao candidato do PRP para a presidência, Júlio Prestes, o PD aprofundou seu relacionamento com a Aliança Liberal. Segundo Edgar de Decca:

A proposta política do Partido Democrático incorpora o temário da revolução, sem contudo assumi-la. Em outras palavras, fazer a revolução era tarefa de um sujeito político, os “revolucionários, e estar ao lado dela significava angariar simpatias no interior do acordo tático das oposições ao Partido Republicano. [...] o PD, contudo, buscava aproximação com os seus líderes para ampliar as suas próprias bases partidárias. Disputar o poder no interior da classe dominante, isto é, combater eleitoralmente o Partido Republicano, requeria um esforço de ampliação de alianças

capaz de polarizar em torno de seu programa o maior número possível de setores da sociedade. (DECCA, 1984, p. 88)

No entanto, essa postura adotada pelo Partido Democrático em uma frente com a Aliança Liberal, que resultou no apoio à Revolução de 1930, foi mais uma ação realizada dentro do contexto da época do que uma iniciativa que estava presente nos programas do partido. Maria Helena Capelato também apresenta que a preocupação do Partido Democrático era fazer alianças de modo a ampliar a sua participação nas urnas. Note-se:

Como esta seria feita contra as oligarquias (que o PD identificava com os perrepistas), os democráticos se uniram aos “revolucionários”, integrando-se na Aliança Liberal. Nesse momento, não levaram em conta que a Aliança Liberal englobava o “movimento tenentista”, que apresentava como proposta básica, incorporada ao programa da Revolução, a ideia de centralização do poder e a luta contra a dominação dos estados mais poderosos – São Paulo e Minas Gerais. Os democráticos paulistas, que eram defensores de uma autonomia ainda maior dos estados, a eles se uniram, deixando de lado perspectivas em princípio antagônicas. (CAPELATO, 1981, p. 12)

Maria Lígia Coelho Prado (1986) considera que o Partido Democrático tinha em seus propósitos políticos características conservadoras, em detrimento das preocupações revolucionárias. A autora apresenta uma passagem importante que mostra a associação do Partido Democrático com a Revolução de 1930, vejamos:

O partido nunca foi “revolucionário” por iniciativa própria, por definição de programa; ele, simplesmente, não teve escolha num determinado passo de sua história. E por isso mesmo, sua participação reticente, desconfiada, no movimento liderado por Getúlio Vargas. Depreende-se daí, ainda, a situação dos anos que se seguiram a 1930, repletos de ambiguidades, de indecisões, de apoio e, ao mesmo tempo, de desconfiança aos líderes no poder. (PRADO, 1986, p. 96)

As “ambiguidades” apresentadas por Maria Lígia Coelho Prado foram acentuadas com o tempo e acabaram com um racha político dentro do Partido Democrático, o que levou à formação do Partido Constitucionalista (PC) em 1934, quando das eleições para a Assembleia Estadual Constituinte de São Paulo.

O cenário político mundial vivia os conflitos das classes operárias e a emergência do socialismo. Não alheio a esse momento, o estado de São Paulo era um microcosmo desse cenário em 1930, no qual essas questões emergiram com profunda vitalidade. Maria Lígia Coelho Prado expõe o cenário político da época, inserindo o Partido Democrático nas questões políticas mundiais. A autora apresenta que:

O Partido Democrático respondia, assim, às questões vitais da década, apresentando uma alternativa diversa da defendida por Prestes, pelo tenentismo ou ainda pelo movimento operário vinculado ao anarquismo ou ao recentemente criado Partido Comunista. (PRADO, 1986, p. 93)

Dessa forma, o Estado precisava repensar seus modos de organização das instituições, bem como propor novas políticas para uma sociedade que estava em crescente adensamento do seu meio urbano. Ainda segundo a autora (1986), a escolha dos novos representantes para a política nacional respondia a anseios da época. Vejamos:

O Partido Democrático nasceu no próprio bojo do movimento social, pressionado pelo avanço das reivindicações operárias e pequeno-burguesas, da formação de um partido com diretrizes radicais, o Partido Comunista, em 1922, e do impacto da luta armada empreendida pelos jovens tenentes rebeldes. (PRADO, 1986, p. 96)

Tal construção política de uma frente contrária a Júlio Prestes tornou-se positiva para o impedimento de sua posse na presidência da República, que culminou na Revolução de 1930, realizada pelos membros da Aliança Liberal com apoio dos Tenentistas e do Partido Democrático. Este, segundo Maria Lígia Coelho Prado (1986, p. 96), temia os perigos de uma “revolução popular” que escapasse aos grupos políticos dominantes com interesses já estabelecidos.

No entanto, São Paulo sofreu um grande revés quando da nomeação de João Alberto Lins e Barros, pernambucano, como interventor do estado. Tal nomeação possibilitou que membros do Partido Democrático reestabelecessem os diálogos com o PRP em busca de uma reação para que São Paulo tivesse um representante local do estado. As críticas a João Alberto não figuraram apenas na questão de uma representação regional solicitada pelos partidos, mas também foram dirigidas ao seu comportamento na administração do Estado. Segundo Maria Lígia Coelho Prado (1986,

p. 105), o Partido Democrático publicou um manifesto rompendo com o apoio ao interventor João Alberto, em 6 de abril de 1931, no qual apresentava como motivos, por exemplo, sua incompetência administrativa, o esbanjamento do dinheiro público, a criação da Repartição de Censura à Imprensa e, até mesmo, a expansão das ideias comunistas e a infiltração de pensamentos soviéticos em São Paulo.

Com isso, foi criado pelos dois partidos a Frente Única Paulista, que publicamente explicitava nos jornais, como, por exemplo, *O Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*, os desafetos com relação à política de Getúlio Vargas. Como consequência desse quadro político temos a Revolução Paulista de 1932, que tinha como uma de suas principais bandeiras a retomada da autonomia política e econômica do estado de São Paulo e terminou com as tropas de Getúlio Vargas combatendo os dissidentes paulistas, colocando fim ao confronto de forma violenta. Devido aos conflitos, Getúlio Vargas acelerou o processo de constituição e substituiu o interventor do estado pelo paulista Pedro de Toledo, embora o problema ainda girasse em torno da representação de um interventor do PRP ou do Partido Democrático. Este, enfraquecido, foi levado à extinção pouco antes das eleições para o governo paulista em 1934. Maria Lígia Coelho Prado, apresenta que a associação do Partido Democrático com antigos membros do PRP na luta por São Paulo, já em 1931, foi o marco na desestruturação do partido. Segundo a autora:

Foi o momento da superação de sua tênue bandeira democrática e de sua substituição pela bandeira de São Paulo. O Partido, assim, deslocava o eixo de sua crítica, isto é, não se apresentava mais como o opositor das “oligarquias carcomidas”, das suas mazelas e da sua corrupção, e sim como o crítico da nova situação que ele mesmo defendera anteriormente. Em outras palavras, o “novo”, o “revolucionário”, o “ideal” pelo qual se tinha lutado, na prática revelava-se o “antigo”, o “antirrevolucionário”. (PRADO, 1986, p. 106)

Como apresentado acima, devido a uma mudança de postura com relação às suas bases ideológicas, o Partido Democrático iniciou um processo de ruína que levou ao seu enfraquecimento no cenário político. A votação de uma nova constituinte em 1933 estava em curso, assim como o reordenamento dos interventores nos estados. Com isso, Armando de Salles Oliveira, candidato de chapa única pelo estado, com apoio de membros do PRP, da Ação Nacional e do Partido Democrático, foi escolhido

interventor federal do estado em São Paulo. Ao ser empossado no cargo, Armando de Salles constituiu um novo partido denominado Partido Constitucionalista.

A formação do Partido Constitucionalista, grupo de Armando de Salles Oliveira, tem como uma de suas principais bandeiras a retomada da memória vitoriosa dos paulistas na Revolução Paulista de 1932. O discurso do novo partido era o de exaltar a força de São Paulo frente a um governo federal autoritário, pouco preocupado com as questões políticas e econômicas do estado de São Paulo. É possível notar tal posicionamento nos panfletos divulgados pelo Partido Constitucionalista no momento das eleições para a interventoria de São Paulo. Abaixo, citamos dois panfletos que ilustram a utilização da memória da Revolução de 1932 nos materiais de divulgação do Partido Constitucionalista.

Figura 2.1 – Panfletos de divulgação do Partido Constitucionalista (Fonte: <http://tudoporsaopaulo1932.blogspot.com.br/>)

De acordo com o artigo “A Fundação do Partido Constitucionalista”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 28 de fevereiro de 1934, na página 4, o referido partido nasceu com membros dissidentes do PRP, na incorporação da Ação Nacional e

do Partido Democrático. Nessa mesma publicação o jornal informa que essas duas agremiações foram extintas para a composição do novo partido. Para o anúncio da nova agremiação política, os membros do Partido Constitucionalista publicaram um manifesto em jornais do país, no qual destacamos os trechos abaixo:

Chegou o momento de falarmos como partido político, cumprindo as determinações da consciência cívica de nosso povo, corporificando seus anseios e transformando em força criadora a lição dos acontecimentos que levaram São Paulo ao martírio e à glória. (*O Estado de S. Paulo*, 28 fev. 1934, p. 4)

Nessa passagem ficam explícitas as preocupações com as consequências políticas da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932 que permearam a formação do Partido Constitucionalista. Além disso, apresenta a cidade de São Paulo como um local onde estaria sendo gestado um novo projeto político para o estado, em contraponto à gestão federal centralizada sob o governo de Getúlio Vargas. Na mesma publicação que apresenta o Partido Constitucionalista como uma nova agremiação frente aos demais partidos, observamos:

Não poderíamos viver dentro dos velhos quadros partidários, procurando restaurar métodos inadequados. São Paulo exige uma poderosa comunhão política, onde se juntem, sob a mesma disciplina, os que se empenham no seu engrandecimento e na continuidade do espírito liberal de sua gente. (*O Estado de S. Paulo*, 28 fev. 1934, p. 4)

Na citação acima temos uma crítica ao Partido Republicano Paulista e aos demais Partidos Republicanos regionais, fortemente ligados aos interesses das elites agrárias na manutenção de seus poderes nas diversas regiões do país. Também, vale o destaque nessa citação do trecho “sob a mesma disciplina, os que se empenham no seu engrandecimento e na continuidade do espírito liberal de sua gente”. A partir dos discursos de Armando de Salles Oliveira para a campanha que o levou a interventor federal em São Paulo (PACHECO E SILVA, 1980), vemos uma forte preocupação com as palavras “disciplina”, “organização” e “ordem”. Podemos inferir que era uma das preocupações do Partido Constitucionalista a formação de uma política preocupada em organizar os recursos do estado para melhor gerir os serviços públicos. Dessa forma, a nova política que surge com o Partido Constitucionalista tinha a preocupação de buscar,

por meio da razão e dos métodos científicos, resolver os problemas do estado. Oliveiros da Silva Ferreira apresenta esse grupo político como os *ilustrados*, vejamos:

Eram ilustrados porque tinham as luzes que vinham da educação e porque queriam, pela educação, ilustrar as pessoas. Apoiavam-se no racionalismo, isto é, na instrumentação da Razão para conhecer e explicar os fatos naturais e sociais, mas na versão mais recente dele. (FERREIRA, 2007, p. 130)

A denominação “ilustrados” para esse grupo político do Partido Constitucionalista também foi adotada por Elisabeth Abdanur (1992), tendo como foco de análise a Prefeitura de São Paulo, na gestão Fábio Prado. Um importante destaque da citação acima cabe às preocupações do partido com relação à educação. Ainda, Oliveiros da Silva Ferreira destaca que:

Por estranhos caminhos mentais, a visão que os ilustrados paulistas tinham da sociedade e da política aproximava-se daquela que os castilhistas tinham da função da “ditadura republicana” ou “científica” – daí a educação (primária, secundária, superior e profissional) ser o carro-chefe da administração ilustrada nos governos de Armando Salles de Oliveira, interventor ou governador eleito. (FERREIRA, 2007, p. 131)

Os “castilhistas” apresentados na citação são os membros do Partido Republicano Rio-Grandense, liderados por Júlio de Castilhos. A preocupação com a educação tornou-se uma das bandeiras do Partido Constitucionalista em sua gestão no estado e na prefeitura. Ainda segundo Oliveiros:

Quem se debruçar sobre um dos discursos que proferiu em Belo Horizonte na campanha presidencial, nele encontrará toda uma política para educação no Brasil, da escola primária à universidade, passando pelos ginásios e as escolas técnicas, política essa que respirava, segundo muitos, autêntico positivismo. (FERREIRA, 2007, p. 131)

No trecho acima vemos a menção do autor ao positivismo. Na política, tal doutrina demonstra preocupações com a educação, principalmente na formação dos indivíduos para viver em sociedade. Cabe indagar se tais preocupações com a educação, e também com a cultura – foco deste trabalho –, estavam delineadas nos princípios do Partido Constitucionalista. A resposta a essa indagação pode ser encontrada no

manifesto do Partido Constitucionalista, quando exposto sobre o programa adotado pela agremiação recém-criada. Vejamos:

Para a iniciação da nossa atividade, adotamos o programa, já por todos sufragado, da Chapa Única por São Paulo Unido; com ele, enquanto não vier a Constituição e não se realizar o primeiro congresso partidário, defenderemos os superiores interesses do Estado na federação brasileira. (*O Estado de S. Paulo*, 28 fev. 1934, p. 4)

O projeto político do Partido Constitucionalista estava preocupado com o futuro de São Paulo. Utilizou a bandeira da Revolução de 1932 e projetou um sistema de grandes obras, abertura de avenidas, viadutos e parques infantis para fortalecimento do estado e da cidade de São Paulo. De acordo com o jornal *Folha da Manhã*, o programa dos candidatos da Chapa Única por “São Paulo Unido” tinha como principais itens:

- Regime republicano federativo. Igualdade política dos sexos. Verdade eleitoral: lei única de alistamento; voto secreto; controle judiciário em todas as fases do processo eleitoral e de reconhecimento. Representação proporcional à população em uma das Câmaras; representação igual dos Estados na outra.

- Autonomia plena dos Estados. Autonomia dos municípios em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse. Definição clara dos casos de intervenção federal nos Estados e estadual nos municípios.

[...]

- Ensino primário gratuito e obrigatório.

[...]

- Legislação inspirada no princípio de que o trabalho não é mercadoria ou artigo de comércio. Garantias de justiça nos contratos de trabalho. Assistência e defesa das classes trabalhadoras, de modo que se lhes assegure um nível de vida compatível com a dignidade humana.

[...]

(*Folha da Manhã*, 25 abr 1933, [s.p.])

Dos trechos citados, destacam-se as preocupações com o regime republicano, o voto secreto, a autonomia dos estados e municípios, a preocupação com a educação e as questões ligadas ao trabalho. Com isso, vemos que a educação – especificamente o ensino primário – é um dos itens adotados como base do programa do Partido

Constitucionalista. No entanto, não vemos figurar a cultura como um dos itens listado na síntese do programa da Chapa Única publicado na *Folha da Manhã*. Uma menção à cultura é feita na introdução dessa notícia publicada no jornal, vejamos:

Força é, portanto, que o povo paulista seja representado por uma delegação homogênea e valorosa, capaz de lhe encarnar a cultura, defender o patrimônio moral e material, reivindicar os direitos inalienáveis. (*Folha da Manhã*, 25 abr 1933, [s.p.])

Difícil identificar se a palavra “cultura” acima está relacionada à memória do estado ou à vida cultural do estado de São Paulo. Ficamos com a primeira opção, uma vez que estavam em jogo, naquele momento, as questões relacionadas à retomada de memória da Revolução Constitucionalista de 1932 para a criação da Chapa Única.

Em agosto de 1933, Armando de Salles Oliveira foi nomeado interventor paulista por Getúlio Vargas. Essa “troca de favores” entre Vargas e a Chapa Única possibilitou que os dois grupos galgassem novos postos na política nacional da época. Como anteriormente apresentado, em 1934, nasce o Partido Constitucionalista e Fábio Prado é nomeado prefeito de São Paulo, em um contexto político favorável à formação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo.

Ainda como desdobramento político, Armando de Salles Oliveira deixou a interventoria do estado em 1937 para se candidatar a presidente do Brasil. Tal iniciativa colocou em xeque todo um projeto que fora construído no estado e na cidade de São Paulo, uma vez que Armando de Salles Oliveira começou um confronto direto contra Getúlio Vargas, com a formação da União Democrática Brasileira (UDB) na disputa das eleições. O Congresso Nacional foi fechado em 1937 e as eleições foram canceladas, instituindo-se o Estado Novo, que colocou fim às aspirações políticas dos partidos políticos.

Ainda cabe discutir que o Partido Constitucionalista comungava dos princípios e bases dos programas estabelecidos pelo Partido Democrático, originados por membros do Partido Republicano Paulista. Maria Lígia Coelho Prado comenta que:

O Partido Constitucionalista pode ser entendido como uma continuação do Partido Democrático, ao qual juntou-se a “ala jovem” do Partido Republicano Paulista. A agremiação que devia seu nome ao movimento de 1932 correspondeu aos novos arranjos efetuados na política paulista; depois da

Frente Única, reforçada com o movimento de 1932 e a Chapa Única Paulista à Constituinte, o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista estabeleceram fortes laços, a ponto de o novo partido conseguir aglutinar novos quadros, antes pertencentes ao Partido Republicano Paulista. (PRADO, 1986, p. 138)

No VIII Congresso do Partido Democrático, em 1931, pouco antes da Revolução de 1932, foram aprovadas as novas bases do programa do partido. Maria Ligia Coelho Prado (1986, p. 128) destaca o caráter extemporâneo do documento, pois surgiu em um momento de reaproximação do PD com o PRP, Frente Única e quando a agremiação já estava em um processo de desestruturação. Ou seja, podemos considerar que tais postulados do programa serviram como aspirações também ao Partido Constitucionalista, ambos com destaque para a educação.

O item IX do programa do Partido Democrático dizia respeito ao ensino. O partido priorizava o ensino primário obrigatório e gratuito, o ensino técnico em todos os níveis e a criação de uma Universidade do Trabalho (PRADO, 1986, p. 130). Como já vimos, o Partido Constitucionalista adotou as bases de seu programa a partir dos postulados que foram propostos pela Chapa Única por “São Paulo Unido”. Como no programa do Partido Democrático, a Chapa Única estabeleceu a busca por um “ensino primário gratuito e obrigatório”. Dessa forma, vemos a sobreposição dos mesmos interesses relativos ao ensino, ou seja, educação, nas duas agremiações políticas – o PD e o PC. Para Elisabeth Abdanur:

O novo partido preservará muitos ideais do Partido Democrático relativos à redefinição das bases de dominação social. [...] Ao interferir diretamente na consciência do cidadão, a educação serviria como instrumento de prevenção nos rumos de sua política. (ABDANUR, 1992, p. 15)

Para a autora, o projeto político do Partido Constitucionalista tinha o objetivo de interferir na educação, de modo a intervir na consciência do cidadão no que diz respeito aos rumos da política. Além disso, corrobora que o mandato de Armando de Salles Oliveira no governo do estado exerceu uma forte atuação nessa área. Dessa forma, a gestão do prefeito Fábio Prado também comungaria de tais princípios e, com isso, a saída para uma forte intervenção na educação foi procurar projetos e direcionar orçamentos para a consecução desse objetivo, presente nas bases do Partido Constitucionalista. O que nos chama a atenção é que o governador e o prefeito

enquadraram o projeto do Departamento de Cultura no eixo educacional, uma vez que a partir desse entendimento foi possível angariar recursos orçamentários para o desenvolvimento das ações na área da cultura. Vale frisar que as preocupações com o ensino, principalmente o básico, entram na Constituição Nacional a partir de 1934, o que em outras palavras demonstra que o tema da educação era recorrente também no âmbito nacional.

Assim, com esse quadro político, observamos que a chegada de Armando de Salles Oliveira à interventoria do estado foi marcada por uma trajetória de oposições, arranjos e interesses políticos. Getúlio Vargas soube aproveitar o apoio dos paulistas e nomeou Armando de Salles como interventor do estado, criando-se o ambiente político favorável para o Departamento de Cultura.

2.1.2 A Prefeitura de São Paulo e o Departamento de Cultura

Em 1934, Armando de Salles Oliveira convidou Fábio Prado para ser prefeito de São Paulo, e este, por sua vez, nomeou Paulo Duarte como seu assessor. Em uma conversa na casa do prefeito, Paulo Duarte expôs a ideia de criação do chamado “instituto” de cultura. Nesse encontro o prefeito mostrou que não havia motivos para barrar tal proposta. Com isso, Paulo Duarte contou a notícia para Mário de Andrade e organizou dados do projeto a ser apresentado ao prefeito. Com entusiasmo, Paulo Duarte relata a aprovação do projeto:

Mostrei o primeiro projeto a Fábio Prado. Nunca vi homem de negócios nem homem rico mais acessível às coisas inteligentes. Aprovou tudo, nem pestanejou quando lhe disse que, para começar, haveríamos de precisar pelo menos de uns cinco mil contos por ano! (DUARTE, 1977, p. 51)

Mesmo com a aceitação do primeiro projeto de Departamento de Cultura pelo prefeito, que esboçava o sistema de parques infantis, a restauração de monumentos históricos e as bibliotecas públicas, Paulo Duarte não se fez por satisfeito com o resultado. Realizou cópias do documento aprovado por Fábio Prado e enviou para avaliação e contribuições de Mário de Andrade e Paulo Barbosa de Campos, amigo e advogado. Quando Fábio Prado e Armando de Salles Oliveira aprovaram o plano

estruturado da fundação do Departamento Municipal de Cultura, Paulo Duarte impôs uma condição ao projeto: “[...] os funcionários superiores – chefes de Divisão e Secção – necessários seriam por êle indicados, os especialistas, por concurso” (DUARTE, 1977, p. 32).

Dessa forma, quando o ambiente político se fez presente, um grupo que envolvia amigos e pessoas com interesses comuns, principalmente ligados à arte e à cultura, estava formado. Mário de Andrade, além das relações com artistas do Movimento Modernista, também teve envolvimento com pessoas ligadas à política, como o próprio Paulo Duarte. Portanto, o envolvimento desses indivíduos foi fundamental para a construção do projeto do Departamento de Cultura do Município de São Paulo. Como apresentado por Howard Becker (1988, p. 1), “[...] o trabalho artístico, como toda atividade humana, envolve a atividade conjunta de um número geralmente grande de pessoas”. Ou seja, a realização dessa política cultural para a cidade, sendo aqui considerada como um trabalho artesanal, envolveu um número de indivíduos que trouxeram as suas potencialidades intelectuais e de relacionamento para a construção do projeto.

No entanto, para não sermos ingênuos em nossa análise, também não podemos deixar de apresentar que havia uma elite intelectual em formação no país, em especial em São Paulo, que aos poucos se institucionalizou no cenário político-cultural. Elite esta que surgiu com o processo de imigração das famílias europeias para o Brasil, marcando o início da industrialização nas grandes cidades, além dos lucros realizados com a expansão do café pelo interior de São Paulo. Sobre o surgimento do Movimento Modernista no Brasil, Sérgio Miceli aponta que:

Tal como acontecia nos centros vanguardistas de produção da arte modernista, com feições cada vez mais internacionalizadas, também São Paulo, não se podem descolar as obras dos nossos artistas modernistas do conjunto significativo de iniciativas assumidas pelo grupo incrivelmente diferenciado de mecenas e colecionadores pertencentes a essa elite comprometida com os novos rumos da economia, da sociedade e da cultura no Estado. (MICELI, 2003, p. 15)

Como apresentado por Sérgio Miceli, existiu uma rede de relações que se configurou em torno de questões estéticas e de arte, assim como em torno de questões relativas aos novos rumos da economia e, futuramente, da política. Com isso, espaços

na política e na cultura foram se construindo por meio de interações que envolviam questões como, por exemplo, a origem social, as posições em cargos políticos e os destaques no campo artístico. Como bem apresentado por Pierre Bourdieu (1996):

Assim, a hierarquia real dos fatores explicativos impõe inverter a progressão adotada ordinariamente pelos analistas: é preciso perguntar não como tal escritor chegou a ser o que foi – com o risco de cair na ilusão retrospectiva de uma coerência reconstruída –, mas como, sendo dadas a sua origem social e as propriedades socialmente construídas que ele lhe devia, pôde ocupar, ou em certos casos, produzir as posições já feitas ou por fazer oferecidas por um estado determinado no campo literário (etc.) e dar, assim, uma expressão, mais ou menos completa e coerente das tomadas de posição que estavam inscritas em estado potencial nessas posições (por exemplo, no caso de Flaubert, as contradições inerentes à arte pela arte e, de maneira mais geral, à condição de artista). (BOURDIEU, 1996, p. 244)

Dessa forma, esse cenário cultural-político precisa ser analisado sob dois prismas. O primeiro, em que uma confluência de indivíduos com suas potencialidades intelectuais, artísticas etc. cooperaram para a promoção de uma iniciativa na qual o Estado seria o artífice da cultura. O segundo, em que essa elite emergente em São Paulo devido, principalmente, aos fatores econômicos começou a criar postos institucionais para se fazer perpetuar nas estruturas do Estado.

Outro aspecto político que precisa ser observado diz respeito à Revolução Constitucionalista de 1932. São Paulo se colocou frente às interferências do poder federal no estado e criou instituições para fazer valer o seu poderio econômico e político no país. Com a referida revolução e com a nomeação de Armando de Salles Oliveira, São Paulo passou a colocar em prática uma política que tinha por objetivo alcançar o governo federal. Segundo Elisabeth Abdanur:

Por essa razão, consideramos oportuno chamar de “ilustrados” este grupo da elite paulista que depois dos acontecimentos de 32 esteve representado no governo Armando Salles de Oliveira e na administração Fábio Prado. Entre 1933 e 1937, eles prepararam as bases de um projeto de “unidade nacional” a partir de São Paulo que resolveria, segundo eles, os problemas políticos e os conflitos que a sociedade brasileira apresentava naquele momento. (ABDANUR, 1992, p. 4)

O jornal *O Estado de S. Paulo*, de 3 de março de 1936, em uma entrevista realizada com o prefeito Fábio Prado, destaca que o “Departamento de Cultura traz consigo um agravante de origem: a premeditação”. No artigo, essa postura do departamento é apresentada pelo prefeito colocando num mesmo patamar também o projeto que levou à criação da Universidade de São Paulo (1934). Fábio Prado diz: “Por isso que, ao tomar posse do governo da cidade, já trazíamos bem premeditada qualquer coisa parecida com o Departamento de Cultura” (*O Estado de S. Paulo*, 3 mar. de 1936, p. 5). Constata-se, a partir dessas reflexões, a existência de um projeto político para São Paulo que ganha forças com a Revolução de 1932, passa pela criação da Universidade de São Paulo (USP) e pelo Departamento de Cultura.

A Universidade de São Paulo surge antes do Departamento de Cultura e, com isso, serve como instituição formadora dos recursos humanos para a administração pública paulista que estava sendo criada pelo governo do estado e municipal. Na mesma entrevista ao jornal, Fábio Prado apresenta que “A Universidade de São Paulo precisava ter institutos colaboradores com a sua obra formidável”. No que diz respeito à literatura no campo das políticas culturais, a preocupação com os *atores envolvidos* (TEIXEIRA COELHO, 2004; GARCÍA CANCLINI, 1987; RUBIM, 2007) é fundamental para o bom desenvolvimento dos projetos. Não é possível realizar uma política cultural sem que seus atores tenham conhecimento das atividades a serem desenvolvidas. Dessa forma, o estado e a prefeitura criaram uma dependência mútua, a partir da formação de recursos humanos e a geração de uma instituição para absorver essa força de trabalho e, com isso, colocar em prática o projeto de São Paulo para o país.

Assim, uma *análise política* (BARBALHO, 2008) é parte importante para entender quais grupos do poder e ideias estiveram presentes na formulação da política cultural do Departamento de Cultura. Constata-se que há certa discordância com relação aos formuladores do projeto, mas Paulo Duarte foi colocado como um dos principais responsáveis por fazer um desenho do que viria a ser a política cultural para o município por meio do Departamento de Cultura, em 1935. Esse projeto contou com a participação de outros indivíduos, além das questões institucionais, o que demonstra os *conflitos de ideias* e as *relações de poder na produção e circulação dos significados simbólicos* (MCGUIGAN, 1996) presentes na criação dessa política cultural para a cidade.

2.1.3 O pioneirismo do Departamento de Cultura

Segundo uma carta de Afrânio Peixoto publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 6 de dezembro de 1936, podemos constatar que a iniciativa do Departamento de Cultura foi a primeira do país. Na carta encontramos:

Não escreverei nomes nem adjetivos. Falarei de fatos e de obras. É admirável! O Departamento de Cultura de São Paulo é uma novidade, mesmo em S. Paulo, sempre tão na dianteira do Brasil. Mas não é novidade nos Estados Unidos e em alguns países, principalmente os nórdicos, da Europa... [...] Eu não dizia, mas sentia que São Paulo me consolava do Brasil... Agora, vendo o seu Departamento de Cultura, proclamo que tenho orgulho de São Paulo... (*O Estado de S. Paulo*, 6 dez. 1936, p. 4)

Também, esse registro de pioneirismo do Departamento de Cultura pode ser encontrado em entrevista realizada com o sr. Omar O'Grady, antigo prefeito de Natal, no jornal *Correio de São Paulo*, de 20 de setembro de 1936. Omar apresenta que:

Fundado em maio de 1935, como se sabe, o Departamento é o mais sério ensaio e a primeira tentativa que se fez no Brasil, nesse sentido, cujos resultados surpreendentes demonstram suficientemente a visão nova que norteia a Prefeitura Municipal de São Paulo. (*Correio de São Paulo*, 20 set. 1936, [s.p.])

O Departamento de Cultura não só foi alvo de elogios quando da sua criação, como também sofreu críticas da imprensa. Sob o título “São Paulo esburacado: uma prefeitura anarchisada”, um artigo escrito por “um amigo da cidade”, trouxe críticas à gestão do prefeito Fábio Prado e destacou os gastos que foram realizados pela gestão do prefeito nos 18 meses de mandato. Cabe frisar que esse artigo apresenta denúncia para os valores gastos com o Departamento de Cultura, ao afirmar que não havia necessidade de tanto dispêndio de recursos públicos. Ao final, discorre que a melhor escolha do eleitorado seria a escolha da chapa do Partido Republicano Paulista (*Correio Paulistano*, 1936, [s.p.]).

Contabilidade, Diretoria Sanitária, Polícia, Receita, Procuradoria Fiscal e Biblioteca. A partir da disposição radial do organograma administrativo da Prefeitura de São Paulo na gestão do prefeito Antonio Carlos Assumpção, podemos inferir que não havia na cidade uma política que integrasse os diversos setores administrativos com atividades de trabalho semelhantes, como, por exemplo, a Receita e a Contabilidade.

Com relação à área da cultura, por meio dessa representação vemos que não há uma política que integre os setores de modo a otimizar os serviços, assim como pensar conjuntamente ações para serem desenvolvidas na cidade. No que cabe especificamente aos equipamentos culturais, vemos o arquivo, o teatro e a biblioteca em uma configuração espacial que não apresenta relação administrativa e de comunicação entre si. Além disso, vemos projetado em planos cartesianos que colocam em quadrantes opostos, por exemplo, a biblioteca e o teatro, o que configura uma não relação administrativa dos setores na Prefeitura de São Paulo.

Sobre o setor de Bibliotecas, vemos uma subordinação direta com o expediente do prefeito. Tal relação demonstra que não havia na cidade um setor administrativo autônomo, capaz de gerir esse equipamento cultural sem a interferência do chefe em exercício na cidade. Além disso, a imagem mostra que no período não havia uma rede de bibliotecas públicas na cidade de São Paulo. O que podemos inferir a partir dessa imagem é que nela está representada a única biblioteca pública da Prefeitura. Talvez por isso não fosse necessário um setor administrativo, como, por exemplo, a contabilidade com instituições ramais.

Para corroborar tais apreciações com relação às definições de política cultural apresentadas no Capítulo 1, vemos a falta de uma *estrutura burucrático-administrativa* (MILLER; YÚDICE, 2004; REIS, 2011) que coloque os equipamentos culturais em plano comum de comunicação e trabalho. Com isso, constata-se uma dificuldade para que o Estado realize *programas de intervenções, sistemáticas ou conjuntas* (TEIXEIRA COELHO, 2004; GARCÍA CANCLINI, 1987; RUBIM, 2007), de modo a integrar os setores. Por meio do organograma da Prefeitura não podemos discutir com exatidão as questões relacionadas a *necessidades culturais* e as *metas* (TEIXEIRA COELHO, 2004; RUBIM, 2007) a serem atingidas por essa política com relação à cultura, na gestão do prefeito Antonio Carlos Assumpção. O que podemos inferir é que existem lacunas nessa representação gráfica que interferem na realização de uma política cultural a ser realizada na cidade de São Paulo.

No organograma da Prefeitura de São Paulo na gestão do prefeito Fábio Prado vemos uma estrutura administrativa mais complexa se comparada à imagem anterior. Destaca-se aqui a criação dos seis departamentos: Departamento de Obra e Serviços; Departamento do Expediente e Pessoal; Departamento de Higiene; Departamento da Fazenda; Departamento Jurídico e Departamento de Cultura e Recreação. Interessante notar que em cada quadrado que representa um departamento, encontramos na parte inferior a denominação “Gabinete do Diretor”. Com isso, observamos que os diversos setores da Prefeitura estavam agora subordinados por níveis hierárquicos. Ou seja, o prefeito não respondia de forma direta pelos departamentos da Prefeitura. Tal mudança explicita um caráter discricionário com relação à administração pública na cidade de São Paulo. Dessa forma, o prefeito delegava poderes a diretores dos departamentos que, por sua vez, delegavam poderes aos chefes das divisões.

Nessa representação gráfica vemos que houve um ordenamento dos diferentes setores da Prefeitura em determinados departamentos. Na Fazenda, por exemplo, estão juntas as Divisões de Contabilidade, Receita e Patrimônio – separadas no organograma anterior. Dessa forma, a nova organização dos setores da Prefeitura possibilitou que áreas com atividades comuns estivessem relacionadas em um mesmo nível de trabalho e comunicação. Um dos princípios básicos da Administração é organizar. Para Stoner e Freeman:

Organizar é o processo de arrumar e alocar o trabalho, a autoridade e os recursos entre membros de uma organização de modo que eles possam alcançar eficientemente os objetivos da mesma. (STONER; FREEMAN, 1995, p. 6)

Com isso, vemos que a nova organização dos setores apresentada pela Prefeitura buscou uma forma de melhor atingir os objetivos da política que estava sendo colocada em prática na cidade.

Outro destaque dessa imagem cabe aos novos setores criados pela Prefeitura, como, por exemplo, as divisões de Urbanismo, Obras Públicas, Vias Públicas, Engenharia Sanitária, Saúde, Procuradoria Administrativa, entre outras. A criação de novos setores da administração pública na cidade de São Paulo revela como a Prefeitura estava desempenhando uma nova natureza no modo de governar. As mudanças sociais, econômicas e culturais da cidade influenciaram diretamente a criação dessa nova estrutura administrativa. Para tanto, a Prefeitura estabeleceu uma nova ótica de trabalho

de modo a absorver os avanços com relação ao desenvolvimento econômico da cidade, bem como da população que crescia cada vez mais devido ao desenvolvimento das atividades de comércio com o café e industriais, além da chegada dos imigrantes à cidade.

Com relação à cultura, a criação do Departamento de Cultura e Recreação demonstra uma maior preocupação com essa área por parte da Administração Pública da cidade de São Paulo. Abaixo, vemos a imagem com o detalhe específico para esse setor:

Figura 2.4 – Detalhe do organograma do Departamento de Cultura e Recreação (O Estado de S. Paulo, 1 mar. 1936, p. 5)

A partir da imagem observamos que, no projeto político da Prefeitura, o Departamento de Cultura dispunha de quatro divisões: Documentação Histórica e Social, Educação e Recreio, Bibliotecas e Expansão Cultural. Já mencionamos os seus respectivos responsáveis quando tratamos do ambiente político da época. O que vale destacar é a demonstração de quão complexa essa área se organizou com as quatro divisões, dez seções e dois serviços.

Na recuperação dos conceitos de política cultural, vemos aqui um *ordenamento do aparelho burocrático* (TEIXEIRA COELHO, 2004) realizado por meio do Estado para que a cultura estivesse presente na cidade de São Paulo. Também, que um *conjunto*

de intervenções (GARCÍA CANCLINI, 1987) poderia ser realizado, uma vez que o ordenamento dos setores trouxe uma aproximação das atividades de trabalho na área da cultura. Com relação às *necessidades culturais*, vemos que o organograma traz uma instituição fundamental para discutir tal problema, que é a Documentação Histórica e Social com a Subdivisão de Documentação Social. Essa subdivisão era a responsável por realizar uma série de estudos e levantamentos na cidade de São Paulo. Segundo o prefeito Fábio Prado:

[...] cabe a essa divisão, por suas subdivisões – a de Documentação Social – promover e realizar levantamento das situações sociais, econômicas, comerciais, industriais de S. Paulo coligindo e publicando mapas, dados estatísticos, gráficos que permitam o conhecimento de situação do desenvolvimento do Município, em todos os campos de atividade. (*O Estado de S. Paulo*, 4 mar 1936, p. 4)

Esses estudos eram concebidos a partir de pesquisas como, por exemplo, a disposição dos parques na cidade, as áreas com maior número de populações e as rendas de cada região. Dessa forma, a divisão tinha uma preocupação estratégica importante para a criação das atividades do Departamento de Cultura. Sabemos que existe uma ampla discussão sobre as *necessidades culturais*, mas vemos que o Departamento de Cultura procurou tratar dessa questão a partir da realização de pesquisas e estudos nas várias regiões da cidade.

Com relação à Divisão de Bibliotecas, a mudança da palavra “biblioteca” para o plural, no organograma, mostra que haveria uma expansão desse equipamento cultural na cidade. Não fica claro no documento o que são as seções 201 e 202 dessa divisão. Provavelmente essa numeração corresponderia a outro documento que explicava melhor cada legenda expressa na imagem. Em uma aproximação com os conceitos de política cultural, vemos que a maior preocupação da Prefeitura de São Paulo com as bibliotecas públicas marca um posicionamento político com relação à atuação desse equipamento cultural na cidade. As bibliotecas passaram a figurar no Departamento de Cultura com o caráter de Divisão. Dessa forma, exerceram um papel maior no que diz respeito à administração pública, uma vez que para que essa divisão realizasse as suas atividades era necessário preocupar-se com as questões de *orçamento, normas jurídicas, contratações e elaboração de programas e projetos* (TEIXEIRA COELHO, 2004; REIS, 2011; RUBIM, 2007).

Assim, as alterações realizadas no organograma da Prefeitura de São Paulo nas gestões de Antonio Carlos Assumpção e Fábio Prado demonstram um aprimoramento da máquina municipal paulista nos dois momentos. A não intervenção direta do prefeito nas instituições, a criação de divisões com seus respectivos diretores e, por fim, a ordenação de setores comuns de trabalho nas divisões apresenta um projeto político que foi colocado em prática na gestão do prefeito Fábio Prado.

2.1.5 A dotação orçamentária do Departamento de Cultura

Outra questão importante a ser apresentada sobre o Departamento de Cultura diz respeito à fonte de recursos para realizar as diversas mudanças e propostas que a sua política cultural propunha. O Departamento de Cultura dispôs de um orçamento de 4.932:600\$000. O que possibilitou a utilização desse valor na época, considerado alto para a administração pública, foi o uso de dois artigos constitucionais que vincularam a arrecadação de impostos da Prefeitura às atividades do Departamento de Cultura. O artigo 156 da Constituição Federal de 1934 apresentava que:

Art. 156 – A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. (BRASIL, 1934)

Esse artigo foi replicado na Constituição Estadual sob o número 82, assim como sintetizado na lei orgânica do município, no artigo 59, que dispunha que 10% dos impostos deveriam ser empregados no desenvolvimento e na manutenção dos sistemas educativos. Segundo o prefeito Fábio Prado: “Quer melhor sistema educativo do que o Departamento de Cultura? [...] Solicitei então pareceres de alguns juristas, que foram unânimes em reforçar a opinião da Prefeitura” (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4). A aplicação desses dispositivos legais surtiu dúvidas quando da sua aplicação, mas o prefeito obteve pareceres jurídicos que afirmaram a possibilidade do uso dos recursos da Prefeitura pelo Departamento de Cultura. A preocupação com o orçamento é fundamental dentro do conceito das políticas culturais, uma vez que para a execução de suas atividades são necessários recursos financeiros. Dessa forma, *intervensões por meio de normas jurídicas* (TEIXEIRA COELHO, 2004; GARCÍA CANCLINI, 1987;

MILLER; YÚDICE, 2004) foram realizadas pelo prefeito Fábio Prado, que se mostrou hábil com relação às possibilidades jurídicas para fazer com que o Departamento de Cultura fosse instalado e tivesse um orçamento à frente de suas propostas.

Na mesma entrevista concedida pelo prefeito ao jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o orçamento, ele disse que poderia utilizar de outro recurso para obter mais 1% para o Departamento, referente ao artigo 141 da Constituição Federal, artigo 80 da Constituição Estadual. Além disso, Fábio Prado expôs que Mário de Andrade solicitou orçamentos ainda maiores para a Prefeitura tendo em vista que o prefeito realizaria cortes (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4). Mesmo com os cortes realizados, cabe destacar a perícia jurídica que o prefeito desenvolveu para fazer com que o Departamento de Cultura tivesse um bom orçamento para a realização de suas atividades. Aqui podemos aproximar tal discussão ao *campo de possibilidades estratégicas* (CERTEAU, 1995; BARBALHO, 2008) presente em uma política cultural. O prefeito Fábio Prado soube bem interpretar os artigos da Constituição Federal para consubstanciar o Departamento de Cultura. Os pareceres jurídicos com relação ao uso do orçamento demonstram claramente essa análise das possibilidades e a obtenção dos recursos.

Da mesma forma, vale pensar que a utilização dos recursos orçamentários destinados à educação, feita pelo prefeito em conjunto com as propostas do Departamento de Cultura, traz para discussão qual o conceito de cultura os idealizadores do projeto tinham em sua política cultural. O que podemos constatar, tendo como respaldo a entrevista do prefeito Fábio Prado ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 5 de março de 1936, é que o Departamento de Cultura tinha uma proposta bastante ampla com relação ao conceito de cultura, utilizada para as atividades com fins educacionais, bem como na realização de projetos que visavam resgatar os modos de vida das populações do interior do Brasil, os registros dos cantos e das festas folclóricas que foram iniciados pela Prefeitura.

Fábio Prado, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, disse que foi a partir do Departamento de Cultura que escolas, museus e institutos passaram a figurar nos orçamentos com verbas necessárias (*O Estado de S. Paulo*, 3 mar. 1936, p. 5). Esse dispositivo foi conseguido devido ao entendimento jurídico que fez com que parte da arrecadação de impostos, direcionada para a educação, também fosse compartilhada com o Departamento de Cultura. O que podemos inferir desse momento é que o

aumento da *dotação orçamentária* (REIS, 2011) significa, conseqüentemente, uma maior centralidade da cultura na política. Com isso, constatamos que a política cultural proposta pelo Departamento de Cultura tinha por objetivo *corrigir ou modificar um processo em curso* (CERTEAU, 1995) e que estava presente a busca por uma *transformação social* (GARCÍA CANCLINI, 1987). O olhar sobre o panorama político da época demonstra que estava em jogo uma disputa dos poderes do estado e da Prefeitura de São Paulo frente ao governo federal. Nessa contenda, a formação de uma identidade cultural paulista tornou-se alvo de um projeto embrionário para uma possível gestão nacional em contraponto ao que estava sendo gestado pelo governo federal. Segundo Simon Schwartzman, em “Tempos de Capanema”:

No projeto político de construção do Estado Nacional há um lugar de destaque para a pedagogia que deveria ter como meta primordial a juventude. Ao Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência a ser estimulada no Estado totalitário. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 86)

No projeto da Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura – que exploraremos com maiores detalhes a seguir – vemos uma forte interferência das atividades relativas à exaltação do espírito de civilidade paulista em crianças e jovens. Dessa forma, constata-se que a política cultural do Departamento de Cultura se coloca nesse momento como algo que se contrapõe ao processo em curso na construção de uma identidade nacional que estava sendo gestada pelo governo federal. Os desdobramentos desse embate têm como resultado a demissão de Mário de Andrade da chefia do Departamento de Cultura e os cortes de orçamento, com as verbas sendo destinadas a outras áreas.

Assim, uma parte considerável do orçamento municipal na gestão do prefeito Fábio Prado foi utilizada pelo Departamento de Cultura, a partir do respaldo jurídico de que as atividades realizadas tinham uma preocupação educacional. No entanto, como já vimos ao longo das exposições sobre as questões políticas que envolvem a formação desse Departamento, bem com a questão da aproximação entre o conceito de cultura e o de educação, podemos inferir que o fator jurídico também concede respaldo legal às ações que foram pensadas por seus dirigentes. Dessa forma, é um jogo de mão dupla, no qual são encontradas brechas na lei para afirmar a possibilidade de uso dos recursos

pelo Departamento de Cultura, bem como ele é respaldado por meio jurídico para colocar em práticas suas ações e prioridades desenhadas na gestão. Interessante notar como Paulo Duarte ressalta essa habilidade administrativo-financeira do prefeito Fábio Prado, vejamos:

Ele entendia bem de administração, de finanças, de organização, mas eu entendia de política, de Direito, e também de uma parte cultural que ele julgava indispensável da administração pública, ainda que num município. (DUARTE, 1974, p. 167)

Também, é possível identificar que o prefeito soube adaptar a sua gestão aos dispositivos legais de que dispunha. Dessa forma, a política da Prefeitura moldou, mas também foi moldada por recursos legais disponíveis na época. O questionamento a ser feito é se na gestão do prefeito Prestes Maia – posterior à gestão de Fábio Prado – as prioridades desenhadas pela gestão foram alteradas, uma vez que o Departamento sofreu cortes no orçamento. Há registros em entrevista com Rubens Borba de Moraes aos alunos da Escola de Comunicações e Artes (ECA) de que ele vetou orçamentos devido a um enxugamento das receitas (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972). Também, que elas foram destinadas a outros setores.

Outra questão que precisa ser mais bem discutida é a utilização desses recursos da educação pelo Departamento de Cultura. A Constituição de 1934 foi fortemente influenciada pela constituinte formada em 1933, decorrente dos problemas políticos enfrentados pelo governo federal com as revoluções de 1930 e 1932. Na assembleia constituinte os paulistas elegeram um grande número de membros de sua bancada. Com isso, como exposto por Elisabeth Abdanur (1992, p. 14) “ [...] os ‘paulistas’ firmaram um acordo com o governo de Getúlio Vargas em troca de preservação de seus principais interesses”. O art. 156 da Constituição Federal de 1934, que trata do ensino no país, não aparece nas versões anteriores da Carta Magna brasileira. Tal artigo foi proposto na Constituição por Raul Jobin Bittencourt,¹⁰ residente no Rio Grande do Sul, médico que se dedicou à educação. Republicano liberal, Raul Jobin não tinha vínculos com o Partido Democrático, nem com o PRP. Dessa forma, constatamos que o governador e o

¹⁰ Segundo Raul Jobin Bittencourt: “Nenhum povo, por ter abundante riqueza será grande se não a utilizar, e a utilize na proporção de sua capacidade cultural” (Annaes da Assembléa Nacional Constituinte. Volume XV [1933]. São Paulo, 1936. p. 195. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8172/anaais_1934_v15.pdf?sequence=1)

prefeito de São Paulo desenvolveram uma política para a cultura com recursos da educação, uma vez que as ideias do Partido Democrático e, posteriormente, Constitucionalista tinham a educação como a principal reformadora da sociedade.

Segundo Elisabeth Abdanur, o projeto político do Partido Democrático tinha por objetivo alcançar a democracia, sendo que ela seria obtida somente por meio da educação do cidadão:

Portanto, o que caracterizou essencialmente o projeto político dos “ilustrados” representados pelo Partido Democrático foi a crença de que a “democracia”, da qual não poderíamos prescindir, deveria se tornar uma realidade no Brasil, desde que o cidadão fosse “educado” para exercê-lo dentro de limites que não colocassem em risco a ordem social estabelecida. (ABDANUR, 1992, p. 16)

Como bem apresentado por Elisabeth Abdanur, essa preocupação com a educação fazia parte de um projeto político pedagógico do Partido Democrático.

Era uma democracia que limitava a participação política da maioria ao exercício de direito de votar e, mesmo assim, essa participação deveria ser resguardada por um “projeto político pedagógico que pressupõe a educação como força capaz de reformar a sociedade”. (ABDANUR, 1992, p. 15)

Dessa forma, como já discutimos, na concepção dos membros do Partido Democrático e Constitucionalista, a educação era o principal fator para reformar a sociedade e é nesse contexto que as preocupações com a cultura entram em cena.

2.1.6 Cultura e política cultural para o Departamento de Cultura

No momento da gestão de Armando de Salles Oliveira e Fábio Prado, foram publicados artigos na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, sob a editoria de Mário de Andrade, de modo a explicitar os autores que embasavam o entendimento de cultura e, possivelmente, de política cultural para o Departamento de Cultura. Os textos publicados na revista são de Paul Arbousse Bastide, “Que se entende por cultura e matéria” e “Cultura, aristocracia, elites”, bem como o de Samuel Lowie, “Que é cultura?”.

O primeiro artigo de Paul Arbousse Bastide, “Que se entende por cultura e matéria”, busca trazer as conceituações com relação ao termo “cultura” em destaque na época. O autor apresenta que existem, pelo menos, três sentidos para a palavra “cultura”, sendo eles: o americano, o germânico e o latino. Para os americanos, o termo “cultura” apresenta um sentido relacionado aos “modos de vida”. O antropólogo inglês Edward Burnett Tylor, em 1874, no livro *Primitive Culture*, propôs a seguinte definição de cultura:

[...] é um todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, as leis, os costumes e todos os demais hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como o membro da sociedade. (TYLOR, 1874, p. 1, tradução nossa)¹¹

Arbousse Bastide acrescenta no artigo que tal sentido de cultura possibilita que sejam entendidas expressões como, por exemplo, “conflitos de cultura”, “áreas de cultura”, “difusão de culturas”. Interessante observar que essa conceituação se aplica aos propósitos da política cultural do Departamento de Cultura. De forma abrangente, o termo “cultura” poderia referendar as diferentes ações que foram pensadas pelos dirigentes do Departamento de Cultura.

O segundo sentido da palavra “cultura”, segundo Arbousse Bastide, é o germânico. Para o autor, a palavra *Kultur* no sentido alemão evocava “o gênio criador, fora dos quadros habituais da humanidade” (BASTIDE, 1935b, p. 204). Aqui vale abrir maiores esclarecimentos sobre a palavra “cultura” no sentido germânico. Para Fernando Azevedo, no livro *A Cultura Brasileira* (1971, p. 36), as palavras *civilization*, *kultur* e *bildung* são estudadas por diferentes autores, como, por exemplo, E. Tonneled, Humboldt e Goethe, na busca por um sentido da palavra “cultura” que fora transladada do francês *culture*. No artigo, Arbousse Bastide discute com detalhes as relações do termo “cultura” com essas palavras da língua alemã. No entanto, em síntese, o autor conclui que a palavra “cultura” ganhou um qualificativo nacional germânico, que concede um sentido único como o de uma “cultura tipo”.

Na leitura do artigo é possível perceber que o sentido latino da palavra “cultura” é o que aparece com maior destaque na exposição de Arbousse Bastide. Segundo ele:

¹¹ “[...] that complex whole which includes Knowledge, belief, art, morals, law, custom, and any other capabilities and habits acquired by man as a member of society.” (TYLOR, 1874, p. 1)

É a cultura, no sentido latino, antes de mais nada uma aptidão. Permite assimilar o saber sem por ele ser esmagado; permite ainda nele não atolar, isto é, não limitar suas virtudes às aplicações técnicas, mas sim extrair do crescimento do saber um acréscimo de sabedoria. (BASTIDE, 1935b, p. 205)

Arbousse Bastide continua sua exposição e afirma que, para o latino, a cultura:

[...] é uma aptidão para compreensão, uma capacidade de sentir e viver, muito mais que um amontoado de conhecimentos ou uma participação aristocrática no pequeno grupo de eleitos, autorizado pelos deuses, em virtude de seu gênio providencial, a saquear o mundo a fim de preparar o advento dos valores pretensamente regeneradores. (BASTIDE, 1935b, p. 205)

Vemos que o sentido latino da palavra cultura traz o termo para um campo coletivo de uso, longe dos pequenos grupos de elite, ou dos autorizados “pelos deuses”. Após a exposição dos três sentidos para a palavra “cultura”, Arbousse Bastide confessa a “nossa escolha” para o que melhor representa esse termo:

A cultura não pode senão designar um certo desabrochar da inteligência, em virtude do qual se torna o homem mais humano, isto é, mais apto para compreender e amar os outros homens. A cultura é a parte da inteligência na obra da civilização. Assim entendida, não existem culturas germânica, francesa ou anglo-saxônica. Apenas há uma cultura humana, válida para todas as sociedades que atingiram um certo desenvolvimento. (BASTIDE, 1935b, p. 205)

Acreditamos que tal entendimento da palavra “cultura” é de aceite do Departamento de Cultura, bem como do prefeito Fábio Prado e do governador Armando de Salles Oliveira. Além de o artigo ter sido publicado na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, o texto de Arbousse Bastide (1935c) foi impresso no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 23 de abril de 1935 e, como já demonstramos neste capítulo, tal jornal serviu de meio de comunicação para o grupo político que estava no poder. Na relação entre o sentido da palavra “cultura” e seu aceite por determinado grupo político no poder, podemos fazer uso da proposta de Waldenyr Caldas, que apresenta:

De início, é preciso deixar claro o seguinte: é a estrutura de classes, a organização política do Estado, o sistema econômico e os seus meios de produção que determinam a cultura. Nesses termos, não se pode imaginá-la como um

fenômeno neutro, isolado. Ao contrário, é um conceito histórico, específico e ideológico. Só podemos entendê-la se pensarmos nas determinações específicas da formação social. (CALDAS, 1991, p. 32-3)

Nessa passagem, Waldenyr Caldas trata das preocupações do Estado capitalista com relação à cultura. Como vimos na citação, a interferência nessa área não é neutra, sendo fruto de uma associação entre os interesses sociais, as organizações políticas e os sistemas econômicos em determinada formação social. Dessa forma, acreditamos que houve o aceite pelo grupo político na época do Departamento de Cultura em expor tais conceituações sobre o tema na *Revista do Arquivo Municipal* e no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ainda com relação ao artigo “Que se entende por cultura e matéria”, observamos que Arbousse Bastide traz uma conceituação de cultura ligada à ideia de inteligência, próxima ao entendimento de *educação*. O autor frisa que ambas levariam ao desenvolvimento humano e a um melhor relacionamento dos homens em sociedade. Vemos que é um sentido positivo – de progresso – que é dotado para a palavra “cultura”, sendo que por meio dela se conseguirá uma elevação nos relacionamentos humanos e no modo de se viver em sociedade. Tal posição é afirmada na passagem do artigo “A inteligência e a cultura devem ajudar o homem a viver entre os homens” (BASTIDE, 1935b, p. 205). Dessa forma, podemos inferir que para Arbousse Bastide, bem como para o Departamento de Cultura e para o grupo político no poder, a palavra “cultura” ganhou um sentido de progresso em sociedade. Que por meio dela, em uma atuação educativa, seria obtido um melhor convívio entre os homens.

A aproximação da cultura com a educação, realizada pelo Departamento de Cultura, viria aliar-se aos interesses do Partido Constitucionalista, como já vimos no cenário político da época. Não podemos esquecer que é o momento de criação da Universidade de São Paulo (1934), no qual são iniciados os cursos formadores de quadros técnicos e de uma intelectualidade difundida para todo o país. Dessa forma, vemos que a associação da palavra “cultura” à educação tem como proposta uma adequação do termo que se encaixa aos objetivos políticos do grupo no poder. Consequentemente, que o Departamento de Cultura, até mesmo para que seu projeto fosse implantado, comungou desse ideal de cultura relacionado ao processo em sociedade. Os recursos orçamentários recebidos pelo Departamento de Cultura, bem como as leis que sustentaram sua atuação, corroboram tal proposta de que a cultura fora

aceita por ambas as instâncias, no campo político e do Departamento, em um sentido próximo ao de educação. Retomando a fala do prefeito Fábio Prado: “Quer melhor sistema educativo do que o Departamento de Cultura?” (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4).

Em muitos casos, a política entende cultura como sinônimo de educação. Isso confere um sentido positivo ao termo “cultura” e ganha permeabilidade em sociedade, uma vez que investir em educação é de entendimento comum de todos para o desenvolvimento de um país. No entanto, o investimento apenas em cultura, em seu sentido amplo, pode gerar desconfiança com relação aos recursos aplicados. Sem apelo ao desenvolvimento da sociedade, o investimento em cultura pelo poder público, muitas vezes, é entendido como desnecessário, supérfluo.

No entanto, não podemos deixar passar despercebido que, no sentido latino da palavra “cultura”, Arbousse Bastide fala de uma “participação aristocrática” realizada por pequenos grupos eleitos. Para entender essa passagem é preciso fazer a leitura do artigo “Cultura, aristocracia, elites”, também de Arbousse Bastide – publicado na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* –, que, em síntese, apresenta uma posição clara da finalidade de uma política cultural. Para tanto, nesse artigo o autor explicita como deve ser a participação da elite com relação à cultura. Arbousse Bastide destaca que:

A cultura está voltada para o futuro e não subsiste e progride senão pela esperança de melhor porvir, de melhor compreensão das coisas para uma melhor organização da vida dos homens. (BASTIDE, 1935a, p. 93)

[...]

Uma elite é, pois, um grupo de personalidades fortemente marcadas, bem distintas uma das outras e cujo único traço comum é uma consciência lúcida das necessidades do meio social em que vivem e da maneira pela qual é preciso corresponder a estas necessidades. (BASTIDE, 1935a, p. 93)

[...]

A elite procura levantar a massa social tão somente com a ajuda de uma única alavanca: a cultura intelectual e moral. (BASTIDE, 1935a, p. 94)

[...]

Assim encarada, é a cultura uma disciplina das funções intelectuais, permitindo a formação de personalidades

capazes não somente de transmiti-la, mas ainda de transformá-la em fermento fecundo. Assim compreendida, é a cultura ao mesmo tempo um método de formar personalidades e um meio de criar e transmitir valores necessários a uma sociedade. (BASTIDE, 1935a, p. 94)

Para o autor é legítimo que exista uma elite a fim de “levantar a massa”, no qual o entendimento da cultura paira sobre a forma de progresso e desenvolvimento social. Se a política cultural realizada por essa elite do Departamento de Cultura tinha como propósito o desenvolvimento social e humano da cidade de São Paulo, tal objetivo foi alcançado por meio de ações realizadas de modo a levar a cultura para as massas. A utilização do termo “massas” é recorrente no período, originado com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, como os jornais impressos, o rádio e o cinema. Naquele momento do século XX surgem as preocupações com a cultura de massa, segundo Waldenyr Caldas (1991, p. 81): “os estudiosos da sociedade e do comportamento humano começaram a se preocupar com o acelerado desenvolvimento industrial dos países europeus e dos Estados Unidos”. Dessa forma, fazer uso das tecnologias da época para difundir a cultura às massas era uma preocupação recorrente dos Estados no período e que, conseqüentemente, estava no vocabulário do Departamento de Cultura e de seus membros. Veremos no próximo capítulo que ações foram colocadas em prática pelas bibliotecas utilizando recursos como o cinema.

Interessante notar que, em seu artigo “Que é cultura?”, Samuel Lowie faz críticas ao sentido político que fora apresentado à palavra “cultura” no artigo de Arbousse Bastide. Tal destaque reforça a tese de que este artigo foi publicado na *Revista do Arquivo Municipal*, bem como no jornal *O Estado S. Paulo*, no atendimento mútuo do Departamento de Cultura e dos interesses do prefeito Fábio Prado e do governador Armando de Salles Oliveira. No entanto, Lowie faz uma exposição do conceito de cultura próximo, também, ao sentido de educação. O autor apresenta que:

No uso corrente, a palavra refere-se ao que é cultivado ou educado de qualquer forma especial. Pode designar o cultivo do solo, o exercício do corpo ou a educação do espírito. Por ampliação vê-la significar a elevação e o enobrecimento da vida. (LOWIE, 1935, p. 262)

Vale destacar que o artigo de Lowie não foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*. Dessa forma, vemos que trazer outros sentidos para a palavra “cultura” era

importante para o Departamento de Cultura, uma vez que a *Revista do Arquivo Municipal* servia como meio de difusão dos projetos da Prefeitura. No entanto, não houve um interesse político em divulgar tal exposição, razão pela qual o artigo não foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, como anteriormente mencionado.

Tal uso do termo “cultura” para “levantar a massa”, observado no artigo de Arbousse Bastide, pode ser considerado como um dos objetivos da política cultural do Departamento de Cultura. Em uma carta endereçada a Paulo Duarte, no ano de 1937, pela campanha “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, Mário de Andrade escreve:

Há que forçar um maior entendimento mútuo, um maior nivelamento geral de cultura que, sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos, e em consequência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional. Está claro, pois, que o nivelamento não poderá consistir em cortar o tope ensolarado das elites, mas em provocar com atividade e erguimento das partes que estão na sombra, pondo-as em condição de receber mais luz. Tarefa que compete aos governos.

Cumprir organizar os serviços, forçar a vitalidade dos museus e a criação de institutos culturais que ajam pelos processos educativos extrapedagógicos que cada vez mais estão se tornando os mais capazes de ensinar. (DUARTE, 1977, p. 153)

Nessa passagem, vemos que Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura, apresenta a proposta de que os governos devem participar de forma ativa na formulação e implementação de políticas de cultura. Tal exposição constata que o Departamento de Cultura apresentou uma proposta de intervenção do Estado na área da cultura, no entendimento dos conceitos de política cultural que discutimos no primeiro capítulo, ou seja, com a intervenção do Estado na proposição de ações culturais na cidade de São Paulo. Mário de Andrade também trata nesse trecho da preocupação com as elites, em uma linha de discussão que se aproxima de Arbousse Bastide (1935a). Para aquele não convinha acabar com as elites, uma vez que elas desempenham um importante papel para a sociedade. Mas que compete aos governos tornar a cultura mais acessível a todos, com a utilização de uma metáfora de que existem partes em nossa sociedade que estão à sombra desse processo. Além disso, como já discutimos, Mário de Andrade destaca que as ações realizadas pela cultura deveriam agir por “processos educativos extrapedagógicos”, o que reforça a proposta de que Mário de Andrade acreditava também na função educativa da cultura.

No prefácio do livro que contém essa mesma carta, Antonio Candido, escritor e amigo dos membros do Departamento de Cultura, apresenta que o Departamento de Cultura tinha a preocupação em levar a cultura para a “maioria”. Vejamos:

Não apenas a rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria, através de instituições planejadas. Visto assim, o livro se torna uma espécie de grande exposição democrática, pois tem no centro da história do Departamento de Cultura de São Paulo, a tentativa de Mário de Andrade e Paulo Duarte para fazer da arte e do saber comum; para incorporar as conquistas do Modernismo à tradição que ele veio atualizar e fecundar, para extrair dos grandes ideais do decênio de 1920 as consequências no terreno da educação e pesquisa. (DUARTE, 1977, p. XIV-XV)

Com isso, o ideal de levar a cultura para as massas e “fazer da arte e do saber comum”, segundo Antonio Candido, foi fruto de um projeto consciente que se realizou na geração de 1920 do Modernismo Brasileiro. Da mesma forma, por meio do Departamento de Cultura foi possível agir através de instituições planejadas na esfera do poder público para colocar em práticas tais objetivos. Mas cabe a pergunta: *levar a cultura às massas para formar qual sociedade?*

As preocupações com relação à cultura e à identidade nacional brasileira passaram a ser questões frequentes dos grupos políticos no poder a partir do final do século XIX. Construir um Estado e, conseqüentemente, estabelecer uma identidade nacional era fundamental para tal objetivo. Nas palavras de Renato Ortiz, uma história da identidade e da cultura brasileira corresponde “aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado” (ORTIZ, 1994, p. 9).

A preocupação com a cultura brasileira e a identidade nacional eram temas que estavam na atmosfera da geração de 1930, bem como dos dirigentes do Departamento de Cultura, como vimos na citação de Antonio Candido, que tiveram conhecimento sobre as discussões de povo construídas pelo IHGB; as idealizações do índio por autores românticos como, por exemplo, Gonçalves Dias e José de Alencar; dos escritores como, por exemplo, Sílvio Romero e Euclides da Cunha que colocaram em debate as questões do meio e da raça; além da preocupação com a questão da mestiçagem na sociedade brasileira, realizado por Gilberto Freyre.

O Modernismo, movimento do qual participaram os dirigentes do Departamento de Cultura, insere-se em um novo contexto político e social do Brasil no início do século XX. Renato Ortiz apresenta:

A partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil sofre mudanças profundas. O processo de urbanização e de industrialização se acelera, uma classe média se desenvolve, surge um proletariado urbano. Se o modernismo é considerado por muitos como um ponto de referência, é porque este movimento cultural trouxe consigo uma consciência histórica que até então se encontrava de maneira esparsa na sociedade (ORTIZ, 1994, p. 39-40).

Tal consciência histórica foi colocada em prática nos trabalhos artísticos dos representantes do Movimento Modernista brasileiro, como, por exemplo, a pintura *Os operários*, de Tarsila do Amaral; o Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade; e a publicação da revista *Klaxon*, com textos de Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Sérgio Milliet, entre outros. Naquele momento, Rubens Borba de Moraes, diretor da Divisão de Bibliotecas, aproximou-se dos integrantes do movimento modernista brasileiro, sendo um dos fundadores da revista *Klaxon*, além de autor de textos publicados na revista (MORAES, 1979a).¹²

O Movimento Modernista, a partir de suas ações no campo das artes, procurou expressar posições políticas frente às modificações ocorridas no Brasil no plano social, político, econômico e cultural, por sua vez inseridas em um contexto mundial também em transformação. Segundo Sérgio Miceli:

O movimento modernista paulista constituiu, pois, a reação possível da geração emergente de artistas às novas condições de operação em âmbito interno num quadro radicalmente alterado de relações de dependência externa. (MICELI, 2003, p. 19-20)

As condições de operação mencionadas por Sérgio Miceli correspondem à expansão do café, à industrialização, à imigração, à urbanização, bem como às inovações estéticas que chegaram ao país vindas da Europa. Dessa forma, o novo cenário político-social que emergiu no Brasil colocou as preocupações com a nação e a identidade nacional em discussão. Portanto, essas preocupações possibilitaram o

¹² A revista *Klaxon* publicou um conto denominado “Sarah”, de autoria de Rubens Borba de Moraes, em 15 de junho de 1922.

encontro de diferentes personalidades em um grupo de atuação artística, tendo como expoente a Semana de Arte Moderna de 1922. Posteriormente, esse grupo assumiu postos políticos no Estado, uma vez que pertenciam a famílias da elite paulista, assumindo instituições como, por exemplo, o Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo.

Sobre o projeto modernista e as preocupações com a nação brasileira, Silvio Castro comenta:

A nação brasileira deve servir de referência para toda criação. Para a fundamentação da obra de arte e para a pro-objetiva da ação do movimento modernista. Através do nacional, o artista modernista pensa em criar uma expressão de maturidade e equilíbrio endereçada ao homem brasileiro. Ele faz do nacional o termo de criação ideal e trabalha radicalmente sobre essa meta. (CASTRO, 1979, p. 108)

Tais preocupações com o nacional são explicitadas de forma clara nas ações do Departamento de Cultura – as quais veremos no próximo capítulo. Daniel Pecaute traz que, para o Modernismo brasileiro, “o plano cultural e o político são indissociáveis: transformar uma nação latente em nação-sujeito supõe um empreendimento em ambos os níveis” (PECAUT, 1990, p. 27). Como exemplo, temos o caso da Missão de Pesquisas Folclóricas que foi enviada para o Norte e o Nordeste do país em 1938, ainda sob a gestão de Mário de Andrade no Departamento de Cultura. Patrícia Raffaini comenta sobre essas pesquisas:

O objetivo principal da Missão era coletar e registrar práticas culturais que estariam em vias de desaparecer, pois acreditavam os intelectuais à frente do Departamento de Cultura que por meio dessas manifestações populares consideradas tradicionais seria possível a construção de uma identidade brasileira e também paulista, em oposição à dos grupos imigrantes. Para isso era necessário buscar na fonte, Norte e Nordeste brasileiro, práticas culturais já esquecidas no estado paulista. (RAFFAINI, 2001, p. 86).

Patrícia Raffaini situa a Missão de Pesquisas Folclóricas em um momento de forte imigração ocorrida na cidade de São Paulo e no Brasil. Com isso, percebemos que o Departamento de Cultura procurou colocar em prática para as massas da cidade de São Paulo uma política cultural com objetivos que foram traçados a partir das preocupações dos membros do Modernismo brasileiro da década de 1920. Preocupações

essas que tinham a questão da identidade nacional como norteadora das ações a serem realizadas pelo Departamento de Cultura.

De modo específico para as bibliotecas, tais preocupações sobre a identidade nacional ficam evidentes nas ações realizadas, por exemplo, na Biblioteca Infantil e no projeto das Bibliotecas Populares – no próximo capítulo, veremos tais questões com mais detalhes. Havia uma necessidade de acolher os imigrantes recém-chegados à cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que era preciso pensar a formação da identidade nacional. No entanto, não podemos ser parciais com a afirmativa de que a política cultural colocada em prática tinha como único objetivo levar a cultura às massas para incutir uma identidade nacional. Acreditamos que o Departamento de Cultura procurou atender a tal objetivo, como constatado nas ações realizadas pelos equipamentos culturais, mas, ao mesmo tempo, no dia a dia das atividades realizadas por essas instituições as preocupações com a nação e a identidade nacional foram sendo adequadas para a realização política maior que era a implementação do Departamento de Cultura na cidade de São Paulo.

Assim, a publicação da *Revista do Arquivo Municipal*, sob a editoria de Mário de Andrade, buscou imprimir um entendimento sobre a palavra “cultura”, bem como apresentar a finalidade da política cultural que estava sendo colocada em prática pelo Departamento de Cultura e Recreação na cidade de São Paulo. Na leitura dos artigos, constatamos a aproximação da palavra *cultura* ao sentido de *educação*, estando ambas relacionadas na forma de desenvolvimento e progresso social-humano. Tal publicação dos artigos demonstra a associação da política cultural realizada pelo Departamento de Cultura, governo do estado e Prefeitura a um projeto educativo que foi aplicado pela área da cultura. Projeto cuja proposta era levar a cultura às massas, a fim de retirar da sombra aqueles que não tinham oportunidades de acesso e uso das informações e conhecimentos produzidos pela humanidade e de usufruto da cultura. Para tanto, a política cultural colocada em prática se preocupou com as questões relacionadas à identidade nacional, originadas dos representantes do Movimento Modernista brasileiro da década de 1920. Uma vez no poder, o grupo de artistas e intelectuais procurou adequar tal interesse aos objetivos políticos na gestão do governador Armando de Salles Oliveira e do prefeito Fábio Prado. Vejamos como tais preocupações se refletem nas ações realizadas pela Divisão de Bibliotecas.

2.2 A Divisão de Bibliotecas: projetos e ações

A Divisão de Bibliotecas da Prefeitura de São Paulo surge a partir do Departamento de Cultura e Recreação, em 1935, na gestão do prefeito Fábio Prado e do governador Armando de Salles Oliveira, cujo objetivo para as bibliotecas era estabelecer uma rede, na qual haveria uma Biblioteca Infantil (hoje Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato), uma Biblioteca Pública Central (hoje a Biblioteca Mário de Andrade), Bibliotecas Circulantes (os carros-biblioteca) e Bibliotecas Populares. Devido aos acontecimentos políticos da época, as Bibliotecas Populares, que seriam instaladas nos bairros da cidade, não foram criadas.

A gestão do Departamento de Cultura buscou promover a institucionalização de uma política cultural municipal que contou com a participação das bibliotecas, além de outras instituições, como, por exemplo, os Parques, os Museus e os Teatros na cidade. Essa política procurou fazer com que a população tivesse acesso e fizesse uso dos bens culturais disponíveis na cidade, além de promover atividades para o desenvolvimento social cidadãos. Vejamos as principais ações realizadas pelas bibliotecas públicas que compuseram a Divisão de Bibliotecas.

A Divisão de Bibliotecas foi criada por meio do Ato Municipal nº 861, de 30 de maio de 1935 (SÃO PAULO, 1935a). Segundo Paulo Duarte (1977, p. 72), essa Divisão tinha sob sua responsabilidade os serviços da Biblioteca Pública Municipal, Biblioteca Infantil, Bibliotecas Circulantes, Bibliotecas Populares e outras que, com o tempo, fossem sendo criadas. Por motivos de saúde, Endino de Goés não pôde ser o chefe da Divisão de Bibliotecas e Rubens Borba de Moraes foi nomeado para o cargo.

O plano de trabalho da Divisão de Bibliotecas atendia aos propósitos do Departamento de Cultura como um todo. Uma das primeiras preocupações do Departamento foi a de adquirir bibliotecas particulares de intelectuais falecidos, como, por exemplo, Félix Pacheco e Eduardo Prado. Outras ações do Departamento de Cultura também foram realizadas no período preocupado com a guarda e recuperação de documentos. De acordo com o relato de Paulo Duarte (1977, p. 53-4), como exemplo dessas ações, temos: a restauração de documentos antigos, a organização do congresso nacional da língua cantada e a criação de um setor de iconografia.

No momento da institucionalização da Divisão de Bibliotecas, São Paulo dispunha de duas bibliotecas públicas. A Biblioteca do Estado localizava-se na praça

João Mendes, enquanto a Biblioteca Municipal localizava-se na rua 7 de abril. Esta, segundo Paulo Duarte, tinha um acervo de baixa qualidade, composto por obras que atendiam apenas ao gosto do público, como “[...] brochuras policiais, de aventura, de baixa literatura [...]” (DUARTE, 1977, p. 72). Interessante notar que Paulo Duarte demonstra que, naquele período, a política de aquisição para o acervo da Biblioteca Municipal não atendia aos novos propósitos do Departamento de Cultura.

A fim de contrapor esse cenário, no qual se encontravam as bibliotecas públicas em São Paulo, Rubens Borba de Moraes iniciou um trabalho efetivo de mudança como chefe da Divisão de Bibliotecas. Segundo Suelena Pinto:

Além de gostar de livros, de interessar-se por eles e acreditar que sem Bibliotecas não poderia haver cultura, Rubens Borba estava preparado para elaborar um plano de Bibliotecas adequando à realidade nacional as informações fornecidas pelo livro *Bibliotecas en los Estados Unidos*, de Ernesto Nelson, que muito o havia impressionado e que influenciou a biblioteconomia brasileira posteriormente. (BANDEIRA, 2007, p. 19-20, grifo da autora)

Rubens Borba de Moraes deixou seu cargo na Recebedoria de Rendas do Estado para ser chefe da Divisão de Bibliotecas. Paulo Duarte (1977) ressalta a importância que Rubens Borba de Moraes teve na Divisão de Bibliotecas. A primeira característica destacada é a de que Rubens Borba havia se dedicado ao estudo da Biblioteconomia quando morou na Europa. Dessa forma, Rubens Borba se mostrou habilitado para gerir a Divisão de Bibliotecas.

O prefeito Fábio Prado também estava entusiasmado com o trabalho de Rubens Borba de Moraes. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o chefe do município disse:

[...] Se quiser outras informações consiga-as com o Rubens Borba de Moraes, chefe da Divisão de Bibliotecas para o qual vai traçando um novo campo promissor dos melhores frutos, com execução inteligente de parte do Ato 861, que lhe diz respeito. (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4)

Outra crítica feita por Paulo Duarte com relação às bibliotecas enfatiza que havia um problema com relação aos profissionais que atuavam nas bibliotecas públicas e que, conseqüentemente, impediam que as propostas do Departamento de Cultura fossem colocadas em prática. Vejamos a exposição desse problema:

Sim, porque os nossos bibliotecários eram até então gente que entendia de tudo menos de Biblioteca. Todo bacharel malgrado que não ia ser professor ia ser bibliotecário. Ou então, quando se tratava de amparar um desses velhos autodidatas brasileiros ou qualquer rebuscador de arquivos, quase sempre um bom sujeito, sem preparo e senso crítico, dava-se a ele a direção de uma Biblioteca. Ora o que acontecia era que, no primeiro caso, esses institutos ficavam com um simples burocrata na sua direção ou, no segundo, com um diretor para o qual só tinha importância ou a parte de manuscritos ou a parte literária ou a parte de livros antigos, ou o comodismo do cargo, conforme a inclinação do velho medalhão. [...] por causa disso que as Bibliotecas de São Paulo eram quase meros depósitos de livros. O Departamento de Cultura viria acabar com esse regime, irradiando seus benefícios por todo o Brasil. (DUARTE, 1977, p. 73)

Constatamos a partir desse relato de Paulo Duarte como havia um corpo profissional nas bibliotecas públicas municipais de São Paulo que não estava adequado aos novos propósitos do Departamento de Cultura. Esse relato pode ser corroborado pelo trecho de uma carta de Mário de Andrade escrita para Câmara Cascudo. Mário de Andrade expõe:

Tive que largar tudo, pra criar todo um organismo, de que, praticamente, não estava nada feito, a não ser a Biblioteca Municipal. E aliás antes ela não tivesse feita, porque justamente a sua reorganização, está tão difícil que você não imagina. (CASCUDO, 2010, p. 270)

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o prefeito Fábio Prado também apresentou esse momento de mudanças na Divisão de Bibliotecas.

Já que entramos no assunto de bibliotecas, ajudou o prefeito, emendando a conversa, é preciso lembrar a reforma por que está passando toda esta Divisão, reforma aliás, em toda a sua minúcia, baseada no texto do ato 861. (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4)

A questão dos *recursos humanos* para trabalhar nas bibliotecas é um importante fator na discussão sobre políticas culturais. O desenvolvimento de um conjunto de *intervenções sistemáticas* (GARCÍA CANCLINI, 1987; RUBIM, 2007) nos equipamentos culturais necessita de um corpo de indivíduos que sejam capazes de colocar em prática as atividades propostas no desenho da política. Além do problema dos recursos humanos que ocupavam os cargos nas bibliotecas municipais, também

havia a questão de que São Paulo não dispunha de institutos ou escolas formadores de profissionais para trabalhar em bibliotecas.

Com isso, o Departamento de Cultura atrelou ao Ato Municipal nº 861 (SÃO PAULO, 1935a) a necessidade de que especialistas realizassem as atividades de catalogação, classificação e consultas nas bibliotecas. O próprio Ato também dispunha em seu artigo 37, letra f, que a Divisão de Bibliotecas da Prefeitura organizaria um pequeno curso de Biblioteconomia. O Departamento de Cultura acreditava, em sua política cultural, que era preciso confiar os serviços das bibliotecas públicas da cidade para profissionais técnicos e capacitados em Biblioteconomia. Dessa forma, fez constar em lei a necessidade de pessoal especializado para realizar as atividades nas bibliotecas públicas municipais.

A partir de tal exigência, a Prefeitura organizou os primeiros cursos de Biblioteconomia no estado de São Paulo. Esses cursos foram instalados pela Prefeitura no Instituto Caetano de Campos e no Colégio Nossa Senhora de Sion. Diferentemente do curso de bibliotecários oferecido pela Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, que formava profissionais para trabalhar especificamente na instituição, o governador Armando de Salles Oliveira propôs a abertura dos cursos para interessados em trabalhar em bibliotecas de qualquer instituto.¹³

Tal exigência de um corpo profissional habilitado faz sentido devido à implantação de uma política pública para a cultura realizada por meio do Departamento de Cultura. Theda Skocpol (1985) e Ellen Immergut (1998), autoras do neoinstitucionalismo,¹⁴ trazem que essa preocupação com a formação de *recursos humanos* nas instituições está relacionada ao conceito geração de “*Capacidades Estatais*”. Para as autoras, o Estado precisa de um corpo profissional qualificado, capaz de copiar políticas, ou seja, modos de organização e logística dentro das instituições, os quais, por sua vez, podem ser dispostos e replicados em diferentes contextos. Para que isso aconteça é fundamental que os indivíduos recebam uma formação técnica em que sejam capazes de gerir de modo autônomo as suas atividades de trabalho.

¹³ Em 1934 esses cursos foram incorporados à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, complementar à Universidade de São Paulo. A cantora popular Inezita Barroso foi uma das alunas do curso de Biblioteconomia do Instituto Caetano de Campos.

¹⁴ O Neoinstitucionalismo tem a sua origem a partir da geração de cientistas políticos, em grande parte norte-americanos, que defendem as suas teses na década de 1970, dentro da área de *American Policies* e Políticas Comparadas.

Dessa forma, incluímos uma nova perspectiva para esse momento que marca o início das primeiras atividades dos profissionais bibliotecários em São Paulo e, possivelmente, no Brasil. Mais do que uma simples formação e a abertura de cursos para o atendimento de uma demanda da Prefeitura de São Paulo – discurso comum nas escolas de Biblioteconomia –, houve a necessidade de criação de um corpo funcional capaz de colocar em prática um projeto de política cultural. Ou seja, para o funcionamento de uma política pública, torna-se necessário que as instituições criem um corpo de trabalho adequado, a fim de colocar em prática seus planejamentos e projetos. Com isso, a Divisão de Bibliotecas teve um papel vital na formação de indivíduos que, possivelmente, levaram os seus conhecimentos adquiridos na máquina municipal paulista para outros locais, com o objetivo de realizar projetos semelhantes em outros contextos sociais e históricos.

Abaixo, destacamos a imagem do registro de Lenyra Fraccaroli na Escola de Biblioteconomia e uma notícia de jornal com a formação da turma de 1940.

Figura 2.5 – Registro de matrícula no curso de Catalogação (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Figura 2.6 – Curso de biblioteconomia – Solenidade da formatura da turma de 1940
(Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Com tais normas jurídicas expressas nos Atos Adicionais podemos inferir que o Departamento de Cultura modificou o quadro relativo às bibliotecas públicas em São Paulo e, provavelmente, no país. As primeiras ações realizadas nas bibliotecas, devido à precariedade do antigo sistema, foram as mais simples como, por exemplo, desinfetar materiais, comprar livros e adquirir bibliotecas de intelectuais falecidos. Uma ação audaciosa também foi realizada, aquela que uniu em uma rede de ações conjuntas a Biblioteca Municipal com a Biblioteca do Estado, uma vez que estavam próximas geograficamente no centro de São Paulo. Interessante refletir sobre esse último ponto, pois como havia uma aproximação entre os governos estadual e municipal devido às intervenções do governo federal, pôde-se pensar na junção das duas esferas de poder no Departamento de Cultura. Essa questão é fundamental no conceito de política cultural, pois demonstra uma *análise das situações* políticas (CERTEAU, 1995; BARBALHO, 2008) para bem desenvolver o projeto do Departamento de Cultura com relação às bibliotecas.

Com as mudanças realizadas no organograma da Prefeitura e a necessidade de um corpo funcional maior, que resultou na realização dos cursos de Biblioteconomia,

constata-se que o Departamento de Cultura tinha como projeto estabelecer uma rede de bibliotecas, que se instituiu com a criação da Divisão de Bibliotecas. Essa rede formou uma Biblioteca Pública Central, preocupada em realizar o tratamento dos materiais para as demais bibliotecas da rede e com acesso a um público heterogêneo, uma Biblioteca Infantil, Bibliotecas Populares e Bibliotecas Circulantes.

Sobre as Bibliotecas Populares, Mário de Andrade tinha a ambição de levar esse equipamento cultural para os bairros de São Paulo e entendia que elas eram efetivamente “verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extraescolar” (ANDRADE, 1957, p. 7). Levando em consideração esse último argumento exposto por Mário de Andrade sobre as Bibliotecas Populares na Divisão de Bibliotecas, não é possível corroborar o que Suelena Pinto Bandeira afirmou ao expor que o Departamento de Cultura germinou uma “ideia de cultura dissociada de educação” em São Paulo (BANDEIRA, 2007, p. 19). Patrícia Tavares Raffaini também discorda de tal posicionamento ao apresentar que o Departamento de Cultura tinha objetivo educacional em seu projeto, vejamos:

Com um objetivo educacional um pouco divergente dos Parques Infantis, pois visavam um público que por ser alfabetizado já tinha acesso aos bens culturais de forma geral, aparecem a Biblioteca Municipal, a Infantil e a Circulante. (RAFFAINI, 2001, p. 67)

Essa perspectiva educacional do Departamento de Cultura fica ainda mais clara quando dos dispositivos financeiros de que o prefeito Fábio Prado fez uso para aumentar o orçamento gasto com esse projeto – conforme já fora apresentado. Vejamos com mais detalhes os projetos das bibliotecas da Divisão de Bibliotecas e algumas das atividades realizadas por elas.

2.2.1 A Biblioteca Infantil

A Biblioteca Infantil Municipal¹⁵ foi inaugurada em 14 de abril de 1936, sob a responsabilidade da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da

¹⁵ Em 1955, a Biblioteca Infantil teve a sua denominação alterada para Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato, uma homenagem ao escritor que, por muitos anos, acompanhou com entusiasmo as atividades realizadas pela biblioteca.

Prefeitura de São Paulo. Segundo jornais da época, esse equipamento cultural foi o primeiro do país especializado no atendimento a crianças e jovens.

Para entendermos o processo de criação da Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura, bem como as suas primeiras atividades com o público no período de 1935 a 1938, faz-se necessário conhecermos os agentes que estiveram envolvidos nesse projeto. Uma das principais personagens dessa história é Lenyra Camargo Fraccaroli, diretora da Biblioteca Infantil de 1936 até 1961. Foi no Instituto Caetano de Campos que Lenyra Fraccaroli iniciou a sua jornada com as bibliotecas infantis.

2.2.1.1 A Biblioteca Escolar do Instituto Caetano de Campos: começo e experiência

Lenyra Fraccaroli completou o Curso Normal – magistério – do Instituto Caetano de Campos em 1932. No ano seguinte frequentou o Curso de Formação de Professores e passou a lecionar como substituta na Escola Normal da Capital, posteriormente denominada Escola Primária do Instituto Caetano de Campos.

Como havia viajado para o exterior devido às atividades profissionais de seu marido, Lenyra observou que as instituições de ensino dos Estados Unidos dispunham de um plano escolar para as crianças composto por diferentes atividades, como, por exemplo, teatro, aulas de artes e leitura de livros. A partir do momento que iniciou a sua atividade profissional como professora, sua filha Dulce Fraccaroli também ingressou no Instituto Caetano de Campos para realizar os estudos primários. Na ocasião surgiu a necessidade de criar no Instituto uma biblioteca escolar, que serviria de espaço de aprendizagem fora do ambiente da sala de aula. Essa necessidade também se fez devido a um comunicado emitido pela Diretoria-Geral de Ensino Municipal, publicado no *Diário Oficial* de 1º de novembro de 1933, que recomendava às autoridades escolares instruções para a organização de bibliotecas e museus escolares na cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 1933). Sobre esse momento de criação da biblioteca escolar, Gabriela Pellegrino Soares apresenta que:

Nascida em Anápolis e estabelecida em São Paulo para estudar, a jovem estagiária da Escola Caetano de Campos aí criou uma Biblioteca Infantil por sugestão do professor Antônio D'Ávila. A iniciativa desdobrou-se na organização da Semana do Livro, em outubro de 1933, encerrada com

uma palestra de Guilherme de Almeida e com o saldo de mais de mil livros arrecadados, além de um valor em dinheiro. (SOARES, 2007, p. 311-12)

Com isso, Lenyra participou da formação e organização da Biblioteca Escolar do Instituto Caetano de Campos. De acordo com o documento que apresenta as atividades profissionais de Lenyra, por ela mesma redigido, encontramos:

Prestou trabalhos gratuitos durante dois anos e meio, na formação e organização da Biblioteca Escolar desse mesmo Instituto, proporcionando, às crianças, suas frequentadoras, nos dois períodos do dia, leituras e estudos. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato. Pasta Diversos. 1936)

Foi a partir da iniciativa de organização da Biblioteca Escolar no Instituto Caetano de Campos que Lenyra Fraccaroli obteve conhecimentos e colocou em prática as ações possíveis para organizar um serviço de informação para as crianças.

Abaixo, algumas imagens dessa biblioteca:

Figura 2.7 – Biblioteca Escolar do Instituto Caetano de Campos – 1933 (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Figura 2.8 – Biblioteca Escolar do Instituto Caetano de Campos – 1934 (Acervo Biblioteca InfantoJuvenil Monteiro Lobato)

Na primeira imagem vemos um mobiliário ainda improvisado para uma biblioteca escolar infantil. Observamos que a mesa de leitura não condiz com a altura das crianças, nem as estantes de livros facilitam o acesso aos materiais. No entanto, o uso de cadeirinhas para leitura já demonstra uma preocupação maior dos profissionais da biblioteca com esse público. Na segunda imagem notamos uma significativa melhora no mobiliário e no espaço da Biblioteca Escolar do Instituto Caetano de Campos. As mesas e cadeiras de leitura para as crianças estão de acordo com a altura e a idade desse público. Ao fundo da biblioteca vemos estantes que possibilitam melhor acesso aos materiais, com os livros organizados nas prateleiras ao alcance das crianças. No lado direito da imagem, sem muita definição, notamos a presença de um fichário que, provavelmente, deveria conter as fichas com informações dos livros dessa biblioteca escolar.

Tal iniciativa obteve êxito na época, sendo que em 1935 a biblioteca recebeu a visita de Mário de Andrade, Paulo Duarte e Rubens Borba de Moraes, grupo responsável pelo Departamento de Cultura. Maravilhados com o trabalho que era realizado na biblioteca com as crianças, além do desejo já constituído pelo Departamento de Cultura de criar em São Paulo uma Biblioteca Infantil, o grupo convidou Lenyra Fraccaroli para participar da organização da Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura.

Cabe destacar que Lenyra Fraccaroli passou a ter visibilidade na sociedade paulista da época após as suas atividades na Biblioteca Escolar do Instituto Caetano de Campos. O jornal *Gazeta de São Paulo* publicou, no ano de 1934, uma nota sobre a Semana do Livro realizada no Instituto Caetano de Campos.

Vai transcorrendo com a mais intensa vibração a “Semana do Livro” no Instituto “Caetano de Campos”. O que surpreende nesse movimento em favor do livro, não é propriamente a copia de volumes que já recebemos em doações espontâneas e valiosas. É antes de tudo o mais vibrante entusiasmo que reuniu, sob alunos do estabelecimento numa coordenação de esforços que mais lembra uma grande campanha cívica. O núcleo idealizador da iniciativa que contava a princípio com meia dúzia de adeptos, tem hoje a totalidade de alunos e professores da escola. (*Gazeta de São Paulo*, 1934, [s.p.])

Interessante observar que na documentação organizada por Lenyra Fraccaroli sobre a biblioteca infantil são apresentadas notícias de outra iniciativa, de 1925, organizada pelos educadores prof. Carlos Alberto Gomes Cardim e João Baptista de Brito, então diretor e vice-diretor, respectivamente, da Escola Normal da Capital, que depois passara a ser o Instituto Caetano de Campos. Segundo o informativo escrito por Maria Luiza Pinto Moreira, essa Biblioteca Infantil fora “a primeira biblioteca infantil do estado de São Paulo” (MOREIRA, 1933, p. 6). O informativo também apresenta uma sequência histórica de como o Instituto Caetano de Campos tinha uma preocupação com esse tipo de biblioteca para as crianças. A fundação da primeira biblioteca infantil foi divulgada no informativo junto à iniciativa organizada pela “[...] professora D. Lenyra Fraccaroli, então substituta da Escola Primária anexa ao Instituto de Educação” (MOREIRA, 1933, p. 12).

Em outra publicação, o jornal *Minerva*, da Escola Normal Padre Anchieta, um artigo denominado “Bibliotéca Infantil”, a redatora Maria Luiza de Barros apresenta que:

Mas a criança não pode ler na cama, no bonde ou nos corredores, como tanta gente apressada. Ela precisa de um ambiente. De meio propício à leitura. E esse meio, esse ambiente, criou-o a professora Lenyra C. Fraccaroli de uma das salas do Instituto de Educação. Dali, como de um centro luminoso, partiram raios que se entenderam por várias escolas. (ESCOLA NORMAL PADRE ANCHIETA, 1934, p. 5)

Com o sucesso da Biblioteca Infantil criada pelo Instituto Caetano de Campos, a instituição logo tratou de organizar o acervo e obter mais espaço para as crianças, conforme apresentado na figura 2.8. Um artigo publicado na *Folha da Manhã*, de 9 de outubro de 1934, ressalta:

Ao visitante da “sala de leitura” para crianças chama imediata atenção o moderno mobiliário de cores claras, cômodo e artístico e o ambiente de apurada sobriedade, em que as crianças passam horas agradáveis, o que evidencia o propósito da direção do Instituto Caetano de Campos de levar avante, praticamente, as ideias de uma reforma escolar para os seus melhores rumos. (*Folha da Manhã*, 9 out. 1934, [s.p.])

Dona Lenyra preocupou-se em documentar o trabalho que por ela foi realizado no Instituto Caetano de Campos. No conjunto de documentos sobre a instituição é possível encontrar fotos, estatísticas, recortes de notícias de jornais, modelos de ficha de requisição de livro. Com isso, a iniciativa da biblioteca escolar infantil no Instituto Caetano de Campos serviu de modelo e local de experiência para depois ser criada a Biblioteca Infantil da Prefeitura de São Paulo. Lenyra Camargo Fraccaroli participou ativamente da iniciativa do Instituto e, também, acompanhou, por meio das notícias publicadas em jornais da época, questões relacionadas à Biblioteca Infantil no Brasil e no mundo. Parte desses artigos encontram-se nas pastas por ela organizadas no acervo administrativo da atual Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato. Assim, Lenyra Fraccaroli era a pessoa que naquele momento de implantação do Departamento de Cultura detinha o conhecimento das atividades e do público para a criação de uma biblioteca infantil na cidade de São Paulo.

2.2.1.2 A Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura

Por meio do Ato Municipal nº 862, de 30 de maio de 1935, Lenyra Fraccaroli foi nomeada diretora da Biblioteca Infantil (SÃO PAULO, 1935b). A proposta do Departamento de Cultura era instalar a Biblioteca Infantil anexa ao prédio da Biblioteca Municipal. No entanto, devido aos problemas enfrentados para a inauguração da Biblioteca Municipal, que ocupava na época instalações improvisadas na rua 7 de Abril, a Biblioteca Infantil foi instalada em um casarão na rua Major Sertório, nº 638.

Abaixo, imagem do primeiro prédio da Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura.

Figura 2.9 – Biblioteca Infantil – Casarão da rua Major Sertório – 1936. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Esse casarão dispunha de três salas para leitura e uma sala para jogos. Nos fundos da casa também havia um salão onde eram exibidos filmes educativos.

Além de Lenyra Fraccaroli, trabalharam neste primeiro momento das atividades da Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura dona Noemia Lentino e dona Haydée Hallier. O jornal *Alvorada*, do Gremio Collegio Paulista, publicou uma nota sobre o trabalho das três senhoras:

Os meninos têm nas diretoras, ao mesmo tempo uma amiga e uma professora. A ternura com que tratam as crianças é maternal. Essas incansáveis senhoras, são, em poucas palavras, a bondade personificada. (GREMIO COLLEGIO PAULISTA, 1936)

Observamos como o artigo de jornal apresenta o trabalho dessas profissionais relacionado à escola. Tal associação foi feita devido à formação profissional dessas

mulheres, que por serem professoras desenvolviam na Biblioteca Infantil atividades próximas às realizadas nas salas de aula. A forma de contato dessas profissionais com esse tipo de público também demandava outra formação que não apenas o simples trato com os livros em uma biblioteca, mas sim um conhecimento pedagógico de mediação da informação com as crianças e os jovens.

Com isso, as atividades realizadas pela Divisão de Bibliotecas, em especial a Biblioteca Infantil, chamaram a atenção de todo o país. Paulo Duarte (1977, p. 73-4) afirma que essa biblioteca foi inaugurada com entusiasmo e uma organização que maravilharam Afrânio Peixoto. Em uma carta publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título “O Departamento de Cultura de São Paulo”, Afrânio Peixoto apresenta o seu relato sobre a Biblioteca Infantil, vejamos:

As bibliotecas infantis e populares honram a biblioteca municipal, que é honra de S. Paulo. Os olhos se me encheram de emoção e a alma de esperança, vendo no prédio da Rua Major Sertório, as crianças, pirralhos de 6 a 12 anos, sério, atentos, curiosos, que iam ao fichário e partiam a estante, tomado o livro, e abancados a mesa de estudo... Gravuras, contos infantis, viagens, Júlio Verne ou Monteiro Lobato, heroísmo, aventuras, mecânica, ciências naturais... E não só os meninos do bairro de Villa Buarque, senão de todos os tentáculos de S. Paulo. (*O Estado de S. Paulo*, 6 dez. 1936, p. 4)

Também, em pesquisa realizada no arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), uma carta de Luís Camilo de Oliveira Neto, então diretor da Casa Rui Barbosa, relata qual foi a sua impressão ao conhecer o projeto da Biblioteca Infantil. Oliveira Neto revela que:

Do assunto de sua carta, em parte, já tinha conhecimento porque assisti no cinema à inauguração da Biblioteca Infantil e o automóvel (Boa filmagem, das melhores nacionais). Não esperava e foi surpresa muito agradável. Gostei do aspecto e da instalação. Acredito que confirma a Biblioteca infantil uma excelente iniciação. Somente [apresentando] ao menino, desde muito cedo, os livros é que se conseguirá educá-lo e evitar o fato, muito frequente nas Bibliotecas do Rio, de encontrarmos livros com capítulos arrancados, gravuras cortadas e etc. (OLIVEIRA NETO, 1936, p. 1)

Cabe destacar que Lenyra Fraccaroli não era bibliotecária, no momento da criação da Biblioteca Escolar no Instituto Caetano de Campos (1933), nem quando da

fundação da Biblioteca Infantil no Departamento de Cultura (1936). No entanto, a sua percepção com relação ao seu público e as atividades a serem realizadas superou essa questão da formação profissional – título que obteve em 1940 pelo curso de bibliotecários da Prefeitura de São Paulo. De modo sensível, dona Lenyra passou a organizar atividades a fim de que as crianças e os jovens se interessassem pela leitura na biblioteca. Essas atividades foram pautadas em sua experiência como professora, assim como nas suas observações das escolas norte-americanas. Com isso, tais atividades não ficaram restritas a simples disponibilização de livros nas estantes para crianças e jovens.

No período que cobre esta pesquisa, a Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura obteve as seguintes estatísticas com relação ao público e uso do acervo:

Tabela 2.1 – Frequência da Biblioteca Infantil, São Paulo, 1936 a 1938*

Ano	Frequência	Livros lidos
1936	25.547	25.639
1937	36.308	31.623
1938	40.522	38.951

* Informações obtidas em entrevista de D. Lenyra Fraccaroli para Henriqueta Vertemati, sem data informada (Fonte: Acervo Biblioteca Infantil).

Os números apresentados são expressivos com relação à frequência de usuários e livros lidos. Interessante notar que Lenyra Fraccaroli encontrou uma forma de fazer com que esse equipamento cultural, voltado para as crianças e o público jovem, tivesse um ritmo de atividades que tornava a instituição viva e presente na sociedade. Nesse contexto podemos contrapor uma declaração apresentada por Rubens Borba de Moraes a respeito dos trabalhos realizados por Lenyra na Biblioteca Infantil.

Em entrevista realizada no ano de 1972 para alunos da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972), Rubens Borba de Moraes foi inquirido sobre a separação das Bibliotecas Infantis da rede de bibliotecas públicas da Prefeitura – fato que ocorreu na década de 1950. Sobre esse assunto, Rubens Borba lamenta o acontecido e diz:

Uma coisa absurda. Quando me instalei em São Paulo eu queria fazer uma Biblioteca Infantil. Uma coisa que precisava fazer e tal. Eu achava importante. Dona Lenyra era uma pessoa de talento. Fui procurar a Dona Lenyra. Estava ótimo. Trouxe ela e a pus na direção da Biblioteca Infantil. Ela faz um trabalho fantástico, mas queria ser diretora. Queria receber ao cargo para equivaler o diretor. Então assim que o Prestes Maia saiu ela conseguiu que separasse [as bibliotecas] para que ela fosse diretora. Foi ela que inventou isso [rede de bibliotecas infantis] para ser diretora. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972)

Ainda nessa entrevista, Rubens Borba de Moraes expõe severas críticas com relação às atividades realizadas por dona Lenyra na Biblioteca Infantil. O então diretor da Divisão de Biblioteca ressalta:

Ela tinha formação de professora, não tinha visão de bibliotecário. Ela colocava atividades de jardim de infância. E eu implicava com ela. Ela ficava zangada. Os livros na biblioteca infantil estavam em segundo lugar. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972)

A partir da citação acima, vemos que o diretor da Divisão de Bibliotecas não estava de acordo com todas as atividades realizadas pela Biblioteca Infantil Municipal. No entanto, ele não interferiu nessas atividades e a biblioteca continuou o trabalho de fazer com que as crianças e os jovens tivessem acesso e criassem o gosto pela leitura. Aqueles que já desenvolveram atividades em bibliotecas infantis sabem o desafio de propor e manter atividades para esse público. Vale ressaltar também que, para o trabalho realizado com essa especificidade, cabem mais os ensinamentos da Pedagogia do que as regras da Biblioteconomia.

Chega a ser estranho esse posicionamento de Rubens Borba de Moraes, uma vez que dona Lenyra buscou a formação de bibliotecária para exercer as funções na Biblioteca Infantil. Em entrevista concedida a Henriqueta Vertemati, sem data, Lenyra Fraccaroli destaca que “Como bibliotecária, não poderia deixar de colocar em 1º lugar a leitura. O homem que lê vale mais” (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato. Pasta 1932-1944). É possível identificar que essa declaração fora conferida após 1940, ano em que Lenyra recebeu o título de bibliotecária. Desse modo, Rubens Borba de Moraes apresenta certo desconhecimento de como tratar com o público da Biblioteca Infantil, na medida em que este demandava outro tipo de comportamento do profissional bibliotecário. Comportamento que, em muitos casos, precisava se

aproximar do ambiente das atividades realizadas pela escola, pois esta era a instituição presente no universo de conhecimento das crianças, ao mesmo tempo que não havia no Brasil da década de 1930 profissionais especialistas para trabalhar com o público infantil e, conseqüentemente, o primeiro contato da criança com a biblioteca era realizado por intermédio do professor.

Outro fator que confronta esse posicionamento do então chefe da Divisão de Bibliotecas é que, em 1935, Lenyra Fraccaroli ministrou aulas de Biblioteconomia a inspetores, diretores e professores, no curso de férias instituído pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Além disso, no mesmo ano, fez parte da comissão encarregada de estudar a organização de uma biblioteca escolar modelo no Departamento de Educação do Estado. Interessante observar qual a concepção que Lenyra e o Estado tinham de biblioteca escolar e infantil naquela época. Em uma publicação denominada *Bibliothecas Escolares e Infantis*, de 1936, realizada pelos professores José de Oliveira Orlandi, Iracema Silveira e Lenyra Fraccaroli, podemos entender a diferenciação de conceitos para as bibliotecas da época. Vejamos:

Ha diferença entre as denominações *biblioteca infantil* e *biblioteca escolar*. A primeira tem extensão mais ampla porque se destina a todas as crianças. Sua direção nem sempre estará entregue a professores. A segunda é reservada aos alunos do estabelecimento de ensino onde funciona. [...] Bibliotecas escolares infantis, que são as do nosso caso, estendem o seu benefício a todas as crianças, alunos ou não, que toda sua atividade obedecerá a uma orientação praticamente educativa. (ORLANDI; SILVEIRA; FRACCAROLI, 1936, p. 4, grifos dos autores)

Interessante observar nessa citação que biblioteca infantil e biblioteca escolar são entendidas por esse grupo como algo próximo no que se refere ao desenvolvimento de suas atividades, uma vez que lidam com crianças e jovens. No entanto, elas se diferenciam com relação às crenças das instituições que as mantêm. E a questão principal desse trecho é que as duas bibliotecas deveriam obedecer a “uma orientação praticamente educativa”. Dessa forma, constata-se que havia um entendimento pelos profissionais da época de que as atividades em uma biblioteca infantil estavam próximas à educação e, conseqüentemente, à escola.

A Biblioteca Infantil foi inaugurada no dia 14 de abril de 1936, às 15h. As salas e os corredores da biblioteca estavam cheios quando da cerimônia de abertura. O

cerimonial foi presidido por Mário de Andrade, sendo composta a mesa de autoridades por Nicanor Miranda (chefe da Divisão de Educação e Recreio), Tito Ribeiro de Almeida (cônsul da Hungria), Rubens Borba de Moraes (chefe da Divisão de Bibliotecas), Corrêa Junior e Lenyra Fraccaroli. Também estiveram presentes nessa cerimônia pessoas da elite paulista e de institutos de educação como, por exemplo, as sras. Odila Cintra Ferreira, Elisa Prestes Monzoni e Lygia Loureiro da Cruz, a prof. Heloisa Fagundes, Alice Meirelles Reis e Ernestina Jordano.

A seguir, fotos da cerimônia de inauguração da Biblioteca Infantil Municipal.

Figura 2.10 – Biblioteca Infantil – Cerimônia de inauguração – 1936. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Figura 2.11 – Biblioteca Infantil – Assinatura da Ata de Inauguração – 1936. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Ao abrir a sessão, Mário de Andrade pronunciou algumas palavras de congratulação pela realização daquele empreendimento. Em seguida, Lenyra Fraccaroli fez o seguinte discurso:

Dentro desta casa encontrareis na devida disposição – livros, revistas, coleções de recortes e gravuras, fichas, jogos, e brinquedos – tudo, enfim, que possa despertar nas crianças esse apetite intelectual, esse amor à leitura, esse desejo de aperfeiçoamento para que os indivíduos se elevem do materialismo grosseiro ao idealismo constructos.

Uma biblioteca é um celeiro de luz e ninguém, jamais, saberá louvar bastante aqueles que tomaram por lema o mandato do poeta pensador: “Livros, livros a mancheias, fazei o povo pensar!”.

E o Departamento de Cultura – quem poderá negá-lo? – ajunta hoje um novo lustre ao brasão de suas glórias, fazendo-se credor da gratidão do povo por mais uma realização magnífica – a sua “Biblioteca Infantil”.
Departamento de Cultura que é, não descarta de um só recurso para realizar seu arrojado programa: dotar a cidade dinâmica de todas as fontes de cultura – psíquica, higiênica, intelectual, moral e artística.

E, enquanto nos Parques Infantis desabrocham ao ar e ao sol corpos sadios, no remansoso e calmo ambiente desta Biblioteca, inteligências e corações em flor hão de fecundar-se em frutos preciosos para o amanhã radioso de nossa terra.

Eu me sinto orgulhosa e comovida de ser, embora em mínima porção, participante desta obra e me comprazo em proclamar o meu entusiasmo por ela.

Beneméritos os que sabem cuidar da educação do povo; benemérita por isso a Prefeitura de S. Paulo! (*O Estado de S. Paulo*, 15 abr. 1936, p. 7, grifo nosso)

O discurso de Lenyra Fraccaroli reforça a ideia de que a Divisão de Bibliotecas, em especial a Biblioteca Infantil, fazia parte da política cultural proposta pelo Departamento de Cultura. Algumas linhas dessa política para a cidade foram apresentadas no artigo, como, por exemplo, “dotar a cidade dinâmica de todas as fontes de cultura – psíquica, higiênica, intelectual, moral e artística”. Dessa forma, o Departamento de Cultura tinha a preocupação de criar um *conjunto de intervenções sistemáticas* (TEIXEIRA COELHO, 2004; GARCÍA CANCLINI, 1987; MILLER; YÚDICE, 2004) na cidade de São Paulo. Para isso, criou instituições, formou pessoal especializado e colocou em prática as ações idealizadas em seu projeto.

Vejamos algumas das atividades realizadas na Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura que demonstram esse contato da política cultural idealizada com o seu público.

2.2.1.2.1 A Biblioteca Infantil e suas atividades para o público

Lenyra Fraccaroli foi a primeira responsável pela Biblioteca Infantil Municipal, uma vez que havia participado da implementação de um serviço semelhante a este no Instituto Caetano de Campos. Segundo Patrícia Tavares Raffaini (2001):

Em abril de 1936 foi inaugurada no prédio n. 690 da Rua Major Sertório e em seu primeiro ano de funcionamento atendeu a 25.547 crianças. Faziam parte da Biblioteca: salas para leitura de livros e revistas, sala de festas e de jogos, e uma sala para a projeção de filmes e para a realização de palestras educativas. (RAFFAINI, 2001, p. 68)

Na Biblioteca Infantil da Prefeitura, as crianças realizavam diversas atividades, como, por exemplo, encontro com escritores, projeção de filmes educativos e a criação de um jornal denominado *A Voz da Infância*. Sobre essas atividades, Gabriela Pellegrino Soares apresenta que:

A Biblioteca Infantil Municipal – assim como mais tarde suas unidades subsidiárias – foi concebida como centro de cultura, socialização e recreação das crianças paulistanas. Além das seções propriamente de livros, cedo passou a contar com cinema, discoteca e sala de jogos. Promovia também atividades diversas, como palestras, trabalhos artísticos, hora do conto, marionetes e a produção de um jornal, *A voz da infância*, por uma equipe de frequentadores. O acervo para leitura estava dividido em duas seções: na seção “fixa”, ficava disposto em estantes abertas, de livre acesso ao usuário, e devia ser lido na própria sala; na seção “circulante”, mediante autorização dos pais, o livro era emprestado ao interessado. (SOARES, 2007, p. 314, grifos da autora)

O Departamento de Cultura organizou um folheto explicativo com as atividades que poderiam ser encontradas nessa biblioteca (Anexo I). Nesse documento observamos que havia a preocupação de fazer com que a Biblioteca Infantil fosse entendida pelas crianças, pelos jovens e pelos moradores da cidade de São Paulo. Um pequeno livro, com ilustrações e fotos de modo a aguçar o interesse de seu público para frequentar a Biblioteca Infantil. Com relação a essa proposta, vemos que o Departamento de Cultura tinha a preocupação de comunicar para a sociedade como aquele equipamento cultural funcionava. Isso demonstra que os dirigentes do Departamento, bem como da Divisão de Bibliotecas, sabiam da importância de criar as instituições e fazê-las conhecidas pelo seu público.

Segundo o *Jornal Alvorada*, havia na Biblioteca Infantil livros de história e didáticos, gravuras, salão de jogos, cinema, coleção de selos, de moedas, e a publicação do jornal *A Voz da Infância* (GREMIO COLLEGIO PAULISTA, 1936). Para que essas atividades fossem desenvolvidas Lenyra Fraccaroli criou um organograma da Biblioteca Infantil. Abaixo, imagem desse organograma:

Figura 2.12 – Organograma da Biblioteca Infantil – 1936. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

A partir dessa imagem é possível identificar como a Biblioteca Infantil foi estruturada de maneira a comportar rotinas de trabalho comuns de uma biblioteca, como, por exemplo, catalogação e classificação. No entanto, comportava outras atividades diferentes para uma biblioteca, como, por exemplo, arquivo, propaganda, pesquisas psicológicas, comemorações, jornal, palestras, filatelia e instruções artísticas e jogos. Cabe destacar que a biblioteca dispunha de atividades como, por exemplo, Hora do Conto e empréstimo de livros.

Sobre a Seção de Pesquisas Psicológicas na Biblioteca Infantil, na época a Prefeitura tinha uma preocupação com a educação sanitária da população. Para isso, eram contratadas educadoras que, segundo Paulo Duarte, entravam em contato com os pais, pois “não valia nada tirar os piolhos de uma criança para que esta se parasitasse novamente ao contato com mãe e irmãos maiores” (DUARTE, 1977, p. 83). Outras questões relacionadas à saúde mental das crianças também eram tratadas por esse setor da biblioteca e levadas para a Prefeitura. Da mesma forma, em carta de Afrânio Peixoto ao jornal *O Estado S. Paulo*, ele comenta que nos parques e bibliotecas havia jornais

que eram “documentos de ternura e psicologia” (*O Estado de S. Paulo*, 6 dez. 1936, p. 4). Com isso, constata-se que havia uma preocupação do Departamento de Cultura em promover uma política de saúde que era de iniciativa da Prefeitura de São Paulo. Essa preocupação evidencia-se quando, no organograma da gestão do prefeito Fábio Prado, temos a criação da Divisão de Saúde.

As seções de jornal, palestras, filatelia e instruções artísticas e jogos podem ser consideradas inovações implantadas pela Biblioteca Infantil. A seção de palestras é considerada como uma nova proposta para a época, pois além das instruções de saúde que eram passadas pela Prefeitura de São Paulo nos encontros, a Biblioteca Infantil trouxe escritores de livros a fim de aproximar os autores de seu público. Com relação à seção jogos, notamos mais uma vez a preocupação da Biblioteca Infantil em se aproximar do universo do seu público. Pela imagem abaixo, vemos que as crianças compartilhavam no mesmo espaço da biblioteca a leitura e o desenvolvimento de atividades lúdicas com os jogos.

Figura 2.13 - Salão de jogos da biblioteca. (Acervo Biblioteca InfantoJuvenil Monteito Lobato)

A Biblioteca Infantil situada na rua Major Sertório possuía três salas para leitura, uma sala para jogos e um salão para projeção de filmes educativos. Com relação às salas de leitura, esses espaços foram projetados para que as crianças e os jovens tivessem um bom acesso aos livros e às atividades que eram realizadas na biblioteca. O

jornal *Diário da Noite* realizou uma visita à Biblioteca Infantil um mês antes da sua inauguração e relatou como era o mobiliário da biblioteca. Vejamos:

Nas três dependências amplas à nossa vista, chega suave e igual a claridade do exterior. Cores claras, predominando o azul e o branco confundidos numa tonalidade agradável. O mobiliário confeccionado, especialmente para a biblioteca nas oficinas da Prefeitura, se espalha pelas três grandes salas. Tudo elegante, agradável, formando um ambiente simples e atraente.

[...] A biblioteca dispõe também de uma sala para jogos como xadrez, dama, jogos de armar etc. É uma linda dependência ladrilhada, fresca, em cuja, área central vai ser colocado um aquário, e inteiramente decorada com palmeiras e espécies vegetais decorativos. A parede fronteira é toda de vidro.

[...] e instalar um cinema sonoro, em outra sala própria para espetáculos. (*Diário da Noite*, 13 fev. 1936, [s.p.])

O mesmo artigo de jornal apresenta como Lenyra Fraccaroli planejou as atividades com as crianças, além de explicitar as rotinas de trabalho a serem executadas. Mais um trecho do *Diário da Noite*:

Tudo aqui será feito pelas próprias crianças. Retiram elas mesmas os livros, revistas ou gravuras que interessam, encarregando-me também da organização do fichário. Eu apenas faço o controle, como você pode ver. (*Diário da Noite*, 13 fev. 1936, [s.p.])

Dessa forma, vemos que a Biblioteca Infantil foi planejada para atender de forma adequada ao seu público-alvo, com instalações de acordo com sua faixa etária e formas de socialização e mediação da informação, específicas para as crianças e os jovens. Essa proposta de biblioteca infantil demonstra uma visão aberta do conceito de biblioteca infantil, que talvez ainda hoje em certas regiões do país não foi alcançada. A aproximação dos espaços de leitura, jogos e filmes era algo que tinha por proposta fazer com que as crianças acessassem e fizessem uso das informações nos diferentes suportes e nas diversas formas de socialização com o outro. A Biblioteca Infantil Municipal também propôs a organização e a catalogação dos livros em um trabalho conjunto entre os profissionais da biblioteca e as crianças. Tal atitude demonstrava que aquele espaço incluía o seu público como um agente transformador da vida cultural. Sobre o fichário e a organização da biblioteca, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou:

Tudo organizado consoante os modernos métodos, aplicados aliás em toda a organização da biblioteca, pois o trabalho de fichamento, catalogação, embora orientado por uma bibliotecária especializada – D. Lenyra Fraccaroli, organizadora do mesmo serviço no Instituto de Educação – é todo ele executado pelas próprias crianças frequentadoras. (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4)

Tal abertura no relacionamento com o público mostra que não se podia instalar na Biblioteca Infantil uma estrutura de biblioteca voltada ao público adulto – o que contradiz as severas críticas apresentadas por Rubens Borba de Moraes em sua entrevista aos alunos da ECA (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972). Além disso, a participação das crianças na organização do espaço buscava tornar aquele ambiente algo pertencente aos pequenos leitores e organicamente ligado a suas vidas. Dessa forma, as propostas da política cultural do Departamento de Cultura lograram êxito, uma vez que as crianças puderam expressar as suas liberdades de pensamento e opinião no espaço da Biblioteca Infantil.

Abaixo, imagem que mostra o fichário de gravuras organizado na Biblioteca Infantil que contou com a colaboração das crianças:

Figura 2.14 – Fichário da Biblioteca Infantil. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Interessante observar que na parte de cima do fichário eram dispostas imagens de assuntos da época, como, por exemplo, a bandeira de São Paulo – devido à Revolução de 1932 –, Mickey Mouse – desenho de sucesso da época – e um retrato de Shirley Temple – artista infantil norte-americana popular entre as crianças.

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 14 de abril de 1936, a Biblioteca Infantil Municipal contava com um acervo de 1.400 volumes de livros especializados para as crianças e jovens, além da presença de revistas educativas. Havia ainda mais de 5 mil recortes de revistas nacionais e estrangeiras sobre assuntos educativos. Parte dos livros estrangeiros de que a biblioteca dispunha foram doados pelos cônsules da Itália, Hungria, Japão e Portugal. Doações de recursos financeiros e livros também foram feitas por particulares como, por exemplo, d. Esther de Mesquita, padre Arnaldo Pereira, Inah Alvin e Maria Scheneider (*O Estado de S. Paulo*, 6 out. 1936).

Outra atividade realizada na biblioteca era o preenchimento de uma ficha de leitura. Essa ficha continha informações de matrícula da criança, data de início e término da leitura, nome da obra e nacionalidade do autor, além das seguintes perguntas: “Conhece outras obras do mesmo autor? Resuma o assumpto do livro nestas linhas; Que achou do livro? É realidade ou ficção? Prosa ou verso? Qual o personagem que mais impressionou e por quê?” (*Diário da Noite*, 13 fev. 1936, [s.p.]). Tal controle realizado pela Biblioteca Infantil permitia que esse equipamento cultural tivesse um *feedback* das obras que as crianças liam naquele espaço. Essa constatação da avaliação dos livros lidos também aparece na notícia publicada pelo *Estado de S. Paulo*. Vejamos:

Como complemento dos trabalhos dessa biblioteca, sempre de acordo com aquele ato, proceder-se-á, com frequência, a inquéritos com o fim de verificar quais as obras de literatura preferida pelos pequenos, as impressões que deixam...

- Mas qual a maneira de se obter as impressões deixadas nas crianças pelas obras lidas?

- Um meio muito simples. Com o livro, a criança recebe uma ficha própria, contendo indicações para nela deixar um resumo do que leu.

(*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4)

Mas a Biblioteca Infantil não dispunha apenas do serviço de leitura e empréstimo de livros. As crianças também liam revistas, apreciavam gravuras, mapas, selos e moedas. A imagem abaixo mostra como eram diversos os materiais disponíveis para leitura na biblioteca.

Figura 2.15 – Sala de leitura da Biblioteca Infantil. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

A imagem acima apresenta algumas questões importantes para análise como, por exemplo: não ser uma foto “oficial”, na qual as pessoas colocam suas melhores roupas para aparecer na imagem; demonstra que diferentes crianças se relacionavam num mesmo espaço público, sendo meninos e meninas, brancos e negros; e, por fim, a pluralidade de materiais disponíveis para leitura, com mapas, ilustrações e livros.

Outras iniciativas foram realizadas na Biblioteca Infantil. Dentre as atividades temos: A Hora do Conto, com a participação de escritores para contar eles mesmos as suas histórias; um jornal com recortes de notícias do dia, material para ser apresentado às crianças informando os acontecimentos; um jornal produzido pelas próprias crianças denominado *A Voz da Infância*; e sessões de cinema educativo. Sobre o jornal feito pela biblioteca com recortes de notícias de outros jornais, *O Estado de S. Paulo* publicou que:

Além disso, a Biblioteca Infantil organizará também uma coisa que ainda não se viu no Brasil e possivelmente na América do Sul. É o jornal das crianças feito, diariamente, para ser lido desde a hora de sua abertura, de recortes de todos os jornais diários de notícias, informações e comentários que possam interessar as crianças e contribuir para a formação de seu espírito. (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4)

A Biblioteca Infantil também realizava excursões com seus frequentadores. Levava as crianças que frequentavam a biblioteca para assistir a peças de teatros em outras cidades. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma nota sobre esse assunto.

Dez crianças frequentadoras da Bibliotheca Infantil e 15 dos parques infantis, especialmente convidados, foram domingo a Campinas a fim de assistir a um drama sobre a vida de Carlos Gomes, intitulado "O tonico de Campinas", representada no Theatro Municipal daquela progressista cidade. (*O Estado de S. Paulo*, 22 set. 1936, [s.p.]).

O jornal *A Voz da Infância* merece destaque. Essa iniciativa surgiu como uma das principais atividades realizadas pela Biblioteca Infantil. De acordo com o documento “60 anos de memória”, redigido pela equipe da biblioteca (1996), o jornal surgiu como:

Num primeiro momento, imaginava-se a feitura de um jornal diário para a leitura das crianças contendo recortes com as notícias de maior interesse para elas publicadas nos principais jornais de grande circulação. Essa ideia inicial, entretanto, acabou não prevalecendo e deu espaço para a produção de um jornal pelos próprios frequentadores da Biblioteca, fazendo eles mesmos todo o trabalho, desde a pauta, as ilustrações, as reportagens e demais textos até a produção final da edição em cópias mimeografadas. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

De fato, crianças e jovens participaram ativamente da criação do referido jornal. Na documentação sobre a história da Biblioteca Infantil são encontrados diversos registros fotográficos que apresentam as crianças redigindo, ilustrando, reproduzindo e lendo o jornal por elas mesmas produzido. Abaixo, alguns registros:

Figura 2.16 – Colaboradores do jornal. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Figura 2.17 – Laércio Silva elaborando um Artigo para o jornal. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Interessante tal iniciativa realizada pela Biblioteca Infantil Municipal, pois apresentava para as crianças como são os processos de criação, produção e circulação de um meio de comunicação em sociedade. Além disso, possibilitava que elas participassem ativamente na *transformação do seu meio social* (TEIXEIRA COELHO, 2004; GARCÍA CANCLINI, 1987; CERTEAU, 1995), uma vez que produziam as pautas, os artigos, os desenhos, ou seja, expressavam a sua opinião por meio do veículo de comunicação.

O primeiro número do jornal *A Voz da Infância* foi realizado em comemoração ao centenário de nascimento de Carlos Gomes. Na ocasião, a biblioteca organizou uma excursão para Campinas, cidade natal do compositor, para realizar pesquisas junto aos museus, lugares históricos e conhecer familiares e assistir a uma peça de teatro que apresentava a vida de Castro Alves. O lançamento desse primeiro número ocorreu em 10 de julho de 1936 – três meses depois da inauguração da biblioteca –, com uma grande festa. Abaixo, imagem do primeiro número do jornal *A Voz da Infância*.¹⁶

Figura 2.18 – Primeira edição do jornal *A Voz da Infância*. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

¹⁶ O jornal "A voz da infância" foi produzido ininterruptamente até a década de 80. Posteriormente, algumas publicações foram realizadas em diferentes meses do ano, sendo a sua última edição realizada no primeiro semestre de 1995.

A Biblioteca Infantil realizava festas comemorativas de datas cívicas, assim como homenagens a personalidades por meio de exposições. A primeira homenagem realizada foi ao maestro Carlos Gomes, quando da comemoração do seu centenário de nascimento. Abaixo, imagem que mostra a inauguração do quadro de Carlos Gomes na biblioteca, evento realizado com música e leitura de textos do compositor.

Figura 2.19 – Homenagem ao centenário de Carlos Gomes (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

A Biblioteca Infantil também realizava encenações e peças de teatro. Registros fotográficos demonstram peças comemorativas sobre *O Dia do Trabalho*, *A Branca de Neve*, *Chapeuzinho Vermelho* e *o Sítio do Pica Pau Amarelo* e o *Dia da Pátria*. Abaixo, algumas imagens dessas peças:

Figura 2.20 – Encenação da peça *O Dia do Trabalho*. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Figura 2.21 – Encenação da peça *A Branca de Neve*. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

A Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura também realizou encontros com músicos da época, apresentação de corais, palestras para as crianças, como, por exemplo, “Comemoração às árvores”, para celebrar a chegada da primavera. Cabe destacar que a Biblioteca Infantil dispunha de uma sala de jogos com brinquedos, jogos de xadrez e damas para as crianças. Além disso, a biblioteca dispunha ainda de uma seção de livros para empréstimo e uma sala para projeções cinematográficas.

Figura 2.22 – Biblioteca Circulante. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Figura 2.23 – Salão de projeções cinematográficas (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

As comemorações das datas cívicas que faziam parte do programa realizado pela Biblioteca Infantil não estavam alheias às questões políticas da época. Nas imagens acima, constatamos as preocupações com relação a questões do trabalho e dos imigrantes. Em outra atividade realizada pela biblioteca, vemos uma preocupação em recuperar a memória e a história do estado de São Paulo.

Figura 2.24 – Cartão comemorativo ao dia 9 de julho de 1932. (Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Figura 2.25 – Cartão comemorativo ao dia 9 de julho de 1932.
(Acervo Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato)

Interessante notar como tais questões políticas eram tratadas pela biblioteca com as crianças. Isso demonstra que esse equipamento cultural estava inserido em um meio que participava de modo ativo das questões políticas e que, consequentemente, esses contextos influenciavam a realização das suas atividades. Também, constatamos que era função dessa biblioteca pública, mesmo sendo direcionada ao público infantil, tratar de questões políticas e econômicas vividas pelo estado do São Paulo e pelo país.

Assim, no âmbito das políticas culturais, a atuação da Biblioteca Infantil colocou em prática um programa de intervenções por parte do Estado (TEIXEIRA COELHO, 2004; GARCÍA CANCLINI, 1987). Com isso, foi esboçada uma forma de atuação desse equipamento cultural em sociedade pelos dirigentes do Departamento de Cultura, de modo a colocar em prática a política cultural formulada pela gestão. As atividades realizadas pela Biblioteca Infantil buscaram atingir os objetivos e as metas do Departamento de Cultura (MILLER; YÚDICE, 2004; CERTEAU, 1995; RUBIM, 2007), tendo como preocupação o caráter educacional de formação da criança e do jovem como cidadão paulista e brasileiro. Segundo palavras proferidas por Mário de Andrade no dia da inauguração da biblioteca, esse empreendimento “viria naturalmente a contribuir para formar o espírito do futuro paulista” (*O Estado de S. Paulo*, 15 abr. 1936, p. 7). Dessa forma, observamos que para os dirigentes do Departamento de Cultura a preocupação com a identidade nacional passava pela formação do público infantil e jovem, nesse caso, por meio da Biblioteca Infantil.

2.2.2 A Biblioteca Municipal

A Biblioteca Pública Municipal nasceu como uma repartição ligada à Secretaria-Geral da Prefeitura de São Paulo, por meio da Lei nº 1.051, de 17 de outubro de 1907. Esse documento apresenta a criação de uma terceira seção dentro dessa Secretaria, composta por três setores: serviços de instrução pública (fiscalização do ensino primário), estatística e arquivo municipal. O artigo 2º dessa lei estabelece a criação de uma biblioteca anexa a essa seção. Vejamos:

Anexa à terceira secção será estabelecida uma biblioteca para uso dos vereadores e de todas as repartições municipais, composta de livros de ciências, artes e legislação, existentes nas mesmas repartições ou que forem sendo adquiridos. (SÃO PAULO, 1907)

Em 1911, o Ato Municipal nº 400, de 20 de maio, explicitou com maiores detalhes os materiais que seriam de responsabilidade dessa terceira seção: “todos os papéis, livros e documentos relativos à administração do Município” (SÃO PAULO, 1911). Nesse documento, foi reiterada a criação da biblioteca anexa à seção, em seu artigo 7º, sendo seu acesso e seu uso exclusivos para os vereadores. Além disso, o ato apresenta que essas instituições ficariam instaladas em salas no mesmo local da Prefeitura.

Em 25 de fevereiro de 1925, foi promulgada a Lei nº 2.836 (Anexo II) pelo prefeito Firmino de Moraes Pinto, com autorização para o presidente da Câmara mudar o local da biblioteca, até então localizada na Prefeitura junto ao Arquivo Municipal. Além disso, essa lei modificou o caráter da instituição, que passou a ser aberta ao público. Note-se:

Art 1º – Fica o Presidente da Câmara autorizado:

a) a mudar, para local mais adequado, a Biblioteca Municipal que passará a ser franqueada ao público, de acordo com o regulamento que for expedido;

b) a instalar e reformar essa repartição, dotando-a de pessoal que, com as respectivas denominações, for necessário ao serviço público;

c) a despendar até a quantia de cem contos de réis, com a compra de livros e assinaturas de revistas para a Biblioteca Municipal. (SÃO PAULO, 1925)

Dessa forma, a Biblioteca Pública Municipal da cidade de São Paulo surge como uma repartição anexa à Secretaria-Geral da Prefeitura, associada à preocupação de guarda e consulta dos materiais da administração do município pelos vereadores da Câmara. Posteriormente, ela ganhou autonomia administrativa dentro da Prefeitura e seu acervo foi aberto ao público, tornando-se efetivamente uma biblioteca pública. Sobre esse momento, May Brooking Negrão apresenta que:

Só a partir de seu franqueamento ao público a biblioteca municipal deixa de ser uma instituição administrativa, anexa ao arquivo e de uso exclusivo de funcionário e vereadores. (NEGRÃO, 1983, p. 21)

No dia 14 de janeiro de 1926, foi inaugurado o novo prédio da Biblioteca Pública Municipal, localizado na rua 7 de Abril, nº 37. Seu primeiro diretor-geral, bem como o responsável pela organização da biblioteca, foi o dr. Eurico Dória de Araújo Góes. Conforme apresentado por Herman José Reipert (1972, p. 33), cerca de 15 mil volumes faziam parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal quando da sua instalação. Em seu espaço físico funcionavam uma sala de conferência, um projetor cinematográfico, um laboratório fotográfico, além das áreas de consulta e empréstimo de livros. Os trabalhos de May Brooking Negrão (1983) e Herman José Reipert (1972) apresentam o início das atividades da Biblioteca Municipal no período entre 1926 até 1934, que possibilitam uma ampla visão sobre esse equipamento cultural e a sua atuação na cidade de São Paulo.

A Biblioteca Pública Municipal localizada, no início da década de 1930, na rua 7 de Abril ocupava, segundo Herman José Reipert (1972, p. 31), um “pequeno edifício”. No artigo “Bibliotheca Municipal”, o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou as atividades e os horários de funcionamento da biblioteca, ainda na gestão municipal do prefeito Antonio Carlos Assumpção. Vejamos:

A Biblioteca Pública Municipal, destinada a servir gratuitamente ao povo paulistano ou aos forasteiros em trânsito pela cidade de São Paulo, acha-se aberta, todos os dias e consecutivamente, das 9 às 21h horas, exceto aos sábados e, em que o expediente é encerrado às 15 horas, e aos domingos e feriados nacionais, em que se mantém fechada. A cultura é facultada a todas as pessoas maiores de 12 anos, de qualquer sexo ou nacionalidade, desde que observem os regimentos de asseio, ordem e silêncio em vigor. A todos os consulentes é ministrado o uso gratuito de

sabonete, papel para notas, lápis etc. [...] (*O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 1933, p. 6).

Interessante observar que a Biblioteca Municipal divulgava notícias em jornais da época para apresentar suas atividades, expor estatísticas de uso de materiais, frequência de usuários, bem como instruía os leitores sobre a utilização da biblioteca. Segundo May Brooking Negrão (1983, p. 45), Eurico de Góes procurou de modo intencional divulgar tais notícias na imprensa para fazer frente à Biblioteca Estadual, que também buscava um espaço de atenção na administração pública. Dessa forma, fazer convites, apresentar estatísticas de uso dos materiais e frequência de usuários nos jornais demonstrava a importância da Biblioteca Municipal para a cidade de São Paulo, bem como buscava um apoio de público para que seus projetos e requisições lograssem êxito. Uma das requisições feitas por Eurico de Góes na imprensa foi a de um novo prédio para a Biblioteca Municipal, uma vez que o espaço da rua 7 de Abril não comportava a demanda dos usuários, bem como a aquisição de mais obras para o acervo. Com relação ao conteúdo do acervo e seu uso, em 1933, o artigo do *Estado de S. Paulo* traz que:

O acervo da Biblioteca Publica Municipal é de mais de 70.000 peças catalogadas, por autores, por títulos ou por assuntos, a disposição dos consulentes, entre livros e revistas, encadernados e em brochura, e algumas centenas de mapas. A sua frequência, ou as requisições atendidas, na aproximada cifra de 12.000 peças por mês, tornan-na a segunda biblioteca do Brasil em movimento, verificado pelas estatísticas quinzenais, mensais e anuais. [...] (*O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 1933, p. 6).

A partir do trecho acima constata-se que a Biblioteca Municipal de São Paulo apresentava um expressivo número de obras disponíveis para consulta por seus usuários, momento que antecede a criação do Departamento de Cultura. Além disso, que havia uma frequência de uso da biblioteca e de seus materiais que justificava a preocupação da Prefeitura com o equipamento cultural. Tais índices de uso da biblioteca apresentados pelo jornal traz a indagação sobre qual era o público atendido pela Biblioteca Pública Municipal naquele momento. No artigo é citado que “não só estudantes, como os estudiosos de qualquer assumpto útil, em geral, poderão inscrever no livro competente, os pedidos de aquisição de obras [...] (*O Estado de S. Paulo*, 12

fev. 1933, p. 6). A partir desse trecho apresentado e de acordo com o levantamento realizado por May Brooking Negrão (1983, p. 44), sugere-se que a Biblioteca Municipal atendia, principalmente, crianças e jovens.

Em um artigo de jornal publicado no *Diário da Noite*, de 20 de janeiro de 1934, com o título de “Idealizando a futura biblioteca da cidade”, Eurico de Góes fez uma longa exposição sobre a Biblioteca Pública Municipal. Como destaque, o então diretor-geral da Biblioteca Municipal propunha a instalação da mesma em um novo prédio, além de descrever quais áreas e serviços deveriam compor a futura Biblioteca. Em síntese, Eurico de Góes projetou uma nova Biblioteca Pública Municipal com três pavimentos, sala de leitura de livros, sala para crianças, sala de livros raros, mapas e estampas, manuscritos e documentos históricos, além de salas de estudos.

A solicitação de um novo prédio para a Biblioteca Pública Municipal foi atendida pelo governador Armando de Salles Oliveira, na gestão do prefeito Fábio Prado, sob a responsabilidade do Departamento de Cultura, a cargo da Divisão de Bibliotecas. Havia um interesse por parte dos dirigentes do Departamento de Cultura em ampliar a Biblioteca Pública Municipal, criar um sistema de tratamento técnico das obras centralizado – que partiria da Biblioteca Municipal – e, por fim, adquirir acervos particulares e obras raras.

A primeira medida tomada pelos dirigentes do Departamento de Cultura foi a fusão dos serviços e acervos das Bibliotecas Públicas Municipal e Estadual. Havia uma proximidade geográfica entre as bibliotecas, ambas localizadas no centro da cidade de São Paulo, sendo que a Biblioteca do Estado localizava-se na praça João Mendes. Sobre esse momento de fusão das bibliotecas, Herman José Reipert apresenta que:

No período Fábio Prado foi a ideia retomada [criação de uma biblioteca moderna] em vista da absorção da Biblioteca Estadual pela Municipal quando, para os melhoramentos urbanos, tornou-se necessário demolir o prédio. (REIPERT, 1971, p. 41)

Na citação acima, vemos que o Departamento de Cultura atrelou a necessidade de um reordenamento do espaço urbano, proposto pela nova gestão política na cidade, à questão das melhorias a serem realizadas na Biblioteca Pública Municipal. Os acervos da Biblioteca Municipal e da Biblioteca do Estado foram fundidos por meio de Lei Estadual nº 2.839, de 5 de janeiro de 1937, que dispunha sobre as diferenças de atuação

das bibliotecas nas duas esferas de poder. Nessa lei, as bibliotecas de responsabilidade do Estado seriam aquelas ligadas às instituições de ensino, como, por exemplo, universidades, institutos especializados e escolas públicas estaduais. Já as bibliotecas municipais seriam aquelas não especializadas, as de repartições municipais, populares e infantis. Dessa forma, a biblioteca do Estado localizada no centro de São Paulo não tinha respaldo jurídico de existência com a promulgação dessa lei, pois seu acervo era destinado ao público geral, sem nenhuma vinculação com as instituições de ensino. Portanto, a Biblioteca do Estado foi integrada à Biblioteca Municipal.

Segundo Herman José Reipert (1972, p. 33), o acervo da Biblioteca do Estado foi adquirido na Europa, compreendendo mais de 40 mil volumes. O autor ainda apresenta que, em 1938, após a fusão dos acervos, a Biblioteca Pública Municipal contava com 62.277 obras (REIPERT, 1972, p. 34). Tal fusão dos acervos foi de agrado do Departamento de Cultura, uma vez que melhorou a qualidade das obras da Biblioteca Pública Municipal – questão criticada pelos gestores do Departamento –, além de eliminar o atrito que havia entre as duas instituições, como vimos no artigo do então diretor Eurico de Góes.

No entanto, até a criação de um novo projeto para o prédio da Biblioteca Pública Municipal, as atividades técnicas, bem como o acesso aos serviços da biblioteca, continuaram a ser realizados no pequeno casarão da rua 7 de Abril. Devido a problemas de saúde e sob a alegação de um processo de aposentadoria, Eurico de Góes foi retirado do cargo de diretor-geral da biblioteca, e a Biblioteca Pública Municipal passou a ser dirigida por Rubens Borba de Moraes, então diretor da Divisão de Bibliotecas.

As atividades realizadas na Biblioteca Pública Municipal sob a direção de Eurico de Góes não agradavam aos dirigentes do Departamento de Cultura. Vejamos esse problema por meio do depoimento de Rubens Borba de Moraes à May Brooking Negrão:

Segundo o nosso entrevistado, o processamento existente, em 1935, era baseado em “regras intuitivas”, sem obediência a normas de catalogação ou classificações bibliográficas existentes e já adotadas por várias bibliotecas brasileiras. Na sua opinião, além de bibliograficamente (o que ocasionou o plano de aquisição das coleções), a biblioteca era, tecnicamente, atrasada. (NEGRÃO, 1983, p. 72)

Constata-se que foi preciso modificar o pessoal da biblioteca, além de ser feito um melhor trabalho técnico nas obras do acervo. Da mesma forma, o prefeito Fábio Prado expôs as seguintes considerações sobre a Biblioteca Pública Municipal:

O bom funcionamento de uma biblioteca, quer dizer uma biblioteca viva, aquela cujo conteúdo está facilmente à mão do estudioso, sem dificuldade de busca ou procura, depende em grande parte de uma boa catalogação, cientificamente feita. Ora, a da Biblioteca Municipal nisso é deficientíssima. Sua catalogação, muito primitiva, restringe-se exclusivamente ao livro e ao autor. A catalogação por assunto é de uma imperfeição que chega à inutilidade. Estes catálogos estão sendo radicalmente refeitos. Tal trabalho ficará pronto brevemente e dentro de pouco tempo a Biblioteca Municipal estará habilitada a funcionar como um verdadeiro centro cultural e não mais como um mero depósito de livros. (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4)

Nessa entrevista do prefeito, verificamos que a Biblioteca Pública Municipal apresentava problemas com relação ao tratamento das obras. Vemos que havia um entendimento pelo Departamento de Cultura, neste explicitado pela Divisão de Bibliotecas, que deveria ser feito um melhor trabalho de organização dos materiais para acesso do público. Para fazer esse trabalho, foi fundamental a criação do curso de Biblioteconomia pelo Departamento de Cultura, pois possibilitou que quadros de funcionários adquirissem conhecimento das novas técnicas de trabalho para aplicação na Biblioteca Pública Municipal.

Por meio do Ato Institucional nº 861, criou-se a obrigatoriedade de que os funcionários que trabalhassem na Divisão de Bibliotecas tivessem formação em Biblioteconomia. Com isso, como vimos na experiência da Biblioteca Infantil, foram organizados os cursos no Instituto Caetano de Campos e no Colégio Nossa Senhora de Sion para a formação de bibliotecários, sob a responsabilidade da Prefeitura de São Paulo. A respeito desse curso, o prefeito Fábio Prado comentou que:

[...] começaremos modestamente com o ensino de algumas cadeiras do curso, para mais tarde desenvolvê-lo aos poucos, até possuímos, dentro de breves anos, uma verdadeira escola especializada. (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4)

A criação do curso de Biblioteconomia pela Prefeitura de São Paulo buscou implantar quadros administrativos com especialização técnica para o trabalho na

Biblioteca Municipal, além de atender a Divisão de Bibliotecas como um todo. No âmbito das políticas culturais, essa preocupação buscou promover uma melhor distribuição e uso da cultura (TEIXEIRA COELHO, 2004; MILLER; YÚDICE, 2004,), uma vez que o novo corpo funcional contratado (REIS, 2011) trabalhou com a melhora das formas de acesso às informações que estavam sob a responsabilidade da Divisão de Bibliotecas.

Esse momento de criação do curso de Biblioteconomia, que possibilitou a renovação do quadro de funcionários da Divisão de Bibliotecas, chamou tanta atenção na época que o então prefeito de Natal, em visita a São Paulo, apresentou o seguinte depoimento ao jornal *Correio de São Paulo*:

Para provar que o Departamento está livre da burocracia e seus entraves, atuando em nível superior, para suprir as deficiências que encontra em seu caminho, como no caso da falta de bibliotecários profissionais, basta lembrar que foi criado o Curso de Bibliotecários, em funcionamento com uma frequência de mais de cem alunos. (*Correio de São Paulo*, 20 set. 1936, [s.p.])

Tal preocupação estratégica (CERTEAU, 1995) do Departamento de Cultura em criar o curso de formação de bibliotecários e absorvê-los na Divisão de Bibliotecas demonstra uma consciência burocrático-administrativa (MILLER; YÚDICE, 2004) de seus gestores na área da cultura. Com isso, um melhor funcionamento das bibliotecas públicas seria possível com a instalação de novos profissionais dotados de conhecimentos para a realização dos trabalhos técnicos e o atendimento ao público. No entanto, a primeira turma de bibliotecários formou-se no início da década de 1940, como vimos nos registros de Lenyra Fraccaroli, momento em que o Departamento de Cultura não estava sendo gerido por Mário de Andrade. O que constatamos na documentação de Lenyra Fraccaroli, constante no acervo da Biblioteca InfantoJuvenil Monteiro Lobato, é que os alunos dessa turma de bibliotecários, formados pela Prefeitura de São Paulo, trabalhavam na Divisão de Bibliotecas ao mesmo tempo que realizavam a formação no curso.

Dessa forma, a criação do curso de formação de bibliotecários pela Prefeitura de São Paulo foi um passo importante para uma melhora na administração e no uso das bibliotecas públicas no Departamento de Cultura, em especial da Biblioteca Pública Municipal. As entrevistas dos políticos da época nos jornais demonstram uma total

inadequação das técnicas que eram utilizadas para organização e tratamento das informações pela antiga administração da Biblioteca Pública Municipal. Tal solução para um melhor uso da biblioteca se fez com a formação de novos quadros profissionais que, por sua vez, propuseram novas formas de trabalhar nesse equipamento cultural. Vejamos a seguir algumas atividades realizadas pela Biblioteca Pública Municipal na antiga administração e as mudanças que o Departamento de Cultura e a Divisão de Bibliotecas propuseram para uma nova atuação desse equipamento cultural na cidade de São Paulo.

2.2.2.1 As ações e os serviços da Biblioteca Pública Municipal do Departamento de Cultura

Quando Rubens Borba de Moraes assumiu a diretoria da Biblioteca Pública Municipal, ela já contava com serviços criados na gestão de Eurico de Góes. Como vimos, essa biblioteca contava com um número expressivo de obras em seu acervo, principalmente após a fusão com a Biblioteca do Estado, além da assinatura e disponibilização de revistas, jornais e mapas para o público. Como destaque das atividades e serviços da administração de Eurico de Góes, temos o Empréstimo Domiciliar. Segundo May Brooking Negrão (1983, p. 45), o serviço de empréstimo das obras começou em 1932 e atendia as pessoas que utilizavam os materiais da Biblioteca Pública Municipal. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 12 de fevereiro de 1933, essa biblioteca atendia uma média de 12 mil solicitações de materiais por mês. Não podemos inferir se esse número é real e comporta os empréstimos das obras, mas podemos inferir que era expressivo e, segundo o referido jornal, colocava a biblioteca em segundo lugar no país em “movimento, perdendo apenas para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” (*O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 1933, p. 6).

O serviço de empréstimo de livros foi continuado na nova gestão da Biblioteca Pública Municipal sob a responsabilidade de Rubens Borba de Moraes. No entanto, nas propostas de trabalho elaboradas pela política cultural do Departamento de Cultura, a primeira preocupação se deu na *aquisição de bibliotecas particulares* e, com isso, na preservação de livros raros que expressavam conteúdos relativos ao Brasil. Segundo relatos de Paulo Duarte (1977), os dirigentes do Departamento de Cultura ficaram

surpresos em encontrar mais obras sobre o Brasil em bibliotecas da Inglaterra, França e Alemanha do que em nosso país. Dessa preocupação criou-se na Divisão de Bibliotecas uma seção especial denominada “Brasiliana”. Segundo Patrícia Raffaini:

Para a construção do prédio da biblioteca central foi aberto um crédito especial, em maio de 1936, de 2.100:000\$000 réis para compra de um terreno com 100 metros de frente para a rua Xavier de Toledo. Juntamente com esse crédito 650:000\$000 réis foram colocados à disposição do Departamento de Cultura para a aquisição da biblioteca brasileira, conjunto de obras raras sobre o Brasil colonial, que havia pertencido a Félix Pacheco. Essa biblioteca visava sobretudo a formação de uma coleção brasileira para pesquisas específicas acerca da história do país. A compra dessa brasileira mostra a importância que esses intelectuais davam à preservação da documentação referente à história do país, mas também à necessidade existente de aquisição de material no qual basear suas próprias pesquisas. (RAFFAINI, 2001, p. 68)

Como vemos na citação acima, uma das preocupações dos diretores do Departamento de Cultura era criar um acervo de obras raras que contassem a história do Brasil. Tal preocupação marca o caráter da política cultural colocada em prática, pois demonstra a preocupação com a história e memória do Brasil, o que atinge a questão da identidade nacional. A coleção de Félix Pacheco, considerada compra prioritária pelos diretores do Departamento de Cultura, era considerada a segunda brasileira existente no país – a primeira estava no acervo da Biblioteca Nacional. Faziam parte da coleção de Félix Pacheco livros, mapas, periódicos e gravuras. De acordo com May Brooking Negrão (1983, p. 71), o intermediador dessa compra pelo Departamento de Cultura foi o historiador Afonso Taunay.

A aquisição da biblioteca Félix Pacheco, considerada uma excelente brasileira, marca o direcionamento que o Departamento de Cultura buscava alcançar com sua política cultural (MILLER; YÚDICE, 2004). A criação de uma biblioteca capaz de contar a história e marcar a identidade nacional era fundamental para os responsáveis pelo Departamento de Cultura, pois criava acervos públicos sobre os temas nacionais e, ao mesmo tempo, aumentava as fontes de informação para seus trabalhos como literatos e pesquisadores sobre o Brasil. Todo esse processo influía de forma direta na preocupação com a identidade nacional, uma vez que até então não se tinha notícias da preocupação do poder público em formar acervos com esse objetivo. Salvar a história nacional demonstra como o Departamento de Cultura semeou um projeto maior,

Observamos nesse documento a preocupação das estatísticas em indicar a procedência das revistas e dos jornais. Como materiais mais consultados, nas estatísticas dos periódicos da Biblioteca Pública Municipal nos anos de 1936 e 1937, temos publicações da França, da Itália e do Brasil. Vale lembrar que o francês era o idioma mundialmente falado no período, sendo ensinado nas escolas o que, possivelmente, demonstra o maior interesse por esse idioma. Da mesma forma, essas estatísticas explicitam que o mercado editorial tanto na França como a Itália já dispunha de uma maior estrutura que fez chegar essas obras ao Brasil. Em nosso escopo de estudo, essas informações estatísticas indicam que o interesse de consulta desses materiais, por vezes, deveria atender ao público de imigrantes. Tal constatação é importante de ser realizada, pois a partir dessas informações o Departamento de Cultura procurou comprar e disponibilizar materiais em português. Na exposição sobre a Biblioteca Popular, a seguir, veremos como Mário Andrade e Rubens Borba de Moraes apresentam discordâncias nos discursos com relação às obras a serem disponibilizadas nos acervos e a preocupação com as línguas estrangeiras. Ainda com relação ao documento sobre as estatísticas de uso dos periódicos, vemos não haver uma preocupação em identificar os assuntos tratados nessas revistas. Não encontramos documentação da época que detalhasse quais assuntos as respectivas revistas abordavam.

Outro serviço inovador do Departamento de Cultura, colocado em prática pela Divisão de Bibliotecas, realizado pela Biblioteca Pública Municipal foi a *Assistência ao Leitor*. Esse serviço tinha como proposta ajudar as pessoas com as suas pesquisas na biblioteca. Esse belo trabalho recebeu os comentários do prefeito Fábio Prado, vejamos:

A maioria dos leitores das bibliotecas não sabe o que precisa. Procura a biblioteca para descobrir o que ela tem sobre determinado assunto. Os que não sabem procurar, não encontram e não voltam mais. Por isso que se vão introduzindo ali métodos especiais de assistência ao leitor de modo que ele se sinta auxiliado em seus estudos e quiçá aconselhado. Essa assistência bibliográfica não será dada só aos que vão pessoalmente as salas de leitura, mas também por carta, por telefone etc. (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4)

Nessa passagem, observamos um serviço de referência realizado pela Biblioteca Pública Municipal cuja preocupação era o público. Além disso, que esse serviço se estendia para fora do ambiente físico da biblioteca pela utilização dos recursos de

comunicação que estavam à disposição na época. Imaginamos que o trabalho de Assistência ao Leitor não era uma tarefa simples de ser realizada, pois o público de uma Biblioteca Pública é diverso em suas requisições. Não temos documentos que demonstrem a prática desse serviço na Biblioteca Pública Municipal, mas acreditamos que a Assistência ao Leitor deveria ser um dos maiores desafios aos profissionais que trabalhavam nesse equipamento cultural.

Outro serviço que merece destaque na Biblioteca Pública Municipal, no período do Departamento de Cultura, é o *Serviço Bibliográfico Mensal*, que consistia em fornecer listas de livros sobre um determinado assunto ou especialidade às pessoas que o pediam. Os materiais eram listados de acordo com as obras pertencentes ao acervo da biblioteca, sendo separadas para futura consulta do solicitante. Interessante que esse serviço se aproxima ao que, na área da Biblioteconomia, chamamos de Disseminação Seletiva da Informação.

Por fim, o Ato Municipal nº 1.146, de 4 de julho de 1936, estabeleceu em seu artigo 200 que todas as obras adquiridas pela Biblioteca Pública Municipal fossem registradas em um livro denominado *Termo de Registro*. Abaixo, a imagem da primeira obra registrada nesse livro.

1

TERMO DE REGISTRO

Aos três dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e trinta e seis, ao Departamento Municipal de Cultura, Divisão de Bibliotecas, pelo sr. João de Siqueira, estabelecido à rua Rodolfo Miranda n.º 35, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi apresentada, em cumprimento do disposto no art. 200 do Ato Municipal n.º 1.146 de 4 de Julho de 1936, as seguintes obras:

Diário do Saranuncho W. B. de Siqueira, 1926.
por contadores da Escola de Contabilidade e Comércio
em memória de Antônio Alcântara Machado.
do 25 de Maio de 1902 - 14 de Abril de 1931.
Martins Fontes - 1902.

S. Paulo, 10 de Setembro 1936

O encarregado do registro
Raimundo Magalhães

TERMO DE REGISTRO

Figura 2.27 – *Termo de Registro* – Biblioteca Mário de Andrade, 1936. (Acervo Biblioteca Mário de Andrade).

Essa preocupação em registrar as obras em um livro oficial, a partir de norma jurídica regulatória (TEIXEIRA COELHO, 2004; MILLER; YÚDICE, 2004), demonstra a proposta da política cultural do Departamento de Cultura, preocupado em documentar os materiais que estavam em posse de suas instituições, a fim de que a área da cultura se institucionalizasse dentro do Estado. Dessa forma, esses materiais registrados no *Termo de Registro* eram bens do Estado à disposição da sociedade.

Em suma, os serviços e as atividades da Biblioteca Pública Municipal na gestão do Departamento de Cultura podem ser listados como: empréstimo domiciliar, aquisição de bibliotecas particulares, disponibilização de periódicos, assistência ao leitor, serviço bibliográfico mensal e tombamento das obras no livro *Termo de Registro*. Em meio a todas essas inovações o Departamento de Cultura propôs a construção de um novo prédio para abrigar a Biblioteca Pública Municipal.

2.2.2.2 O novo prédio para a Biblioteca Pública Municipal

O novo prédio da Biblioteca Pública Municipal foi inaugurado em 25 de janeiro de 1942, ou seja, fora da administração do prefeito Fábio Prado. No entanto, foi no momento entre 1935 e 1938 que se iniciaram as discussões e foi estabelecido o projeto para o novo prédio da Biblioteca Pública Municipal.

Foram inúmeros os problemas enfrentados pelo Departamento de Cultura para colocar em prática o projeto que foi apresentado para o novo prédio da Biblioteca Pública Municipal. O terreno para a construção do edifício foi desapropriado pelo Decreto Lei nº 3.609, de 3 de junho de 1937, por meio de compra do casarão de José de Cássio Macedo Soares, uma área de quase 10 mil metros quadrados na rua da Consolação.

May Brooking Negrão (1983, p. 78), indagou em entrevista a Rubens Borba de Moraes sobre um programa para o novo prédio da Biblioteca Pública Municipal, ou seja, uma descrição das necessidades com relação à dependência dos leitores, livros, administração e atividades culturais. Segundo a autora:

Fomos informados que não existia esse programa, mas que ele havia se inspirado na Biblioteca Nacional da Suíça, em Berna, construída em 1931. A eleição de um arquiteto-engenheiro, Jacques Pillon, de grande competência e com

quem se conseguiu um entrosamento perfeito, possibilitou a troca constante de ideias em relação ao projeto. Contou-nos, mais, que estando o projeto terminado, levou-o aos Estados Unidos e conversou com bibliotecários e arquitetos que “acharam o projeto excelente”, com uma única crítica: achavam que a chamada “torre”, ou área de estocagem de obras, prevista para 10 andares, deveria ser mais alta”. (NEGRÃO, 1983, p. 78)

As obras de construção do novo prédio iniciaram em 1938, realizadas pelo Departamento de Obras Públicas da cidade, sob responsabilidade da empresa Sociedade Construtora Brasileira Ltda. No projeto foram feitas modificações que estão no jogo político que se configurou em 1938. Achamos por bem não entrar no mérito desse novo projeto que se constituiu com a gestão do prefeito Prestes Maia, uma vez que há uma complexidade com relação a modificações na obra, além de não fazer mais parte de um projeto que fora pensado pelos dirigentes do Departamento de Cultura na gestão de Mário de Andrade.

Vejamos o relato de Rubens Borba de Moraes sobre a construção do novo prédio da Biblioteca Municipal:

Eu resolvi fazer um planejamento. E o meu planejamento foi: faça uma biblioteca central bem localizada no centro da cidade. E essa biblioteca central será uma biblioteca de consulta, para gente de um nível mais alto. Agora, naquele tempo São Paulo não tinha bibliotecário. Então eu planejei 10 bibliotecas de bairros. Que seriam de leitura e empréstimo que atenderiam seu bairro. Então eu pedi ao Departamento de Estatística, não me lembro como chamava aquilo propriamente. Mas era um departamento que planejava, dados e tal. Eles me indicavam os bairros onde se devia por as bibliotecas. Tivemos que tomar a localização da biblioteca em função disso e daquilo, tal qual... Eles fizeram isso e me deram. O plano meu era: para começar São Paulo uma biblioteca central e 10 bibliotecas de bairro com localização estratégica. Depois de realizado esse sistema, a medida que São Paulo fosse criando, se fosse preciso colocaria mais biblioteca. Agora, o seu Prestes Maia, que era uma das maiores cavalgaduras que conheci na minha vida. Que era um inimigo da cultura. Que só pensava em alargar avenida no seu Governo do Estado. Mas tinha uma vantagem, era um sujeito extremamente honesto, direito e tal. Ele então pegou o meu projeto e achou que saiu muito caro e não fez. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972)

No trecho acima constatamos um problema da política e suas readequações às diferentes gestões. Em 1938, o novo prefeito Prestes Maia alterou o orçamento destinado ao Departamento de Cultura. Com isso, a construção da nova Biblioteca

Pública Municipal foi afetada. Vemos na entrevista que Rubens Borba de Moraes apresenta uma crítica veemente ao prefeito Prestas Maia. No entanto, Rubens Borba de Moraes se manteve como chefe da Divisão de Bibliotecas até a instalação do novo prédio, mas o projeto original criado por Jacques Pillon foi alterado em consequência dos desdobramentos políticos do período. Vejamos uma imagem do projeto original do prédio da Biblioteca Pública Municipal:

Figura 2.28 – Biblioteca Pública Municipal – Folheto de Divulgação – 1936. (Acervo Biblioteca InfantoJuvenil Monteiro Lobato)

O projeto de Jacques Pillon idealizado em conjunto com Rubens Borba de Moraes dispunha de uma ampla biblioteca com quatro pavimentos e uma torre para guarda dos jornais e periódicos (NEGRÃO, 1983; REIPERT, 1972). Dentro dos pavimentos, o projeto apresenta: no térreo haveria uma sala de referencia e catálogos para consulta; no primeiro pavimento, auditório e sala de mapas e gravuras; no segundo pavimento, sala de reuniões, sala de estudo, cozinha e copa; no terceiro pavimento, sala de processos técnicos e terraço. A torre da Biblioteca Pública Municipal era composta por 22 andares, sendo que haveria neste prédio um apartamento para o diretor da biblioteca. Rubens Borba de Moraes relata que a ideia de criar o aposento para o diretor da biblioteca veio de projetos das grandes bibliotecas da Europa e dos Estados Unidos. Para tanto, que era fundamental que o diretor da instituição estivesse 24h a disposição para atendimento das demandas na biblioteca (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972).

Assim, o Departamento de Cultura soube aproveitar o momento para a aquisição de um novo prédio para a Biblioteca Pública Municipal, pois o espaço físico da biblioteca já não comportava as demandas da cidade na época. Vimos que devido as mudanças políticas o projeto original da Biblioteca Municipal foi alterado. No entanto, o casarão da rua 7 de Abril foi demolido, sendo escolhido o terreno na rua da Consolação, nº 16, para o novo prédio.

2.2.3 A Biblioteca Circulante

A Biblioteca Circulante nos moldes do Departamento de Cultura foi a primeira instalada no Brasil, constituindo-se em um serviço de responsabilidade da Biblioteca Pública Municipal que, de fato, circulava. Em uma ação inovadora para o seu tempo, carros foram adquiridos pela Divisão de Bibliotecas e circulavam pelas ruas da cidade de São Paulo com parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal. Mário de Andrade explicou a proposta da Biblioteca Circulante em um ofício de solicitação de compra dos automóveis que foi enviado para o prefeito Fábio Prado. Esse documento apresenta que:

Essas bibliotecas circulantes têm dois objetivos principais:

- 1 – destinam-se a levar o livro solicitado por empréstimo até a residência do leitor que o solicitou;
- 2 – destinam-se a proporcionar aos frequentadores dos parques uma leitura imediata, dando assim ao farniente uma orientação cultural. (ANDRADE, 1935 *apud* BARBATO JÚNIOR, 2004, p. 169)

A exposição de Mário de Andrade sobre os objetivos da Biblioteca Circulante são claros: levar o livro ao leitor e promover uma orientação cultural. A proposta de levar o livro ao leitor está dentro daquela perspectiva de popularizar a leitura e os livros na cidade de São Paulo, colocada como uma das principais finalidades da instalação da Divisão de Bibliotecas pelo Ato Municipal nº 861. Nessa linha de pensamento, Luís Milanesi considera que as bibliotecas do Departamento de Cultura “[...] tinham a função de popularizar o patrimônio cultural [...]” (MILANESI, 1993, p. 62). Com relação à orientação cultural, como já discutido neste capítulo, a política cultural do

Departamento de Cultura tinha uma preocupação específica com relação ao número de imigrantes instalados na cidade.

O acervo da Biblioteca Circulante era parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal. Não encontramos um documento que explicita quais materiais compunham os acervos disponibilizados ao público nos automóveis. No entanto, num esboço feito por Mário de Andrade sobre o Departamento de Cultura, o então diretor da biblioteca fez o seguinte comentário: “Nas Bibliotecas Circulantes nenhum livro em língua estrangeira, nem sexista” (SÃO PAULO, 2003, p. 34). Interessante notar tal posição de Mário de Andrade para a composição do acervo da Biblioteca Circulante. Tal proposta estava coesa com a política cultural do Departamento de Cultura, uma vez que a não exposição de obras estrangeiras visava a difusão do português, na linha da problemática das questões relacionadas à identidade nacional. O único documento sobre o acervo da Biblioteca Circulante a que tivemos acesso no arquivo da Biblioteca Mário de Andrade diz respeito aos assuntos das obras consultadas. Abaixo, imagem do documento com as estatísticas de uso dos materiais da Biblioteca Circulante no ano de 1936:

ESTATÍSTICA DA BIBLIOTECA CIRCULANTE RELATIVA AOS MESES DE: FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 1936

SUMPTOS	Fev- reiro	Mar- ço	A- bril	Ma- io	Jun- ho	Jul- ho	Agos- to	Setem- bro	Outu- bro	Novem- bro	Dez- embro	To- tal
Biogr. e He.	14	44	82	94	89	81	62	64	81	55	29	695
Arte e Esc.	-	7	3	5	-	-	6	6	4	7	10	48
Educação	1	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Educ. Moral	3	19	30	36	39	26	31	30	50	59	16	339
Educ. Sexual	18	44	59	70	67	60	75	67	87	91	59	697
Historia	38	106	118	163	208	133	94	91	114	69	33	1.167
Inst. Profiss.	6	21	22	32	40	35	30	40	29	27	22	304
Lit. Brasileira	61	175	384	425	430	356	371	291	362	458	271	3.584
Lit. Infantil	279	535	761	573	608	1.480	1.495	1.353	449	1.495	1.128	10.156
Lit. univ.	14	72	88	98	140	117	1.121	127	149	242	190	2.358
L. didacticos	9	88	139	105	127	76	621	128	94	54	60	1.501
Medicina	4	6	34	60	54	27	18	15	8	23	11	260
R. Policias	84	297	344	280	307	268	162	117	211	165	154	2.389
So. Fys. e nat.	12	9	44	-	-	-	-	-	-	-	-	65
Viagens	2	15	23	17	16	22	21	33	16	9	12	186
O. diversos	-	-	4	7	16	20	32	32	97	76	53	336
Jornais	25	92	230	270	385	418	354	292	386	407	314	3.173
Revistas	74	231	559	523	685	725	756	1.039	1.669	1.636	1.365	9.062
Tot. de cons.	428	1.401	2.346	2.332	2.596	2.861	2.694	2.372	1.697	3.567	2.832	25.126

Figura 2.29 – Estatísticas da Biblioteca Circulante de 1936. (Acervo Biblioteca Mário de Andrade)

No documento “Estatística da Biblioteca Circulante 1936” vemos que o assunto Literatura Infantil é o material mais consultado, seguido de Romances Policiais. Tal

constatação demonstra que era expressivo o uso da Biblioteca Circulante por crianças e jovens. Esse índice apresentava tal resultado devido à instalação dessas bibliotecas nos Parques Infantis. Ainda nesse documento de estatística, notamos que revistas e jornais também eram itens de grande consulta na Biblioteca Circulante. Provavelmente pelo pouco tempo de permanência dessas bibliotecas nos bairros, esses materiais eram os que atendiam à leitura rápida dos usuários.

Figura 2.30 – Praça da Estação da Luz – Folheto de Divulgação – 1936. (Acervo Biblioteca InfantoJuvenil Monteiro Lobato)

Havia certa desconfiança da sociedade com relação a esse serviço, uma vez que a biblioteca estava instalada em um automóvel. Segundo May Brooking Negrão, a partir de agosto de 1935 a imprensa começou a noticiar o serviço do “carro biblioteca” a ser implantado pela Biblioteca Municipal (NEGRÃO, 1983, p. 65).

Como modo de funcionamento dessa biblioteca, o Departamento de Cultura adaptou um carro da época e colocou caixas de livros que seriam levadas para empréstimos nos bairros. Em entrevista à May Brooking, Rubens Borba de Moraes informou que foi Paulo Duarte quem conseguiu a doação do carro da Companhia Ford para adaptar e acomodar uma biblioteca. Ainda, que essa biblioteca começou a funcionar em fevereiro de 1936, indo ao Jardim da Luz, aos Parques Siqueira Campos e D. Pedro II e à Praça da República (NEGRÃO, 1983, p. 65). Os materiais disponibilizados no veículo eram livros, jornais, revistas, além de cadeiras de lona para conforto do público.

A escolha dos bairros para atendimento pela Biblioteca Circulante era feita de acordo com o levantamento de dados realizado pela Divisão de Documentação Social, sendo os primeiros atendidos aqueles com a presença dos Parques Infantis. O prefeito Fábio Prado expôs ao jornal *O Estado de São Paulo* a sua impressão sobre a Biblioteca Circulante:

Era esquisitice para dinamarqueses ou escandinavos. Em todo caso, foram feitas as primeiras experiências. Pois ninguém sabe do sucesso da biblioteca circulante. Já passou uma semana estacionada no Jardim da Luz, outra semana na praça da República, e até domingo que vem, lá ficará ela no Parque Pedro II, ao dispor de todos os que ali andarem. (*O Estado de S. Paulo*, 5 mar. 1936, p. 4)

Os resultados de uso da Biblioteca Circulante eram apresentados nos jornais da época. Segundo a *Folha da Noite*, de 5 de junho de 1936, cerca de 70 pessoas foram atendidas diariamente durante uma quinzena naquele ano. O jornal *O Estado de S. Paulo*, em 2 de dezembro de 1937, publicou que 1.238 pessoas procuraram a Biblioteca Circulante, sendo realizadas 1.645 consultas às obras.

Em entrevista aos alunos da ECA/USP (1972), Rubens Borba de Moraes relata que havia um plano do Departamento de Cultura para adaptar mais carros com a Biblioteca Circulante. Que o objetivo principal do projeto era fazer com que a população dos bairros conhecesse e tivesse acesso às ações que estavam sendo realizadas pelo Departamento de Cultura. Além disso, que em alguns anos seriam instaladas as Bibliotecas Populares nos bairros atendidos pelo serviço.

Abaixo, imagem que demonstra o projeto proposto para o carro da Biblioteca Circulante:

explicativa de “levar a cultura às massas”, como exposto por Antonio Candido da introdução do livro de Paulo Duarte. Mas precisamos observar o lado orientador da política cultural do Departamento de Cultura, que no caso das Bibliotecas Circulantes era realizado pelo critério de seleção e disponibilização das obras nos acervos dos carros, além da preocupação com as obras em língua estrangeira. A preocupação com o conteúdo do acervo das Bibliotecas Circulantes pode ser aproximada às discussões de política cultural de Michel de Certeau, quando este apresenta que as políticas culturais trabalham com intervenções que podem “corrigir ou modificar o processo em curso” (CERTEAU, 1995, p. 193). O processo em curso que encontramos no momento foi a chegada de imigrantes à cidade de São Paulo. Dessa forma, era preciso interferir nessa esfera, além de orientar culturalmente os filhos desses imigrantes que frequentavam os parques infantis.

Outro equipamento cultural foi planejado pelo Departamento de Cultura, sob a responsabilidade da Divisão de Biblioteca, que tinha como objetivo atender aos bairros e os imigrantes: as bibliotecas populares.

2.2.4 A Biblioteca Popular

A conceituação do que viria a ser uma Biblioteca Popular não é simples de ser realizada. Além disso, precisamos procurar entender a concepção que Mário de Andrade e a Divisão de Bibliotecas propunham para esse equipamento cultural. May Brooking Negrão (1983) destaca que esse tipo de biblioteca planejado pelo Departamento de Cultura seguia um modelo de bibliotecas populares iniciado na Inglaterra, que tinha o operariado como principal público a ser atendido. A autora apresenta que:

Achamos oportuno mencionar que o conceito de bibliotecas populares, destinadas ao desenvolvimento cultural do operariado, originou-se na Inglaterra, no fim do século XIX, como consequência da Revolução Industrial, quando existia um sentimento filantrópico da burguesia em relação ao operariado, motivado pelas suas condições de vida e de trabalho. Embora não se possa considerar a situação completamente análoga à da Inglaterra, por exemplo, lembramos que a cidade de São Paulo já havia iniciado seu processo de industrialização [...]; e que o grupo idealizador do Departamento de Cultura simpatizava com ideias que levassem à melhoria das condições de vida da classe operária. (NEGRÃO, 1983, p. 57)

Por causa do aumento do número de trabalhadores nos centros urbanos por todo o mundo, os movimentos da sociedade civil, associados às indústrias e aos governantes locais, procuraram criar espaços para que as pessoas pudessem realizar atividades como, por exemplo, leituras, encontros, palestras e diferentes formas de convívio e lazer. Essas bibliotecas com um caráter popular, destinadas ao operariado e que surgiram no momento de industrialização do século XX foram denominadas Bibliotecas Proletárias. Tal denominação demarca um espaço-tempo específico com relação às disputas político-ideológicas das décadas de 1920 e 1930. O termo “proletário” traz a questão dos trabalhadores nos centros urbanos, bem como as disputas políticas que surgem a partir de Estados e suas formas de organização política, com a adoção do sistema capitalista ou socialista.

Em uma aproximação do conceito de Bibliotecas Proletárias para o contexto brasileiro, em especial no momento de atuação do Departamento de Cultura, constata-se que a própria população da cidade de São Paulo passou a sugerir a instalação de Bibliotecas Proletárias nos bairros. Tal requisição aparece em uma notícia do jornal *Folha da Noite*, em 2 de novembro de 1933, sob o título “Fundação de Bibliotecas Proletárias”. O referido artigo apresenta:

A “Bandeira Paulista de Alfabetização” enviou o seguinte ofício ao sr. prefeito municipal:

Exmo. sr. dr. Antonio Campo de Assumpção – Em nome da “Bandeira Paulista de Alfabetização”, tomo a liberdade de sugerir-lhe uma iniciativa educacional que, parece-me, pelo exemplo, poderia ter grande alcance no Brasil inteiro. Consistiria ela em uma cooperação entre a Municipalidade e as grandes empresas particulares ou cidadãos prestantes, que se dispusessem a isso. A Municipalidade provocaria os particulares que o quisessem, a doar, a Prefeitura os prédios e livros necessários á fundação de bibliotecas operárias, nos diferentes bairros da Lapa, Mooca, Penha e outros. A Municipalidade se obrigaria apenas a zelar pelo edifício e livros, nomeando um guarda para isso. Ficaria a cargo dos industriais e particulares oferecerem o prédio e livros necessários [...] (*Folha da Noite*, 2 nov. 1933, [s.p.])

Como apresentado no artigo, a proposta sugerida pela Bandeira Paulista da Alfabetização busca uma cooperação de interesses entre a Prefeitura, as empresas particulares e os cidadãos para a construção das bibliotecas nos bairros. Além disso, o

artigo apresenta as principais regiões onde deveriam ser instaladas as bibliotecas. Segundo May Brooking Negrão (1983, p. 47) esses locais concentravam as forças de trabalho da cidade na época.

Como resposta ao artigo da Bandeira Paulista da Alfabetização, o então diretor da Biblioteca Pública Municipal, dr. Eurico de Góes, comentou ao jornal *Folha da Manhã*, em um artigo denominado “Bibliotecas Proletárias ou Populares”, sobre a instalação dessas bibliotecas na cidade, vejamos:

Cheguei, mesmo, quando do início ou da inauguração da Biblioteca a meu cargo, a ter o título de “diretor-geral”, que visava, justamente, a superintendência e a fiscalização das sucursais nos bairros operários, que seriam, não somente os três indicados, porém os que circundam a metrópole paulista: Braz, Belenzinho, Mooca, Ipiranga, Vila Mariana, Pinheiros, Lapa, Bom Retiro, Sant’Ana, e, porventura, outros situados na zona urbana.

Levando a termo esse tentame de inegável beneficiamento cultural da população, a edilidade de S. Paulo nada mais faria que imitar o que se pratica em inúmeras capitais inglesas, alemãs etc. Seguiria, de longe, os exemplos de cerca de cem filiais da biblioteca central da municipalidade de Paris (não confundir com a Nacional, ou da França, na mesma cidade) e das quarenta e tantas sucursais da biblioteca da cidade de Nova York. Nos países mais adiantados, essa função civilizadora pertence, mais, a esfera comunal ou municipal do que mesmo a estatal ou federativa, havendo em cada país uma biblioteca nacional e, em geral, bibliotecas municipais, sejam elas das capitais de Estado, sejam de outras cidades. (*Folha da Manhã*, de 4 nov. de 1933, p. 16)

O trecho reforça a ideia de que essas bibliotecas proletárias estavam sendo instaladas nos centros industrializados pelo mundo e, conseqüentemente, São Paulo poderia ser um local de criação dessas instituições. Ainda nesse artigo, o dr. Eurico de Góes acrescenta regiões que poderiam receber tais bibliotecas, além de expor que a criação do cargo de “diretor-geral” da Biblioteca Pública Municipal visava a fiscalização de bibliotecas nos bairros. Finaliza o artigo com a proposta de que São Paulo deveria instalar uma biblioteca central que trabalhasse em uma rede com as bibliotecas nas diferentes localidades, aos moldes das bibliotecas de Paris e Nova Iorque.

Interessante observar que, em seu título, o artigo publicado coloca Biblioteca Proletária como sinônimo de Biblioteca Popular. Ao longo do artigo vemos que tal associação entre os tipos de biblioteca foi feita devido à argumentação exposta pelo dr.

Eurico de Góes na entrevista. Isso ocorre porque na visão do então diretor da Biblioteca Pública Municipal essas bibliotecas nos bairros deveriam ser de gerência e administração do Estado, e não de empresas, nem da sociedade civil. Vejamos:

Está claro que a missão de tanta relevância, qual a que se confunde com a orientação e a formação do espírito das massas, não pode ficar ao arbítrio ou critério de qualquer particular, de qualquer empresa, de qualquer improvisado amador de livros. Tem que ser subordinada a um padrão, a uma organização e a um funcionamento preconizados pela técnica aplicável ao caso, desde a escolha das obras de vulgarização e passatempo, até a catalogação, empréstimo, devolução e limpeza dos volumes. O poder público, pelos seus elementos capazes ou especializados, teria necessariamente que intervir ou dirigir, com unidade de vistas, a instituição e o mecanismo desses núcleos educativos. (*Folha da Manhã*, de 4 nov. de 1933, p. 16)

No entanto, também observamos que o não uso da expressão “biblioteca proletária” pelo diretor da Biblioteca Pública Municipal no artigo marca um posicionamento político com relação à instalação das bibliotecas nos bairros, enfatizando que essas bibliotecas deveriam ser geridas pelo poder público. Em outras palavras, a proposta de biblioteca, discutida no artigo, a ser instalada nos bairros já não se caracteriza como uma biblioteca proletária nos moldes daquelas instaladas nos países industrializados.

Tais publicações nos jornais foram realizadas em um momento anterior à posse do prefeito Fábio Prado na cidade de São Paulo. Com isso, vemos que tal requisição por bibliotecas nos bairros foi realizada antes da criação do Departamento de Cultura (1935). Essa constatação retira a exclusividade da instalação das bibliotecas nos bairros, nesse caso as populares, como sendo um projeto inovador da Divisão de Bibliotecas. No entanto, ressaltamos que foi a gestão do Departamento de Cultura que colocou a instalação desse tipo de biblioteca em sua política cultural, por meio do Ato Oficial nº 1.146.

Dessa forma, o Departamento de Cultura soube associar uma vontade política de instalação de bibliotecas nos bairros, bem como as solicitações vindas da sociedade civil para instalação desses equipamentos culturais. Cabe, portanto, questionar: *qual era o projeto de Biblioteca Popular proposto pelo Departamento de Cultura?* É inegável que essas bibliotecas deveriam atender aos bairros, principalmente aqueles onde a classe operária estava concentrada, como observado nos jornais publicados na época. No

entanto, não podemos incorrer no erro de enquadrar a Biblioteca Popular, pensada pelo Departamento de Cultura, nos moldes de uma Biblioteca Proletária. De fato, os usuários atendidos por essa biblioteca seriam aqueles trabalhadores, principalmente imigrantes, inseridos no contexto de industrialização da cidade e do país. No entanto, o modelo europeu de biblioteca proletária não seria instalado em São Paulo com uma simples alteração de nomenclatura para biblioteca popular.

A primeira grande diferença, como já exposta pelo dr. Eurico de Góes, diz respeito à forma de gestão do equipamento na cidade de São Paulo. As Bibliotecas Populares seriam criadas e geridas pela Prefeitura da cidade de São Paulo, e não por iniciativas particulares ou associativas dos bairros. Com isso, o Departamento de Cultura seria responsável por pensar o local de instalação, os ambientes da biblioteca, as normas e as atividades a serem realizadas com o público. Rubens Borba de Moraes relata em entrevista o plano realizado para a instalação das Bibliotecas Populares, vejamos:

Eu levei um plano, esse plano que fiz as 10 bibliotecas listadas. Tinha, por exemplo, naquele tempo Brás e Mooca eram os bairros mais populosos de São Paulo. Então precisa de uma biblioteca larga. Então percorrendo bairros que a prefeitura descobriu no diagnóstico. Um terreno enorme. Então resolvemos fazer lá uma grande biblioteca de bairro, com prédio e tudo, com outras atividades. Com biblioteca infantil, salão de cinema, um modelo mesmo de centro cultural por lá. E as bibliotecas de bairro hoje em dia ninguém sabe onde é, onde fica. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972)

O trecho da entrevista traz que o Departamento de Cultura realizou pesquisas – *diagnósticos* – por meio da Divisão de Documentação Histórica e Social, responsável por promover e realizar o levantamento das situações econômicas, sociais e comerciais da cidade de São Paulo. A escolha dos locais de instalação das Bibliotecas Populares foi feita por essa Divisão e, com isso, a Prefeitura de São Paulo conseguiu mensurar os locais a serem atendidos pelo equipamento cultural. Dessa forma, havia um plano do Departamento de Cultura para a instalação das Bibliotecas Populares na cidade de São Paulo.

Nesse plano a Biblioteca Circulante, que funcionava em carros, tinha um papel fundamental na divulgação do Departamento de Cultura e das futuras Bibliotecas Populares. A preocupação da Divisão de Bibliotecas era que, a partir da Biblioteca

Circulante, a população da cidade de São Paulo tivesse conhecimento das ações do Departamento de Cultura e, conseqüentemente, em alguns anos seriam instaladas as Bibliotecas Populares nos bairros. Tais informações foram obtidas na entrevista de Rubens Borba de Moraes aos alunos da ECA/USP (1972), sendo que as Bibliotecas Populares seriam realizadas após cinco anos da instalação do Departamento de Cultura. Rubens Borba de Moraes ainda acrescenta que cada jardim da cidade teria uma Biblioteca Popular (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972).

A segunda diferença importante é que a alteração do termo “proletário” por “popular” modifica de forma substancial a maneira de analisar o caráter de atuação dessa biblioteca na sociedade. Como vimos em entrevista do dr. Eurico de Góes (1933), o termo “biblioteca proletária” foi substituído por “biblioteca popular” e, nesse caso, a nomenclatura encontrou forte adesão com a política cultural do Departamento de Cultura. Não podemos ser ingênuos de pensar que a utilização do termo “popular” incide em uma simples popularização das bibliotecas e dos livros para um grande público da cidade de São Paulo. A utilização do termo “popular” traz uma significação própria, que propõe uma política de identidade nacional na cidade de São Paulo realizada por esse equipamento cultural. Projeto este de preocupação dos participantes do Movimento Modernista, de integrantes da Semana de Arte Moderna de 1922, dos Dirigentes do Departamento de Cultura e, por fim, do próprio Mário de Andrade. No texto *Ensaio sobre a música brasileira*, publicado em 1928, Mário de Andrade faz um discurso que advoga por uma música popular brasileira. Questão que pode ser aproximada ao discutirmos a criação de uma Biblioteca Popular. Vejamos alguns trechos dessa obra:

Uma arte nacional não se faz com escolha discricionária e diletante de elementos: uma arte nacional já está feita na inconsciência do povo. (ANDRADE, 1972, p. 15-16)

A música popular brasileira é a mais completa, mais totalmente nacional, mais forte criação da nossa raça até agora. (ANDRADE, 1972, p. 24)

A nossa ignorância nos regionaliza ao bairro em que vivemos. Nossa preguiça impede a formação de espíritos nacionalmente cultos. Nossa paciência faz a gente aceitar esses regionalismos e esses individualismos curtos. Nossa vaidade impede a normalização de processos, formas, orientações. E estamos embebedados pela cultura europeia, em vez de esclarecidos. (ANDRADE, 1972, p. 71)

A partir dos trechos acima, acreditamos que o diretor do Departamento de Cultura dificilmente instalaria em São Paulo bibliotecas nos moldes das bibliotecas europeias. As estruturas de trabalho poderiam ser copiadas de exemplos vindos de outros países, mas as formas de atuação das Bibliotecas Populares seriam particularizadas ao contexto cultural brasileiro e, conseqüentemente, da cidade de São Paulo. Como observamos nos trechos do *Ensaio sobre a música brasileira*, Mário de Andrade tinha consciência política de que no Brasil as ações culturais deveriam ser pensadas a partir das nossas especificidades, principalmente levando-se em conta as características do nosso povo e a formação das raças.

Da mesma forma, as passagens apresentadas mostram o caráter de busca por uma identidade nacional, questão que é encontrada de forma recorrente nas obras literárias publicadas por Mário de Andrade e nas ações colocadas em prática pelo Departamento de Cultura. Dessa maneira, acreditamos que há uma intencionalidade na utilização do termo “popular” colocado no projeto das bibliotecas dos bairros. Outro fator que comprova tal intencionalidade no projeto das Bibliotecas Populares com relação a uma identidade nacional está expresso em um ofício emitido pelo chefe do Departamento de Cultura à chefia da Divisão de Bibliotecas (Anexo III), nº 72.030, de 3 de outubro de 1935. Nesse documento, Mário de Andrade solicita a Rubens Borba de Moraes a proposta detalhada de uma coleção de 2 mil livros para ser colocada na Biblioteca Popular, bem como o desejo de que ainda em 1935 esse tipo de biblioteca estivesse instalado na cidade de São Paulo. O que chama atenção nesse documento diz respeito ao idioma das obras a serem selecionadas para o acervo dessas bibliotecas. Vejamos:

Será pois útil que se principie desde logo a fixar as obras a serem adquiridas para ela [Biblioteca Popular]. Lembra ainda esta Diretoria que será do nacionalismo mais são evitar, nos livros sobre ofícios, obras em língua espanhola. Devido à extrema semelhança entre o espanhol e o português ha uma tendência natural em nosso povo para espanholizar a sua linguagem. Essa tendência é muito notável nas regiões limítrofes do Brasil com a América espanhola. E esse perigo ainda é acrescentado noutras partes do Brasil, atualmente, pela influência dos filmes em língua espanhola bem como pela enchente de tangos argentinos, rancheiras, rumbas, que nos atolam no espanhol e exercem uma ação corrosiva, desvernaculizadora sobre a fala nacional. Em casos de ausência de livros em português sobre determinados assuntos de utilidade popular, será preferível buscar-se na

língua italiana, também geralmente conhecida da nossa gente, a bibliografia adequada. (SÃO PAULO, 1935c)

Conforme apresentado, Mário de Andrade pede para que não sejam adquiridas obras em língua espanhola e sobre o assunto *ofícios*, já que a influência desse idioma age de forma corrosiva sobre a fala nacional, preocupação que tange as questões de identidade pensadas pelo grupo modernista. Não é possível identificar a escolha de substitutos dessas obras pelo idioma italiano, mas acreditamos que essa sugestão foi proposta devido à quantidade de imigrantes italianos em São Paulo. Outro documento que expressa essa busca intencional por limitar o acesso às obras de língua estrangeira na Biblioteca Popular foi expresso no esboço de Mário de Andrade sobre esse equipamento cultural, vejamos:

Nas Bibliotecas Populares – pôr o mínimo possível de obras em línguas estrangeiras para obrigar os proletários, geralmente estrangeiros, a se familiarizarem com a língua nacional. (SÃO PAULO, 2003, p. 34)

Com isso, percebemos uma intencionalidade, a partir dos textos de Mário de Andrade, na instalação das Bibliotecas Populares com relação à formação de seu acervo, no que diz respeito à configuração de uma identidade nacional.

No entanto, a partir do trabalho de Patrícia Raffaini (2001) constatamos que Rubens Borba de Moraes não tinha o mesmo pensamento exclusivista da língua nacional nos acervos das Bibliotecas Populares, como exposto por Mário de Andrade. Segundo a autora, a partir de um relato de Rubens Borba de Moraes publicado na *Revista do Arquivo Público de São Paulo*, “cada Biblioteca Popular de bairro seria voltada à população característica daquele bairro” (RAFFAINI, 2001, p. 72).

As preocupações com a identidade nacional geravam grandes discussões na época da instalação do Departamento de Cultura e atingiram o planejamento das Bibliotecas Populares. Vejamos com mais detalhes o que foi planejado para elas.

2.2.4.1 O que seriam as Bibliotecas Populares do Departamento de Cultura

As descrições do plano para a instalação das Bibliotecas Populares na cidade de São Paulo são encontradas nas entrevistas de Rubens Borba de Moraes e Paulo Duarte. Este apresenta que:

O plano das bibliotecas populares achava-se já estudado, bem como decidida a localização de outra entre o Brás e a Mooca e outra na Lapa. Nestas bibliotecas, articuladas com a Discoteca, a Rádio Escola e os serviços de Documentação Social, se instalaria um serviço com o fim de orientar o povo em suas leituras, um serviço cultural destinado a promover cursos de vulgarização e conferências e a formar associações de caráter educativo. (DUARTE, 1977, p. 75)

Como vimos nesse trecho e nos artigos de jornais já apresentados, havia um consenso no Departamento de Cultura de que essas bibliotecas seriam instaladas em primeiro lugar nos bairros do Brás, Mooca e Lapa. Paulo Duarte traz nessa citação que os serviços das Bibliotecas Populares seriam interligados com outros equipamentos culturais da Prefeitura, demonstrando a preocupação do Departamento de Cultura em fazer a sua política ser aplicada como um todo na cidade.

No entanto, não temos uma visão clara do que viriam a ser as Bibliotecas Populares na cidade de São Paulo para o Departamento de Cultura, pois como as ações não foram colocadas em práticas, faltam documentos para verificar esse equipamento cultural em ação. Uma possível conceituação do que viriam a ser tais bibliotecas para o Departamento de Cultura pode ser encontrada no artigo “Biblioteca Popular”, de 1939, publicado pela Biblioteca Mário de Andrade em sua *Revista do Livro*, em 1957. Vejamos alguns trechos do texto de Mário de Andrade:

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas na nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundários, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada!, se acha tão desprovida de outras forças de unificação. (ANDRADE, 1957, p. 7)

Nesse trecho, Mário de Andrade apresenta que as Bibliotecas Populares disseminariam “o hábito de ler” na população. Que a partir disso seria formada uma população urbana mais informada e capaz de discutir as questões da vida nacional. Outra problemática que aparece nesse trecho diz respeito à questão racial. Para Mário de Andrade tais bibliotecas seriam um caminho para a “estabilização” das questões raciais. Constatamos nessa passagem que os temas de raça e identidade, levantados por diferentes autores, como Gilberto Freire, incidem sobre a forma de pensar a Biblioteca Popular de Mário de Andrade.

Mário de Andrade continua a exposição sobre as Bibliotecas Populares, observando:

O problema das bibliotecas populares não se resolve porém com qualquer simplória disseminação de amontoados de livros pelos bairros das capitais. É certo que uma biblioteca de espírito realmente moderno não se reduz jamais a um exclusivo amontoados de livros, um “túmulo de livros” como alguém já disse. São organismos efetivamente agentes, são verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extraescolar. (ANDRADE, 1957, p. 7)

Mário de Andrade inicia a apresentação do que seriam as Bibliotecas Populares com a indicação de que elas não poderiam ser um “amontoados de livros pelos bairros”. Traça um perfil para essas bibliotecas como “organismos efetivamente agentes” e “verdadeiras escolas”. Com essas colocações vemos que as Bibliotecas Populares seriam instituições que atuariam na questão educacional da população da cidade de São Paulo, a partir de uma orientação cultural realizada por meio do seu acervo e das propostas a serem realizadas nesse equipamento cultural. Continuemos com a exposição de Mário de Andrade:

Nesse sentido da criação do hábito popular de leitura, creio que os estudos mais sérios feitos entre nós, até agora, foram os do Departamento de Cultura, de São Paulo. Levaram-o a idear um tipo de biblioteca popular, incontestavelmente de uma certa complexidade, mas de espírito eminentemente realista. Me refiro às suas Casas de Cultura, organizadas durante a gestão do grande prefeito Fábio Prado, e que o atual prefeito paulistano, o urbanista Prestes Maia, anunciou que levaria avante. (ANDRADE, 1957, p. 7)

Nessa passagem, temos uma das questões mais importantes sobre as Bibliotecas Populares e o Departamento de Cultura. Mário de Andrade expõe que essas bibliotecas foram pensadas para funcionar em Casas de Cultura. Ou seja, as Bibliotecas Populares seriam instaladas em uma instituição, como, por exemplo, um centro cultural. Segundo Suelena Pinto Bandeira (2007, p. 38), a primeira biblioteca pública seria instalada no bairro do Brás, a segunda no bairro da Lapa e, por fim, seria criado um complexo cultural com uma Biblioteca Popular e uma Biblioteca Infantil no bairro da Mooca. Podemos inferir ser este o projeto que Mário de Andrade descreve no artigo “Biblioteca Popular”, bem como o que Paulo Duarte (1977) e Rubens Borba de Moraes (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972) comentam como “um modelo mesmo de centro cultural”, com a instalação de biblioteca infantil, cinema e outras atividades. Interessante observar que a ideia de criação das Bibliotecas Populares nos grandes bairros foi ganhando proporção no Departamento de Cultura, sendo transformada em Casa de Cultura por Mário de Andrade. Ele continua a descrição da Casa de Cultura e apresenta mais traços do funcionamento dessa instituição:

Na Casa de Cultura, do tipo paulista, há sempre, junto à biblioteca popular para adultos, uma biblioteca infantil para crianças operárias. Havia que solucionar também o problema de um salão para palestras e cinema educativo. Cria que aí é que se tornou mais interessante a solução dada pelo Departamento de Cultura, e a sua iniciativa é mais original. Criou um andar superior, fez de uma das alas do edifício, um salão com palco, verdadeira boate para perto de seiscentos ouvintes, e possibilidade de representações teatrais, para teatro popular e concertos. E na outra ala reuniu ao conjunto que nomeou “Casa de Cultura”, um clube popular, clube de caráter social que terá como função principal, dirigido como é pelos próprios operários, dirigir o organismo todo, naquilo em que essa direção for uma consulta às exigências do povo; facilitar o contato com a direção cultural, administrar a parte meramente calendária das manifestações públicas, cinema, cursos de educação popular, teatros, bailes, concertos, conferências. (ANDRADE, 1957, p. 7)

Vemos que as Casas de Cultura propostas pelo Departamento de Cultura seriam um complexo com diferentes espaços de atuação. As bibliotecas estavam incluídas nesse complexo cultural com a Biblioteca Popular e a Infantil. Ainda no artigo, Mário de Andrade afirma que as bibliotecas instaladas nas Casas de Cultura iriam resolver o problema das rudimentares bibliotecas instaladas nos parques da cidade, assim como a

questão de funcionamento aos domingos e feriados da Biblioteca Pública Municipal – que permanecia fechada nesses dias.

Abaixo, algumas imagens de esboços de Mário de Andrade que apresentam a Casa de Cultura, com destaque para as questões da Biblioteca Popular.

Figura 2.32 – Esboço de Mário de Andrade para a Casa de Cultura – 1º pavimento (São Paulo, 2003)

Figura 2.33 – Esboço de Mário de Andrade para a Casa de Cultura (São Paulo, 2003)

Figura 2.34 – Esboço de Mário de Andrade para a Casa de Cultura – 1º pavimento (São Paulo, 2003)

Figura 2.35 – Esboço de Mário de Andrade para a Casa de Cultura – 2º pavimento (São Paulo, 2003)

Cabe ainda a indagação dos motivos que levaram à não realização das Bibliotecas Populares pelo Departamento de Cultura.

2.2.4.2 A Biblioteca Popular não saiu do papel

Apesar da urgência na instalação das Bibliotecas Populares pedida por Mário de Andrade a Rubens Borba de Moraes, expressa no Ofício nº 72.030 (SÃO PAULO, 1935c), tais bibliotecas não foram colocadas em prática pelo Departamento de Cultura, nem por gestões posteriores. A primeira resposta para a não instalação das Bibliotecas Populares pelo Departamento de Cultura diz respeito ao fator tempo. May Brooking Negrão (1983) e Suelena Pinto Bandeira (2007) apresentam essa perspectiva de análise que coloca como empecilho o curto prazo para execução da proposta entre o período de 1935 a 1938. Além disso, esse projeto perdeu força política de realização com as questões ligadas ao Estado Novo (1937), as alterações políticas na cidade e no estado de São Paulo e a demissão de Mário de Andrade da diretoria do Departamento de Cultura. Acreditamos que o fator tempo e os desdobramentos políticos afetaram os planos de instalação das Bibliotecas Populares na cidade de São Paulo. Utilizando como exemplo a reforma da Biblioteca Pública Municipal, que se inicia em 1935 e só termina em 1942, constatamos que seria inviável naquele curto espaço de tempo a criação de um equipamento cultural tão complexo como aqui apresentado.

Outro ponto de vista com relação à não instalação das Bibliotecas Populares é apresentado por Patrícia Raffaini (2001) e diz respeito às prioridades da gestão do Departamento de Cultura. A autora apresenta que:

De todo o projeto de Bibliotecas, o que realmente começou a ser executado, ainda no governo de Fábio Prado, foi a construção da Biblioteca Central, localizada na R. Xavier de Toledo; a Biblioteca Infantil, na Vila Buarque; e a Biblioteca Circulante. É revelador o fato de que as Bibliotecas Populares permaneceram somente no esboço, de certa forma isto evidencia quais eram as prioridades dadas pelos intelectuais do Departamento de Cultura no momento de concretizar o projeto. (RAFFAINI, 2001, p. 73)

Nesse trecho, observamos que o Departamento de Cultura não implantou as Bibliotecas Populares pelas prioridades da gestão. A autora discute no seu livro que

havia outros projetos em execução, como, por exemplo, os Parques Infantis, a preservação de monumentos da cidade, a construção da Biblioteca Pública Municipal e do Estádio de Futebol Municipal, que foram tomados como prioridades na gestão. Nos exemplos apresentados vemos uma preocupação do Departamento de Cultura em realizar projetos de grande escala na cidade, com o objetivo de atingir um número maior de pessoas. Dessa forma, naquele momento não era interessante instalar as Bibliotecas Populares, mas sim priorizar outros projetos que já contavam com apoio dos grupos políticos e das elites da cidade de São Paulo.

Outro ponto de vista que podemos abordar sobre essa questão é que nem mesmo o Departamento de Cultura tinha clareza sobre o que seriam as Bibliotecas Populares. Encontramos na documentação sobre esse equipamento cultural divergências nos discursos de Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes. Este apresenta que:

[...] certos bairros onde havia italiano, haveria muito livro italiano. Bairro onde havia muito espanhol, muito espanhol, bairro onde havia turco, havia livro turco também. Era um meio de atrair esta população e integrá-la na cidade. (RAFFAINI, 2001, p. 72)

Com essa citação observamos descordos com relação às obras a serem colocadas nos acervos da Biblioteca Popular. Enquanto Mário de Andrade pede para pôr “o mínimo possível de obras em línguas estrangeiras”, Rubens Borba contradiz tal interesse com as passagens “muito livro italiano, [...] muito espanhol”. Dessa forma, vemos não estar claro para os dirigentes do Departamento de Cultura quais conteúdos seriam disponibilizados ao público pelas Bibliotecas Populares. Tal questão sobre o conteúdo dos acervos das Bibliotecas Populares faz parte de questões ideológicas referentes à política cultural colocada em prática pelo Departamento de Cultura. Portanto, essa questão também pode ter sido um impedimento para a instalação rápida dessas bibliotecas, pois o conteúdo dos acervos demonstra a forma de atuação desses equipamentos culturais com o público. Uma atuação explícita de combate ao estrangeiro por meio das obras nos acervos das Bibliotecas Populares, bem como a promoção de uma identidade nacional poderiam ser agravantes para a política cultural já em curso.

Relacionado à problemática de prioridades nas execuções do Departamento de Cultura, uma outra perspectiva para a não instalação das Bibliotecas Populares pode

estar relacionada à gestão administrativa da política cultural. Essa perspectiva envolve as questões de orçamento, os quadros políticos da época e a nova gestão realizada pelo prefeito Prestes Maia. Vemos que os esboços de criação da Casa de Cultura, documentos que apresentam com maior detalhe as Bibliotecas Populares, são datados do ano de 1935. Dessa forma, a Casa de Cultura surge em um momento posterior à política cultural executada pelo Departamento de Cultura. Com isso, os dirigentes do Departamento priorizaram as ações já aprovadas no projeto pelo prefeito Fábio Prado e que tiveram aceitação orçamentária e jurídica para serem realizadas.

Tal perspectiva pode ser tomada como uma resposta possível para a não instalação das Bibliotecas Populares, uma vez que o Departamento de Cultura apresenta critérios e escolhas coerentes com sua política cultural. Essa política realizada pelo Estado caminha em conjunto com a questão de orçamento para realização das obras. Não podemos deixar de frisar o imenso trabalho desse Departamento em criar uma nova proposta para a organização da cultura na cidade, como apresentado no organograma da Prefeitura na gestão Fábio Prado (ver página 71).

Isso demonstra que tal política cultural trabalhou com a perspectiva de entender as antigas instituições, a fim de melhorar os serviços já prestados, bem como propor novos modelos de equipamentos culturais na cidade. Essa perspectiva de trabalho inovadora e, ao mesmo tempo, ressuscitadora dos velhos equipamentos culturais não é simples de ser realizada e, consequentemente, vemos a necessidade de grandes gastos públicos, bem como um jogo político para a aceitação desses projetos. Tal perspectiva faz parte das estratégias em uma política cultural, como apresentado por Certeau (1995), em que certas prioridades são realizadas por questões políticas e administrativas, não somente por questões relacionadas aos fatores ideológicos.

Tal questão da máquina administrativa ganhou peso a partir do momento em que outra gestão política passou ao poder na Prefeitura de São Paulo. Isso ocorreu a partir da saída do prefeito Fábio Prado da administração municipal, ocasião em que foram substituídos alguns chefes dos Departamentos na Prefeitura, inclusive Mário de Andrade. Rubens Borba de Moraes relata em entrevista que o novo prefeito da cidade de São Paulo, Prestes Maia, achou caro o orçamento da Divisão de Bibliotecas, principalmente devido à construção da Biblioteca Pública Municipal, em execução (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972). Com isso, a instalação das Bibliotecas Populares foi cancelada pelo Departamento de Cultura na gestão do prefeito Prestes

Maia. Rubens Borba de Moraes acrescenta que por causa das eleições municipais, em 1938, vereadores colocaram como projetos pessoais de campanha a instalação de algumas bibliotecas em bairros. Dessa forma, sem um planejamento do Estado na instalação e como objeto de barganha política, as Bibliotecas Públicas Municipais nos bairros foram sendo instaladas na cidade de São Paulo.

Rubens Borba de Moraes aborda, em entrevista, as Bibliotecas Populares e como ocorreu o interesse de vereadores em instalar bibliotecas nos bairros, vejamos:

Para acabar o prédio da biblioteca [Municipal] eu quase... foi a tapa que acabei. Ele não queria. Ele mandou suspender as obras do prédio. Ele achava que a biblioteca era uma coisa suntuosa. Se preocupava em fazer aqueles prédios para os moradores. Resultado. Não se organizou, não se fez nada, nada nos bairros. Outros prefeitos vieram depois dele. E aí então veio o que? a politicamente. Politicagem do país subdesenvolvido. Um Vereador para arranjar voto queria uma biblioteca no seu bairro. Então, ele fazia passar uma lei e fazia a sua biblioteca. Então, alugava essa casa de seu fulano e vai transformar numa biblioteca. Então, ficou completamente desvirtuado. As bibliotecas estão mal localizadas. Elas não têm atuação nenhuma no seu bairro. Ficou por isso. Agora para refazer isso, agora vai ser uma tragédia. O planejamento foi muito bem-feito, muito cuidadoso. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1972)

Com isso, por causa de questões da administração pública da máquina do Estado na época, a falta de clareza do que seriam essas bibliotecas, bem como ao pouco tempo em que a gestão de Mário de Andrade esteve à frente do Departamento de Cultura, as Bibliotecas Populares não foram instaladas na cidade de São Paulo. Além disso, vemos que nas eleições de 1938 os vereadores souberam se utilizar da não instalação das bibliotecas nos bairros e colocaram esses equipamentos culturais como propostas individuais a serem executadas na cidade. Como bem colocado por Rubens Borba de Moraes, o projeto de instalação das Bibliotecas Populares nos moldes do Departamento de Cultura havia sido desvirtuado pela nova gestão política e administrativa da cidade. O prefeito Prestes Maia colocou a sua política em prol da construção de grandes avenidas e hospitais, sendo que a cultura perdeu o espaço de destaque que tinha na gestão do prefeito Fábio Prado.

Assim, acreditamos que esses fatores apresentados levaram à não instalação das Bibliotecas Populares na cidade de São Paulo. Temos como destaque as questões políticas, prioridades de gestão e orçamento do Departamento de Cultura tendo

influenciado a não instalação desses equipamentos culturais na cidade. No entanto, não podemos perder de vista a percepção de que as Bibliotecas Populares propunham um ousado papel na formação da identidade nacional. Além disso, que essas bibliotecas foram objeto de discussão entre os dirigentes do Departamento de Cultura com relação à forma de interagir e atuar com os públicos.

CAPÍTULO 3 – A DIVISÃO DE BIBLIOTECAS À LUZ DAS POLÍTICAS CULTURAIS

As reflexões sobre o Departamento de Cultura e a Divisão de Bibliotecas explicitaram uma série de contribuições que demonstram como pode ser estabelecido um bom relacionamento entre as bibliotecas públicas e os cenários político e cultural da comunidade na qual atua. Em específico, vimos o período entre 1935 e 1938, no qual Mário de Andrade era o diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo. Acreditamos que algumas questões que apareceram nesse momento histórico são enriquecedoras para a atuação em outros espaço-tempo com vistas ao fortalecimento das bibliotecas públicas em sociedade. Dessa forma, vale trazer para discussão algumas questões que melhor apresentam a relação entre as bibliotecas públicas e as políticas culturais.

3.1 A experiência do Departamento de Cultura para a atuação das bibliotecas públicas

3.1.1 A formulação das políticas culturais

A formulação de uma política cultural não nasce espontaneamente a partir do momento em que membros da sociedade civil são empossados em seus cargos públicos. No caso do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, vimos que pessoas que pertenciam a um mesmo grupo de relacionamentos, ligados a questões políticas e artísticas da época, estava formado quando da nomeação de Armando de Salles Oliveira como interventor do Estado, bem como com a nomeação do prefeito Fábio Prado. Grupo este que, desde a década de 1920, já tinha visibilidade na sociedade paulistana e, posteriormente, se fez presente no cenário político nacional. Dessa forma, havia um desejo constituído daquele grupo de pessoas em formular propostas e colocá-las em prática na máquina administrativa do Estado para a sociedade paulista. Com isso, vemos a importância de que grupos associativos busquem criar formas de relacionamento em suas comunidades e redes de sociabilidade, para que possam atuar ativamente na formulação das políticas. Sem esse prévio convergir de interesses, dificilmente grupos poderão atuar ativamente nas políticas, uma vez que serão

substituídos por outros grupos mais bem organizados que apresentem propostas efetivas de atuação.

No caso das bibliotecas públicas, vimos que foi fundamental a participação de Rubens Borba de Moraes no grupo de intelectuais da geração de 1922, que culminou na gestão do Departamento de Cultura. No momento da formulação da política cultural por Fábio Prado, havia um desejo constituído de se ampliar e criar uma rede de bibliotecas públicas na cidade. Para tanto, o conhecimento para a formação e a aplicação de tais propostas para as bibliotecas no projeto político do Departamento de Cultura contou com as contribuições de Rubens Borba de Moraes. A sua vivência como profissional bibliotecário e as suas observações de outros sistemas de bibliotecas pelo mundo, como, por exemplo, na França e em Nova Iorque, contribuíram para que uma nova proposta fosse colocada em prática na cidade de São Paulo. Não podemos esquecer que Lenyra Fraccaroli, mesmo em sua atuação na Biblioteca Infantil e não na Divisão de Bibliotecas como um todo, também soube dar visibilidade às atividades que realizava com crianças e jovens na biblioteca escolar e, posteriormente, participou de modo ativo no cenário político que fez com que a rede de bibliotecas infantis se espalhasse por outros municípios do estado.

Dessa forma, vemos a necessidade de que pessoas e grupos com interesses na área das bibliotecas públicas formulem propostas e atuem de forma ativa no relacionamento com as políticas. Os problemas observados nas bibliotecas públicas que fiquem circunscritos ao contexto interno, sem representatividade nas esferas de poder, dificilmente trarão melhorias para o setor em questão. Vale, portanto, que a sociedade civil se organize em grupos, associações, agremiações etc., para formular propostas de melhorias nas bibliotecas públicas e, principalmente, atue na linha de frente junto à formulação de políticas culturais para o setor.

Esse espírito participativo da sociedade civil na vida política na área da cultura, em especial na área das bibliotecas públicas, implica a formulação concreta de projetos e políticas culturais. Dessa forma, torna-se fundamental que sejam realizados desenhos de política que apresentem como aquele determinado setor se relaciona com a cultura, bem como a política da gestão atual no poder como um todo. No caso analisado do Departamento de Cultura, vemos que a gestão do prefeito Fábio Prado realizou diversas mudanças organizacionais nos modos de funcionamento da cidade de São Paulo. Instituições foram criadas, setores foram reunidos em Divisões e as relações de

hierarquia e subordinação entre determinadas áreas foram alteradas para que os objetivos políticos daquela gestão fossem alcançados. Esse desenho de política fica claro no novo organograma da cidade de São Paulo, que foi publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, na gestão do prefeito Fábio Prado. No documento, observamos que o Departamento de Cultura está representado como uma área de atuação da gestão no poder, além do que, no nosso caso, a Divisão de Bibliotecas com as suas Seções. Tal perspectiva de análise parece pueril, mas a partir desse desenho da política, que demonstra as posições entre os setores e as áreas de administração da gestão pública, vemos como será sua atuação e, além disso, podemos medir de que forma poderá pleitear seus direitos naquele contexto político.

No campo da política, a formulação da Divisão das Bibliotecas foi uma grande inovação para a época, no país e no mundo. A gestão do prefeito Fábio Prado inseriu no seu desenho de política a cultura como uma das preocupações a ser gerida em sua administração. Por sua vez, o Departamento de Cultura fez o mesmo, explicitando quais seriam suas divisões e seções. Esse processo de discriminar no desenho das políticas a área da cultura, em especial as bibliotecas, com a Divisão de Bibliotecas, demonstra a importância alcançada pela área na sociedade. Dessa forma, vemos como é importante os profissionais que trabalham com a informação participarem do momento de formulação dos projetos e desenhos de política, pois é nesse momento que são traçados os principais objetivos e metas de uma gestão. Além disso, a participação dos profissionais da área na formulação dos projetos políticos possibilita que os interesses das bibliotecas públicas também ganhem permeabilidade na proposta que será formulada.

Outra preocupação importante que vimos na atuação do Departamento de Cultura foi a de estipular orçamentos para as divisões e seções, de acordo com as propostas traçadas em sua política cultural. Tal preocupação é fundamental para a área da cultura, pois, em si, esse setor do Estado é aquele que sobrevive quase exclusivamente com base nos recursos destinados pelo governo. Com esses recursos destinados e delimitados é possível fazer prospecções de ações e atividades, além de requerer a contratação de pessoal e a ampliação dos rendimentos dos agentes já atuantes na cena cultural. A delimitação clara dos orçamentos, de modo que boa parcela de recursos do Estado sejam destinados à cultura, possibilita que os dirigentes das divisões e seções possam pensar com mais cuidado nas atividades realizadas em suas

instituições, sem a preocupação de a todo momento recorrer a hierarquias superiores para a captação de recursos financeiros ou a fontes privadas, na incerteza de que, muitas vezes, sua necessidade não seja atendida.

Sobre essa questão dos orçamentos, vale destacar a habilidade do prefeito Fábio Prado em utilizar as leis da época para conseguir maiores recursos para o Departamento de Cultura. A associação desse Departamento com recursos oriundos da educação possibilitou que 10% dos impostos arrecadados de todo o município fossem destinados à cultura. Não entramos no mérito se essa atitude de vincular a cultura e a educação foi uma boa estratégia política do prefeito Fábio Prado, mas queremos destacar quão astuto foi para que a cultura tivesse um orçamento maior em sua gestão. Dessa forma, aos profissionais que trabalham nas bibliotecas públicas, bem como aos gestores culturais, torna-se fundamental estar atento às leis, normas e atos jurídicos a fim de captar recursos para as suas atividades. Além disso, tal prática é de grande importância para que, no nosso caso, as bibliotecas públicas ganhem legitimidade no Estado. Que a partir desses recursos adquiridos, bem como com a afirmação por meios legais da existência e da necessidade das bibliotecas públicas na sociedade, elas possam prestar serviços de qualidade como qualquer outro serviço público, como, por exemplo, a saúde, o transporte e a educação.

Outra questão importante que a análise do Departamento de Cultura e a Divisão de Bibliotecas nos faz ressaltar é a necessidade de que as bibliotecas públicas, ou qualquer outra área de atuação do governo, dê visibilidade às suas informações e atividades nos meios de comunicação. A partir dos meios de comunicação, como, por exemplo, jornais, rádio e TV, os diferentes públicos tomarão conhecimento da existência e das atividades que estão sendo colocadas em prática pela cultura.

No caso da Divisão de Bibliotecas, vemos que nos jornais da época era recorrente a publicação das diferentes ações realizadas na Biblioteca Infantil, as estatísticas de uso da Biblioteca Central e os locais onde a Biblioteca Circulante iria atuar. Tais publicações faziam um serviço de prestação de contas à sociedade, ao mesmo tempo que procuravam ganhar visibilidade e atingir diferentes públicos na cidade de São Paulo. É sabido que conseguir um espaço de divulgação da área da cultura nos meios de comunicação não é uma tarefa simples, pois os interesses comerciais é que ditam as grades de programação nos diferentes segmentos. Para tanto, com a formulação do orçamento para a área da cultura é preciso destinar parte dos

recursos para investir nesse segmento de comunicação com a população. A criação de atividades em uma biblioteca pública, por exemplo, não tem sentido se não houver público para participar daquilo que foi elaborado por seus gestores, e isso se dá pelo contato com a comunidade por meio da utilização dos meios de comunicação.

Por último, vemos que as instituições criadas pelo Departamento de Cultura, em especial as bibliotecas públicas, atuavam diretamente na execução das políticas culturais e na propagação de suas ideias. Essas instituições que estão na linha de frente, no contato com as pessoas, são aquelas que passarão o conteúdo ideológico formulado pela política cultural. Este deve ser um dos destaques do Departamento de Cultura que gera mais controvérsia na literatura científica, pelo fato de que estavam em jogo as preocupações com relação à identidade nacional e paulista da época, que buscaram pela educação e pelo atendimento das massas a aplicação das políticas culturais. Para tanto, não vemos que o caminho seja criticar tal posicionamento ideológico da política cultural, mas entender que tais formulações pelos gestores públicos atendiam aos objetivos estratégicos que, por vezes, foram engendrados para alterações das realidades sociais ou processos históricos em si.

As ações e atividades propostas pelas bibliotecas públicas do Departamento de Cultura também apresentam contribuições que podemos utilizar para melhor pensar as atividades realizadas nas bibliotecas públicas.

3.1.2 Atuação nas ações e formulação das atividades nas bibliotecas públicas

As atividades realizadas pela Biblioteca Infantil apresentam boas contribuições para as bibliotecas públicas que trabalham com essa temática. O conhecimento do público a ser atendido por essa biblioteca é um dos principais destaques da Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura. A realização de atividades como, por exemplo, contação de histórias, registros de leituras em fichas e publicação de um jornal produzido pelas próprias crianças demonstram que as atividades realizadas por esse equipamento cultural dependem de uma atuação profissional mais pedagógica, dado o universo simbólico das crianças. Vemos que a Biblioteca Infantil do Departamento de Cultura buscou criar forma de interação com o seu público, de modo a fazer com que aquelas crianças participassem de forma ativa na construção dos saberes em sociedade.

A partir de tais ações, o alcance de um melhor desenvolvimento social, com início das atividades junto às crianças e aos jovens, foi algo pensado como objetivo da política cultural colocada em prática.

A Biblioteca Pública Municipal do Departamento de Cultura demonstrou o entendimento do público heterogêneo atendido pelo equipamento cultural. Dessa forma, as atividades e ações realizadas por essa biblioteca visavam atender a um número de pessoas maior. No entanto, precisamos destacar que mesmo nesse contexto de atendimento diverso do seu público, a Biblioteca Pública Municipal criou formas de relacionamento como, por exemplo, a assistência ao leitor, o empréstimo domiciliar, a aquisição de jornais e revistas, a compra de bibliotecas particulares e o serviço bibliográfico mensal. Além disso, o projeto de construção para as novas instalações da Biblioteca Municipal demonstrou a necessidade da gestão do Departamento de Cultura em procurar um local adequado para as novas demandas dessa biblioteca. A Divisão de Bibliotecas planejou a nova Biblioteca Pública Municipal como aquela que seria a central para a rede das bibliotecas que seriam instaladas por toda a cidade.

A criação da Biblioteca Circulante foi uma inovação implantada no Brasil na área das Bibliotecas. A prática de transportar parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal, para bairros da cidade de São Paulo buscou estimular a leitura entre as comunidades, além de divulgar o trabalho realizado pelo Departamento de Cultura. Como apresentado por Rubens Borba de Moraes, o objetivo da Biblioteca Circulante era o de, com o tempo, criar Bibliotecas Populares nos bairros atendidos pela biblioteca móvel do Departamento de Cultura. Como grande contribuição dessa atividade, vemos que a Biblioteca Circulante trouxe uma nova forma de integração da população da cidade de São Paulo com as bibliotecas e a leitura. De fato, esse tipo de biblioteca não era a solução para resolver os problemas desse equipamento cultural na cidade, mas de alguma forma a Biblioteca Circulante ativou os moradores dos bairros da cidade no conhecimento das ações realizadas pelo Departamento de Cultura. Essa biblioteca, na perspectiva da política cultural implantada, fez jus a máxima de levar a cultura aos cidadãos de forma criativa. Outra questão interessante trazida pela Biblioteca Circulante é a de que não apenas no espaço institucionalizado pela biblioteca pode ocorrer a interação com a leitura. O automóvel biblioteca demonstrou que o Estado pode elaborar diferentes formas para fazer com que a informação e a cultura cheguem às comunidades.

Sobre a Biblioteca Popular, mesmo sem ter sido realizada pelo Departamento de Cultura, podemos inferir que seria um equipamento cultural transformador das comunidades. Na proposta coordenada por Mário de Andrade, a Biblioteca Popular seria aquele espaço para que as comunidades pudessem se reunir e discutir os seus problemas, formar associações e criar espaço de cultura local para a população da cidade de São Paulo. Cabe analisar que a Biblioteca Popular que vimos na documentação seria instalada em uma Casa de Cultura, sendo suas atividades próximas à de um Centro Cultural. Dessa forma, a Biblioteca Popular instalada nesse ambiente teria outro envolvimento com a instituição, na promoção de atividades de interesse das ações realizadas pela Casa de Cultura. Tal perspectiva de criação de um equipamento cultural em que a comunidade fosse capaz de interferir de forma ativa é, ainda hoje, um projeto não realizado pelo Estado.

Assim, destacamos alguns pontos que são fundamentais para os gestores públicos e agentes das bibliotecas públicas atuarem de forma efetiva em suas atividades no Estado. Em síntese, vimos: a importância de uma participação ativa dos profissionais no ambiente político; a necessidade de formular políticas culturais junto às esferas de poder; o entendimento de orçamentos e leis para angariar recursos para a instituição; dar visibilidade às atividades, notícias e outros informes nos meios de comunicação; e, por fim, participar na formulação de políticas culturais que interfiram na qualidade de vida das populações atendidas. Com relação às ações realizadas pelas bibliotecas do Departamento de Cultura, constatamos a importância de entendimento das especificidades dos públicos atendidos pelas diferentes bibliotecas e a realização de propostas inovadoras que visem aproximar as pessoas desses equipamentos culturais.

A Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura foi um marco na promoção do acesso e do uso da informação, por meio do Estado, a partir da aplicação de uma política cultural. Demonstramos como esse processo aconteceu e quais são os principais pontos de atuação que podem auxiliar as bibliotecas públicas na promoção e melhoria de suas atividades em quaisquer contextos políticos e históricos. Sabemos que o Departamento de Cultura, com a Divisão de Bibliotecas, não é o único exemplo de atuação das políticas culturais para as bibliotecas públicas. No entanto, elegemos essa experiência como aquela que trouxe diferentes contribuições que servem de modelo e inspiração para serem aplicadas em outros contextos, visando o fortalecimento das bibliotecas públicas na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental na sociedade com relação ao acesso e ao uso das informações. Para a plena atuação desse equipamento cultural, acreditamos que elas devam estar integradas às políticas culturais providas pelo Estado e pela sociedade civil. No caso do Departamento de Cultura, vimos a trajetória do grupo formador da política cultural, além dos contextos políticos que interferiram nas propostas e atividades pensadas para a cidade de São Paulo. Constatamos que o Departamento de Cultura soube colocar em prática uma política cultural que atendia aos interesses dos membros da gestão na área da cultura, bem como os objetivos políticos dos partidos envolvidos, além das demandas sociais da época.

Cabe destacar que a política cultural do Departamento de Cultura marcou uma gestão na área da cultura que promoveu ações em uma linha de atuação impositiva, ou seja, o Estado propõe e a sociedade aceita. Acreditamos que a aplicação dessa política, tendo em vista o contexto político e histórico da época, não seja um erro. No entanto, precisamos frisar que esse modelo já não é o único que pode ser desenvolvido pelos Estados. As Declarações da Unesco com relação às minorias e a emergência das preocupações com as comunidades locais colocaram em xeque políticas culturais impositivas. Sabemos que o diálogo com as comunidades é fundamental para criar melhores políticas culturais a serem aplicadas, mas temos consciência de que a política cultural do Departamento de Cultura foi um marco inicial sobre essas discussões no Brasil.

Constatamos, por meio da análise dos contextos políticos da época e das ações realizadas pela Divisão de Bibliotecas, que houve uma proposta deliberada de agir sobre a questão da identidade nacional na política cultural do Departamento de Cultura. Tal perspectiva foi interrompida em 1938, mas os seus desdobramentos foram ecoados pela futura gestão da cultura no âmbito nacional. É sabido que o governo Vargas, por meio do Ministério da Educação, colocou em prática propostas semelhantes às que foram implementadas pelo Departamento de Cultura em São Paulo. O próprio Mário de Andrade redigiu uma política para a preservação do patrimônio histórico no contexto de uma política nacional para a cultura. A preocupação com a língua, o canto coral, entre outros, também são indícios de que a política de Getúlio Vargas se preocupou com as

questões relativas à cultura, gestadas pelo Departamento de Cultura da cidade de São Paulo.

Seria incorreto julgar o propósito de busca por instaurar nos equipamentos culturais do Departamento de Cultura uma identidade nacional, uma vez que as diretrizes da política cultural estavam de acordo com aquele contexto político, que desenvolveu um projeto para o governo do Estado e para a Prefeitura de São Paulo. Além disso, grande parte dos membros desse Departamento vieram das disputas do Movimento Modernista e da Semana de Arte Moderna de 1922. Dessa forma, esse grupo chegou ao poder e colocou em prática projetos que haviam sido pensados na década de 1920, trazendo a questão da identidade nacional como marca de uma geração de intelectuais.

No que diz respeito às ações, a política cultural organizou setores administrativos, bem como criou instituições para atender ao seu objetivo de implantação do Departamento de Cultura. Além disso, o estabelecimento de leis e orçamento para o desenvolvimento das ações nas bibliotecas públicas é um marco nas ações do governo do Estado e da Prefeitura no que diz respeito às políticas culturais. Sem tais estabelecimentos legais dificilmente o Departamento de Cultura poderia ser implantado na cidade de São Paulo.

A política cultural do Departamento de Cultura colocou em prática o plano de criar uma rede de bibliotecas na cidade de São Paulo, por meio da Divisão de Bibliotecas. Essa rede seria formada pela Biblioteca Pública Municipal, pela Biblioteca Infantil, pelas Bibliotecas Populares e pela Biblioteca Circulante. De fato, as Bibliotecas Populares efetivamente não foram instaladas, mas o projeto de formação das mesmas se encontra especificado na política cultural proposta. Como vimos com detalhes em cada biblioteca da Divisão de Bibliotecas, novos padrões de atividades foram realizados nessa área. Utilizamos este momento para demonstrar um salto qualitativo nas ações para as bibliotecas públicas. Até então não havia no Brasil um projeto político que envolvesse com tamanha responsabilidade esses equipamentos culturais, além da proposição de novos serviços para serem realizados aos diferentes públicos.

Da mesma forma, constatamos que houve a proposição de novas atividades nas bibliotecas públicas do Departamento de Cultura, o que podemos conferir como inovações para a época. Na Biblioteca Infantil, ressaltamos a prática de acolhimento das crianças e jovens por meio de atividades lúdicas com as leituras, jogos, realização de

peças de teatro, entre outros. Também nesse espaço, as crianças puderam discutir, criar textos e publicar um jornal de modo a interagir em sociedade. Na Biblioteca Pública Municipal inovações também foram realizadas em seus serviços, para melhor atender ao público diverso que frequentava essa instituição. Já a Biblioteca Circulante, que nasceu como serviço de extensão da Biblioteca Pública Municipal, foi uma novidade para a época nos municípios do Brasil. Chegar aos bairros por meio desse serviço possibilitou que o Departamento de Cultura fosse conhecido e ganhasse legitimidade na cidade de São Paulo. As Bibliotecas Populares passaram a ser uma requisição por parte dos municípios, como vimos nos jornais da época, não sendo uma ideia exclusiva proposta pelo Departamento de Cultura. Constatamos que na concepção de Mário de Andrade uma Biblioteca Popular deveria ser instalada em algo próximo ao que denominamos de Centro Cultural. Essas bibliotecas não saíram do papel, mas representam concepções inovadoras de trabalhos nas bibliotecas públicas, uma vez que procuraram ativar a comunidade onde atuavam.

Dessa forma, as atividades realizadas pelo Departamento de Cultura, em especial a Divisão de Bibliotecas, mostram que naquele momento iniciativas pioneiras foram realizadas no Brasil. Infelizmente, vemos que muitas dessas mudanças propostas pela política cultural e colocadas em prática não foram alteradas, como, por exemplo, o número pequeno de bibliotecas públicas nos bairros da cidade de São Paulo. Além disso, prevalece a difícil tarefa para obtenção de orçamento para as ações na área da cultura, em especial para as bibliotecas públicas. Com isso, gostaríamos de destacar que não é o simples fato de as bibliotecas públicas constarem nos planos de governo dos partidos políticos que efetivamente garantem a esses equipamentos culturais espaço na sociedade. As efetivas ações devem ser colocadas em prática, de modo a fazer com que esse equipamento cultural se torne vivo dentro do ambiente onde está inserido. Além disso, acreditamos que um trabalho conjunto dos profissionais que trabalham nas bibliotecas públicas na implementação das políticas culturais seja fundamental para a realização de um bom serviço para a sociedade.

Os documentos apresentados nesta pesquisa são uma parte pequena do que veio a ser o projeto e as ações da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura. Qualquer pesquisador poderá, a partir dessas fontes, acrescentar mais discussões ao tema, visto que as questões não foram aqui esgotadas. Ressaltamos o caráter desta pesquisa em trazer novas abordagens, ou melhores discussões, para a Biblioteca

Infantil, a Biblioteca Pública Municipal, a Biblioteca Circulante e a Biblioteca Popular, à luz das políticas culturais.

Assim, o Departamento de Cultura colocou em prática uma política cultural na cidade de São Paulo em 1935, na confluência das gestões do governador Armando de Salles Oliveira e do prefeito Fábio Prado. A Divisão de Bibliotecas foi um dos braços executores dessa política, a fim de que ela atingisse a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABDANUR, Elizabeth Franca. **Os ilustrados e a política cultural em São Paulo: o departamento de cultura na gestão Mário de Andrade**. 1992. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1992.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca Pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2003.

ANDRADE, Mário de. Bibliotecas Populares. **Revista do Livro**, São Paulo, Ano II, n. 5. p. 7-8, mar. 1957.

_____. **Ensaio sobre a música brasileira**. São Paulo: Martins, 1972.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BANDEIRA, Suelena Pinto. **O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes**. Brasília: Briquet Lemos, 2007.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-60.

_____. **Textos nômades: política, cultura e mídia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2004.

BASTIDE, Paul Arbousse. Cultura, aristocracia, elites: cultura e especialização. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. XVI, p. 91-7, set. 1935a.

_____. Que se entende por cultura: cultura e Matéria. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. XV, p. 203-8, ago. 1935b.

BECKER, Howard. **Les mondes de l'art**. Paris: Flammarion, 1988.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 109-32.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e criação do campo literário**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1934. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 22 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Cultura em números**. 2. ed. Brasília, 2010. Disponível em: < <http://www.marketingcultural.com.br/115/pdf/cultura-em-numeros-2010.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2011.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 87-108.

CALDAS, Waldenyr. **Cultura**. 4. ed. São Paulo: Global, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. **O movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Câmara Cascudo e Mario de Andrade: cartas 1924-1944**. São Paulo: Global, 2010.

CASTRO, Silvio. **Teoria e política do modernismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DECCA, Edgar Salvadori de. **O silêncio dos vencidos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DUARTE, Paulo. **Mario de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **Memórias**. 3. v. São Paulo: Humanismo, 1974.

FERREIRA, Oliveiros da Silva. **Elos partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil**. São Paulo: Harbra, 2007.

GARCÍA CANCLINI, Néstor (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. 2. ed. Barcelona: Grijalbo, 1987.

GOMES, Denise Pedroso. **O Departamento Municipal de Cultura em São Paulo (1935-1938): políticas de criação de bibliotecas e democratização de leitura**. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

IMMERGUT, Ellen. The theoretical core of the new institutionalism. **Politics & Society**, v. 26, n. 1, p. 5-34, 1998.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mónica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**. Medellín, v. 23. n. 1/2. p. 13-56, enero/dic., 2000.

LITTON, Gaston. **Biblioteca publica**. México: Agencia para el Desarrollo Internacional, 1973.

LOWIE, Samuel H. Que é cultura?. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, v. XVIII, p. 257-63, nov., 1935.

MACEDO, Neusa Dias de; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. **Biblioteca Pública / Biblioteca Escolar do país em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para reconstrução de significados com base no Manifesto da Unesco**. São Paulo: CRB-8; FEUSP, 2000.

MCGUIGAN, Jim. **Culture and the public sphere**. London: Routledge, 1996.

MICELI, Sérgio. **Nacional-Estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MILANESI, Luís. Outra biblioteca pública: uma profecia de Mário de Andrade. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**. São Paulo, v. 51, p. 59-64, jan./dez. 1993.

MILLER, Toby; YÚDICE, George. **Política Cultural**. Barcelona: Gedisa, 2004.

MORAES, Rubens Borba de. **Lembrança de Mário de Andrade: sete cartas**. São Paulo: Kosmos, 1979a.

_____. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. São Paulo: Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979b.

_____. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

NEGRÃO, May Brooking. **Biblioteca pública municipal de São Paulo: da criação à consolidação (1926-1951), breve esboço histórico**. 1983. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a revolução de 1930**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. **Armando de Salles Oliveira**. São Paulo: EDUSP, 1980.

PECAUT, Daniel. **Intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Ângela Salgueiro. Bibliotecas públicas, resiliência organizacional e evolução conceitual. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, XI., 2012, Lisboa. **Actas...** Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/362>>. Acesso em: 9 maio 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **A democracia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1986.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Esculpindo a cultura na forma Brasil**: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938). São Paulo: Humanitas, 2001.

REIPERT, Herman José. **História da Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Cultura. Divisão de Bibliotecas, 1972.

REIS, Ana Paula Felix. Estado e Políticas Culturais. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2011/11/Paula-F%C3%A9lix-dos-Reis.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: tristes contradições, enormes desafios. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: EDUSP, 1984.

SILVA, Luís Fernando da. Unesco, cultura e políticas culturais. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 2012, Teresina. **Anais...** Teresina, 2012. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT07-08.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2013.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 133-56.

SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. (Eds.). **Bringing the state back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-37.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **Semear horizontes**: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1995.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca Pública Brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: LISA; Brasília: INL, 1980.

_____. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TEIXEIRA COELHO. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

_____. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

_____. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

TYLOR, Edward B. **Primitive culture**. New York: H. Holt and Company, 1874.

UNESCO. **Cultural policy**: a preliminary study. Paris: Unesco, 1969.

_____. **Declaración de México sobre las políticas culturales** (1982). México DF.

Disponível em:

<http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/11919413801mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948). Brasília, 1998.

Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. **Declaração Universal Sobre Diversidade Cultural** (2001). Brasília: 2002.

Disponível em <<http://unesdoc.Unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>.

Acesso em: 12 jul. 2011.

_____. **Manifesto da IFLA/Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Paris, 1994.

Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 5 maio 2013.

_____. **Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Paris, 1949.

_____. **Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas**. Paris, 1972.

Jornais e Documentos

ACERVO Biblioteca InfantoJuvenil Monteiro Lobato.

ACERVO Biblioteca InfantoJuvenil Monteiro Lobato. Pasta 1932-1944.

ACERVO Biblioteca InfantoJuvenil Monteiro Lobato. Pasta Diversos, 1936.

ADMINISTRAÇÃO Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 1 mar. 1936.

ADMINISTRAÇÃO Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 3 mar. 1936.

ADMINISTRAÇÃO Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 4 mar. 1936.

ADMINISTRAÇÃO Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 5 mar. 1936.

BASTIDE, Paul Arbousse. Que se entende por cultura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 7, 23 abr. 1935c.

BIBLIOTHECA Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 6, 12 fev. 1933.

BIBLIOTHECA Municipal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 9, 2 dez. 1937.

BIBLIOTHECA Infantil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, [s.p.] , 14 abr. 1936.

BIBLIOTHECAS Proletárias ou Populares. **Folha da Manhã**, São Paulo, p. 16. 4 nov. 1933.

CHAPA Única "Por São Paulo Unido". **Folha da Manhã**, São Paulo, [s.p.], 25 abr. 1933.

DEPARTAMENTO de Cultura da Prefeitura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, [s.p.], 22 set. 1936.

O DEPARTAMENTO Municipal de Cultura: uma experiência de resultados surpreendentes. **Correio de São Paulo**, São Paulo, [s.p.], 20 set. 1936.

ESCOLA NORMAL PADRE ANCHIETA. Biblioteca Infantil. **Minerva**, São Paulo, p. 5, set. 1934.

FUNDAÇÃO de Bibliotecas Proletárias. **Folha da Noite**, São Paulo, [s.p.], 2 nov. 1933.

A FUNDAÇÃO do Partido Constitucionalista. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 28 fev. 1934.

GREMIO COLLEGIO PAULISTA. A Biblioteca Pública Infantil. **Alvorada**, São Paulo, Ano VII, n. 38, set. 1936.

IDEALIZANDO a futura biblioteca da cidade. **Diário da Noite**, São Paulo, [s.p.], 20 jan. 1934.

INAUGURADAS as instalações da Biblioteca Infantil do Departamento Municipal de Cultura. **Folha da Noite**, São Paulo, [s.p.], 14 abr. 1936.

MOREIRA, Maria Luiza Pinto. Biblioteca Infantil. **Nosso esforço**, São Paulo, p. 6. 1933.

OLIVEIRA NETO, Luis Camilo de. **Correspondência passiva Mário de Andrade**. IEB-USP. MA-C-CPL 5597, Rio de Janeiro, p. 1-19, 19 set. 1936.

ORLANDI, José de Oliveira; SILVEIRA, Iracema; FRACCAROLI, Lenyra. **Bibliothecas Escolares e Infantis**. São Paulo: Secretaria da Educação e da Saúde Pública, 1936.

PEIXOTO, Afrânio. O Departamento de Cultura de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 4, 6 dez. 1936.

SÃO PAULO (Cidade). **Departamento de Cultura**. Folheto de divulgação, 1936.

_____. Departamento Municipal de Cultura. Solenidade de inauguração da Biblioteca Infantil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 7, 15 abr. 1936.

_____. Secretaria Municipal da Cultura. Publicação integrante da Exposição Mário de Andrade no Departamento de Cultura: imaginação e rigor. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2003.

SÃO PAULO esburacado: uma prefeitura anarchisada. **Correio Paulistano**, São Paulo, [s.p.], 1936.

[SEM TÍTULO]. **Correio Paulistano**, ago.1942.

[SEM TÍTULO]. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, [s.p.], 6 out. 1936.

[SEM TÍTULO]. **Folha da Noite**, São Paulo, [s.p.], 5 jun. 1936.

SEMANA do Livro. **Gazeta de São Paulo**, [s.p.], 1934.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Escola de Comunicações e Artes. Biblioteca. **Entrevista com o professor Rubens Borba de Moraes**. [1972]. 2 CDS (ca. 40). Remasterizado em digital. Discos XCD2197 - XCD2198.

UMA VISITA à Bibliotheca Infantil do Instituto Caetano de Campos. **Folha da Manhã**, São Paulo, [s.p.], 9 out. 1934.

VISITANDO as instalações da futura biblioteca municipal infantil. **Diário da Noite**, São Paulo, [s.p.], 13 fev. 1936.

Legislação

SÃO PAULO (Cidade). Ato nº 400, de 20 de maio de 1911. Dá regulamento ao Archivo Municipal. São Paulo, 1911. Disponível em:

<<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/actos/A0400-1911.pdf>>.

Acesso em: 24 fev. 2013.

_____. Ato nº 861, de 30 maio de 1935. Organiza o Departamento de Cultura e de Recreação. São Paulo, 1935a. Disponível em:

<<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP0861-1935.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. Ato nº 862, de 30 de maio de 1935. Providencia o provimento dos cargos do Departamento de Cultura e de Recreação. São Paulo, 1935b. Disponível em:

<<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP0862-1935.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. Ato nº 1146, de 4 de julho de 1936. Consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura e da outras providencias. São Paulo, 1936. Disponível em:

<<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/atosgovernoprovisorio/AGP1146-1936.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

_____. Comunicado nº 22, de 01 de novembro de 1933. **Diário Oficial do Município**, São Paulo, SP, 1 nov. 1933. Ano 43, n. 245.

_____. Decreto Lei nº 3.609, 3 jun. 1937.

_____. Lei nº 1.051, de 17 de outubro de 1907. Cria na Secretaria Geral da Prefeitura mais uma secção (terceira) para os serviços de instrução publica, estatística e arquivo municipal. São Paulo, 1907. Disponível em:

<<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L1051.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

_____. Lei nº 2.836, 25 fev. 1925. Autoriza o Presidente da Camara a reformar a Bibliotheca Municipal. São Paulo, 1925. Disponível em:

<<http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/iah/fulltext/leis/L2836.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

_____. Ofício nº 72.030, 3 out. 1935c.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2.839, 5 jan. 1937. Dispões sobre os serviços de organização, manutenção, administração e desenvolvimento de bibliothecas no Estado. São Paulo, 1937. Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1937/lei%20n.2.839,%20de%2005.01.1937.html>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

ANEXO I – FOLHETO BIBLIOTECA INFANTIL

Rua Major Sereno, 638

...que esta casa lhes
reserva uma porção de
surpresas, como:

livros que farão rir, viajar,
conhecer a linda história
de sua terra e de
sua gente,

nesta salinha alegre
e
confortável

Vejam que lindo jogo de

xadrez!

Gostam?

Não?

Ha outros interessantissimos,
que muito poderão
distrahi-los

Quantas gravuras!

É verdade. São lindas e

interessantes! São para vocês.

Podem escolher as que mais

lhes agradem para vel-as

a vontade!

Que prazer lêr os
jornaes de nossa terra!
E as revistas infantis,
que alegria lhes darão!

Nesta Bibliotheca
podirão
vocês conhecêl-os.

Sabem vocês que os sellos nos
ensinam historia e geographia?
Vejam com calma e paciencia os
que apresentamos nestes mostruarios.

Uma exposição de moedas antigas
e modernas, de nossa terra e de
outros lugares, proporcionará a
vocês momentos agradaveis
numa distração util.

Os olhinhos de vocês - meus meninos -
contam a admiração que os domina ao fim desta leitura.

Mas... não é só!

Leiam isto e guardem bem.

Conferencias com projecção luminosa....

Cinema sonoro...

Hora do conto...

„de tudo haverá:

Esperamos sua visita.

ANEXO II - LEI Nº 2.836/1925

LEI N. 2.836, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1925 .

Autoriza o Presidente da Camara a reformar a Bibliotheca Municipal.

Firmiano de Moraes Pinto, Prefeito do Municipio de São Paulo:

Faço saber que a Camara em sessão de 28 do mez findo, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica o Presidente da Camara autorizado:

a) — a mudar, para local mais adequado, a Bibliotheca Municipal que passará a ser franqueada ao publico, de accôrdo com o regulamento que fôr expedido;

b) — a instalar e reformar essa repartição, dotando-a do pessoal que, com as respectivas denominações, fôr necessario ao serviço publico;

c) — a despendar até á quantia de cem contos de réis, com a compra de livros e assignaturas de revistas para a Bibliotheca Municipal.

Art. 2.º — Para a execução desta lei, o Prefeito abrirá os necessarios creditos.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

O Director Geral da Prefeitura a faça publicar.

Prefeitura do Municipio de São Paulo, 25 de fevereiro de 1925, 372.º da fundação de São Paulo.

O Prefeito,
Firmiano M. Pinto.

O Director Geral,
Luiz Tavares.

ANEXO III – OFÍCIO Nº 72.030/1935

N.º 25

72.010/55
 Prefeitura do Município de S. Paulo

DEPARTAMENTO DE CULTURA E DE RECREAÇÃO

São Paulo, 3 de outubro

de 1935

À Chefe da Divisão das Bibliotecas.

N.º	2030
1.º	
2.º	
3.º	
4.º	
5.º	
6.º	
7.º	
8.º	
9.º	
10.º	

Esta Diretoria solicita dessa Chefe uma proposta detalhada de coleção de 2.000 livros, para ser colocada na Biblioteca Popular. Esta biblioteca, é desejo desta Diretoria que esteja pronta para funcionar ainda este ano. Será pois útil que se principie desde logo a fixar as obras a serem adquiridas para ela. Lembra ainda esta Diretoria que será do nacionalismo mais sã evitar, nos livros sobre ofícios, obras em língua espanhola. Devido à extrema semelhança entre o espanhol e o português há uma tendência natural em nosso povo para espanholizar a sua linguagem. Essa tendência é muito notável nas regiões limítrofes do Brasil com a América espanhola. E esse perigo ainda é acrescentado noutras partes do Brasil, atualmente, pela influência das filhas em língua espanhola bem como pela enchente de tanguês argentinos, rancheros, rumbas, que nos atolem no espanhol e exerçam uma ação corrosiva, desvernaculizadora sobre a fala nacional. Em casos de ausência de livros em português sobre determinados assuntos de utilidade popular, será preferível buscar-se na língua italiana, também geralmente conhecida da nossa gente, a bibliografia adequada.

Esta Diretoria espera que sua sugestão seja bem acolhida ^{por essa} ~~na~~ Chefe, e que até fins de novembro, si possível, possa ter em suas mãos a proposta que agora solicita.

Saudações,

Y. de F. de A. de A.
 Mario de Andrade